

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
INSTITUCIONAL

GETULIO SÉRGIO SOUZA PINTO

**ALEGORIAS PSICOTRÓPICAS: SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS
ILEGAIS, DROGAS E AS IMAGENS CONTEMPORÂNEAS DE
UMA PRAXIS MILENAR.**

Vitória, ES

2017

GETULIO SÉRGIO SOUZA PINTO

**ALEGORIAS PSICOTRÓPICAS: SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS
ILEGAIS, DROGAS E AS IMAGENS CONTEMPORÂNEAS DE
UMA PRAXIS MILENAR.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional, do Centro de Ciências Humanas e Naturais, Departamento de Psicologia, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia Institucional. Linha de Pesquisa: Subjetividade e Clínica

Orientadora: Prof. Dra. Luciana Vieira Caliman.

Vitória, ES

2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

P659a Pinto, Getulio Sérgio Souza, 1984-
Alegorias psicotrópicas : substâncias psicoativas ilegais,
drogas e as imagens contemporâneas de uma praxis milenar /
Getulio Sérgio Souza Pinto. – 2017.
162 f.

Orientador: Luciana Vieira Caliman.

Coorientador: Maria Elizabeth Barros de Barros.

Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional) –
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências
Humanas e Naturais.

1. Drogas. 2. Psicotrópicos. 3. Alegoria. 4. Genealogia. 5.
Saúde. I. Caliman, Luciana Vieira. II. Barros, Maria Elizabeth
Barros de, 1951-. III. Universidade Federal do Espírito Santo.
Centro de Ciências Humanas e Naturais. IV. Título.

CDU: 159.9

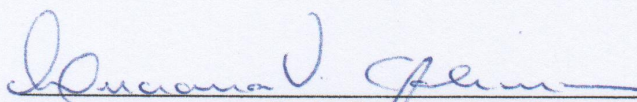
GETULIO SÉRGIO SOUZA PINTO

**ALEGORIAS PSICOTRÓPICAS: SUBSTÂNCIAS
PSICOATIVASILEGAIS, DROGAS E AS IMAGENS
CONTEMPORÂNEAS DEUMA PRAXIS MILENAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia Institucional.

Aprovada em 01 de agosto de 2017.

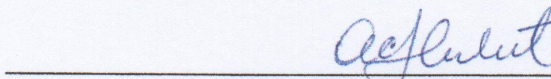
Comissão Examinadora



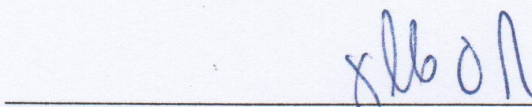
Prof. Dra. Luciana Vieira Caliman
Universidade Federal do Espírito Santo



Prof. Dra. Maria Elizabeth Barros de Barros
Universidade Federal do Espírito Santo



Prof. Dra. Ana Lucia Coelho Heckert
Universidade Federal do Espírito Santo



Prof. Dr. Pablo Ornelas Rosa
Universidade Vila Velha

Agradecimentos

O presente texto é o registro de uma deriva. Ele mesmo é uma construção derivante. A deriva *per si* não precisa ser banida, mas com certeza ela por si só não produz consistência. Derivando só nos resta, como diria Bruce Lee – *be water!* Sê água. Para o ser em deriva o que resta é ser água para, com a água, produzir consistências. Esse ato de consistir a água conhece muito bem. Ela consiste como vapor, como gelo, como corrente de água, como nuvem; consiste como cardume, como barco. De alguma forma, consistir com a água é consistir em deriva. Desse pequeno ponto emerge meu primeiro agradecimento.

Sou eternamente grato a Luciana Vieira Caliman, a Ana Lúcia Coelho Heckert e a Maria Elizabeth Barros de Barros, por, cada uma de seu jeito, terem contribuído com meu processo de buscar minhas linhas de consistir, linhas de produzir possíveis. E nenhuma delas disse-me para cessar a deriva. Talvez uma das coisas mais importante que eu tenha ouvido na minha vida veio da primeira das três. Enquanto eu dizia que havia, pretensamente, resolvido minhas crises da época de graduação, ela singela e de uma forma intensivamente cortante disse – *não resolve não!* Naquele momento, percebi que ela vinha me dizendo isso há anos e eu precisei consistir para permitir. Também percebi que o carinho de uma aposta é o carinho de um sonho que se sonha junto. Lu é uma amiga que professa amor e que tem na política de amizade seu professorado. É uma professora de relações vivas, de tal modo que esse polo professor não tem como ser entendido como uma posição hierárquica. Pessoa que tem o poder de fazer uma mensagem de três palavras ter o peso de um Bhagavad-gita.

A segunda das três esteve presente talvez no momento mais crítico da minha vida e diferentemente dos olhares do *status quo*, que me julgavam fracassado, caso perdido, por algo que eles mal sabiam o que era, pois não se dignavam a perguntar, ela viu em mim algo que eu precisava ver e agradeço seus olhos por estarem presentes lá como guias de um olhar sobre mim que precisei desenvolver e que, de certa forma, ajudou-me a viver. Foi talvez o início

desse processo.

A terceira das três estava no momento exato, do jeito exato, de tal modo que me identifico tanto que não sei nem muito como expressar. Um amigo certa vez me disse ao nos ver conversar – *Getulio, acho que enfim você encontrou alguém que te acompanha*. Brincadeiras a parte, penso que a partir do cuidado das duas primeiras, o contato com a terceira pode me ajudar a enfim perceber como consistir é se produzir em vida e não tinha como ser outra pessoa a ajudar dar os matizes mais densos desse processo. Agradeço profundamente a essas três pessoas fantásticas pela disponibilidade em termos que extrapolam em muito o fazer acadêmico e digo que as contribuições que advêm delas espalham-se por todos os cantos de minha vida, ajudando-me a encontrar na crise uma aliada.

Não teria como deixar de agradecer ao ninho em movimento que ganhei do acaso e que ainda me cerca - Silvana Maria da Silva e Souza Pinto e Getulio Pinto - pais por ocasião, companheiros eternos por disposição e sintonia. A nave que o universo me colocou para aportar foi a dosagem certa de galáxia e planeta. Aprendi, e aprendo diariamente nessa caravana, que nada deve atrapalhar nosso ímpeto de desbravar e que devemos ser sempre bons anfitriões para o acaso, pois assim aproximamos bem-quereres. Amo esses dois por me fazerem crer hodiernamente no amor que se faz em cada gole de tempo e agradeço imensamente pela educação livre e plural que me permitiram.

Nesse sentido e por composição contígua, agradeço a Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro por me ajudar a produzir terreno de amor em meio ao caos e a criar o caos quando o amor se transforma em horas lineares. Agradeço à cada dia por ter esbarrado com você em meio às infinitas variáveis e poder construir em movimento a família como bando e não como núcleo, como brotamento expansivo e não como concha fechada. Agradeço por me ajudar a continuar o legado de amar como um ato revolucionário e não como uma repetição platonizada. Em continuação, agradeço a Isaac Barbosa Roseiro Souza Pinto, a Davi Roseiro Souza Pinto e a Gabriel Barbosa Roseiro Varejão

Pignaton, filhos amigos com quem discuto tudo... inclusive as temáticas dessa dissertação e que me ajudam a estranhar amorosamente esse mundo carcomido por horas assépticas. Lembro-me de uma vez em que uma longa conversa começou quando um de vocês me perguntou – *Pai, você não acha muito estranho uma flor nascer?* Agradeço por isso imensa e diariamente para sempre. Sou eternamente grato por vocês me permitirem viver a única eternidade que nos cabe nessa vida humana.

Por fim, gostaria de agradecer ao companheiro Pablo Ornelas pela constante disponibilidade e curiosidade genuína com meu trabalho. Vale lembrar que nos encontramos numa conjunção tão aleatória de acontecimentos que até Deus desconfia de sua não-existência. Nessa mesma linha, agradeço a todas e todos moradores de rua que tive a oportunidade de conhecer e gostaria de ter palavras para dizer o quanto eles fazem parte dessa elaboração em forma de texto que aqui se atualiza. Agradeço aos profissionais com os quais tive a oportunidade de compartilhar tristezas e alegrias; desafios e acontecimentos. Agradeço imensamente aos caminhos e descaminhos pelos quais passei e aos desencontros e encontros. A partir da força e intempestividade dos acontecimentos, pude nunca ser o mesmo, mesmo que ainda aqui, e sempre se colocar disponível para o outro mesmo que ainda sentindo-se o mesmo.

Resumo

O campo problemático de onde emerge a presente dissertação se constitui no terreno das questões do uso de substâncias psicoativas ilegais na contemporaneidade e a relação entre uma concepção da droga ilegal como mal em si e a conseqüente causação de um mal para aqueles que as experienciam. Colocando em análise os dispositivos em torno da famigerada Guerra às Drogas, erigida ao longo do século XX, visa-se ao desmonte da aparelhagem procedimental discursiva que justifica o encarceramento e extermínio de minorias. A partir das contribuições de intercessores como Nietzsche, Foucault, e Walter Benjamin, a metodologia define-se como um alegorismo ensaísta, em que o rompimento com a lógica logocêntrica e academicista nas dimensões ética, estética e política é motor da desconstrução de imagens totalizadas no campo em questão. Alegorias que são a hibridização de acontecimentos e são o meio utilizado para alcançar os objetivos da pesquisa. Essas alegorias não são de um tempo específico, mas é imperativo dizer que o momento de surgimento da pesquisa diz respeito à época em que atuei como psicólogo com pessoas em situação de rua. Ao mesmo tempo, lança-se mão de pesquisas de cunho genealógico a fim de situar as bases políticas de composição dos saberes e fazeres contemporâneos sobre as drogas. Objetiva-se, dessa forma, constituir a dissertação como uma peça lingüística provocativa, que instigue a partir da práxis literária o fomento de um novos *Pathos* nesse campo, que não seja do medo e da repulsa das substâncias psicoativas ilegais. A partir da promoção de sensações, almeja-se, em última instância, fazer destoar o ethos que naturaliza o uso de drogas ilegais como causador de todo o mal social que assola as cidades. Para tanto, as estórias presentes na pesquisa versam sobre momentos em que o toque de diferentes realidades no campo das drogas e os afetos em jogo desmontaram prerrogativas de seqüestro e extermínio e o caráter bravo dos encontros não foi subjugado aos ditames da discursividade tecnicista pobre que fora erigida sobre as drogas no século XX.

Palavras-chave: Drogas. Substâncias Psicoativas ilegais. Guerra às Drogas. Alegoria. Genealogia.

Abstract

The field of problems from which the present dissertation emerges is the “terrain” of questions on usage of illegal psychoactive substances in contemporary times and the relationship between a conception of illegal drug as a harm itself and the consequent damage causing to those who experience it. Analyzing the social apparatuses surrounding the infamous War on Drugs, which was erected throughout the twentieth century, it aims at dismantling the discursive procedural apparatus that justifies the imprisonment and exterminating of minorities. Starting from contributions of intercessors such as Nietzsche, Foucault, and Walter Benjamin, the methodology is defined as an essayist allegorism, in which breaking with logocentric and academicist logic in ethical, aesthetic and political dimensions is motor of the deconstruction of totalized images in the field in question. Allegories that are the hybridizing of events and are means used to achieve the objectives of the research. These allegories are not from a specific time, but it is imperative to say that emergence’s moment of the research regards the time when I acted as a psychologist with homeless people. At the same time, genealogical researches are used to situate the political bases of compositing of contemporary knowledge and practices on drugs. In this way, it is intended to constitute the dissertation as a provocative linguistic piece that instigates by a literary praxis the promotion of a new Pathos in this field, other than the fear and repulsion of illegal psychoactive substances. From the promoting of sensations, it is ultimately sought to disrupt the ethos that naturalizes the usage of illegal drugs as unique cause of all the social problems that plagues the cities. To this goal, the stories present in the research focus on moments in which the touching of different realities in field of drugs and the affections, has dismantled prerogatives of kidnapping and exterminating, and the wild featuring of encounters wasn’t subjugated by dictates of the poor technician discursiveness that had been erected about drugs on twentieth century.

Keywords: Drugs. Illegal Psychoactive Substances. War on Drugs. Allegory. Genealogy.

Sumário

Apresentação: Atos dos Apócrifos.	11
1. Excertos de um <i>entre-texto</i>: Como com texto atualizar?	26
1.1 Experiência, memória e narrativa: o não-experimento e a epistemologia do desvio.	35
1.1.1. A pobreza da experiência de uso de psicoativos	53
1.2 Do Pito de Panga a um Risco da Margem tomar o Centro: Um breve olhar sobre a constituição do dispositivo “Guerra às Drogas” e a produção de um setting clandestino.	58
1.2.1. Quanto vale um vale?	61
1.2.1.1. Uma breve análise de implicação sobre a escrita do conto “Quanto Vale um Vale”.	77
1.2.2. Maconha e a constituição de um Setting clandestino: uma importante ponta do processo de emergência do dispositivo “Guerra às Drogas”.	81
1.2.2.1. Algumas considerações sobre o termo Droga.	88
1.2.2.2. Sobre as Substâncias Psicoativas.	97
1.2.2.3. Sobre a Maconha.	99
O Pito de Pango.	
A participação Brasileira no 2ª Conferência Internacional do Ópio.	
Harry Anslinger.	
2. Caminhos por onde flutuar: O vôo desviante sobre as palavras e algumas considerações sobre metodologia.	109
2.1. Alegotropias ou das Alegorias Psicotrópicas.	113
2.2. Da intempestividade da escrita e do texto como laboratório.	116
2.3. Do Projeto.	119
3. Contos Aturdidos.	126

3.1. O Coringa.	126
3.2. Minha casa na rua ou uma rua na minha casa.	140
3.3. Um chá de Setting.	144
4. Sobre limiares e Fluxos Piratas: Encerramento, transmissão e afetações.	149
5. Bibliografia	155

Apresentação: Atos dos Apócrifos

I

O problema da filosofia é adquirir uma consistência sem perder o infinito no qual o pensamento mergulha (o caos, sob esse aspecto, tem uma existência tanto mental quanto física) (DELEUZE; GUATARRI, 1992, p.59).

“O Sujeito é um Agenciamento coletivo de enunciações... O Sujeito é um Agenciamento de enunciações... O Sujeito é um Agenciamento de enunciações”, bradava Luís enquanto pulava como se estivesse possuído, tomado, encarnado por um pensamento que o tomara de súbito, deslocando-o. Naquele momento se sentia puro transbordo. Não bastasse a efusividade inicial dada pela deriva instantânea, dançava de forma completamente descompassada fazendo espirais com os dedos ao mesmo tempo em que olhava fixamente, com apenas um olho aberto e a cabeça pendida como quem mira, para um centro nunca visto desses virtuais desenhos formados por sua mão. Seu olhar fitava o infinito durável. Não por força da ideia, mas da ideia mergulhada na força; não pela palavra que designa, mas pelo nome que cria palavras e não palavras. De repente, e com um vigor assustador, voltou-se para Ângela e tomando seu rosto entre as mãos, disse-lhe freneticamente – “As palavras se constituem, imanentemente, sobre um plano de emergência em que a não palavra coexiste sempre em acontecimento... Quem é o Falante?! Quem é o ouvinte?! A palavra, o pensamento, essas coisas, criam um dentro e um fora, logo sujeito e objeto... sujeito e objeto... Sujeito é só um contorno contingencial sempre mutável, que se produz. O que sinto agora é que somos as configurações de inúmeros acontecimentos como atos, ditos, feitos. Somos acontecimentos de acontecimentos. O Eu é uma experiência sempre na iminência de ser *recontecido*, mas que se desdobra em múltiplos que estão para além da repetição e mais próximo do retorno, pois experiência é o que nos acontece¹. *Pra se fazer eu, é necessário que haja uma passagem sobre um território de vida, o sujeito é um território de*

¹ BONDIA, J. L. **Notas sobre a experiência e o saber de experiência**. *Rev. Bras. Educ.* [online]. 2002, n.19, pp.20-28. ISSN 1413-2478. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782002000100003>.

passagem de eus e algo mais. Você pode num tá entendendo nada, mas estou tentando falar com você sobre o processo pelo qual, na relação Atual x Virtual, a atualização singulariza e converte o objeto em sujeito. *Peraí* vou ler a passagem de um texto que *to lendo para você*". Tomou o livro em sua mão e leu:

O plano de imanência compreende a um só tempo o virtual e sua atualização, sem que possa haver aí limite assimilável entre os dois. O atual é o complemento ou o produto, o objeto da atualização, mas esta não tem por sujeito senão o virtual. A atualização pertence ao virtual. A atualização do virtual é a singularidade, ao passo que o próprio atual é a individualidade constituída. O atual cai para fora do plano como fruto, ao passo que a atualização o reporta ao plano como àquilo que reconverte o objeto em sujeito (DELEUZE; PARNET, 1998, p.122).

II

Do outro lado da cidade, dois amigos correm freneticamente. Cruzam ruas desertas e pelas curvas de vazios corredores formados entre os prédios altos do centro da cidade, fogem ofegantes carregando a certeza de que parar é morte e o movimento é a única possibilidade frente ao caos, pois, se tudo se move caoticamente, só nos resta essa dança intempestiva de emergir e imergir no tempo em movimento. De repente e com uma assustadora mudança abrupta de direção, escolhem caminhos diferentes e um deles esbarra nos dois policiais que os perseguiam. Duas armas apontadas em sua direção e a ordem - “PRA PAREDE VAGABUNDO” - cessaram o fluxo agônico da fuga. Ao encostar-se à parede, Marcos se deu conta da existência de seu ouvido a partir de um forte tapa, o qual fez sua cabeça zunir e um agudo som reverberar por dentro, apagando os pensamentos paranoicos por alguns segundos. “Onde está o resto da droga vagabundo?”, perguntou o Policial. “Não tenho nada mais senhor, *fumamo* as duas *pedra* que a gente tinha.” Dessa vez foi o rim que passou a existir após um soco pontudo como faca atingir a lateral de seu dorso. Marcos gemeu baixo e, nesse momento, foi o *corpo de homem* construído de Marcos até Marcos que se fez existir - “Não senhor não tenho mais nada. Já falei”. “Não perguntei se você tem, perguntei onde está”, falou o policial, acessando a autoridade formal-artificializada de sujeito daquele enunciado.

Não faltara ao pequeno Marcos um corpo construído pela tortura e pela morte silenciosamente suplicante que habita os cercados invisíveis de nossa maquinaria societária e suas cidades experimento. Para alguns o iluminismo nunca existiu. Chutes e pontapés faziam parte de um expediente comum para ele, assim como também o era a resistência buliçosa e velhaca que se adquire ao viver uma vida se defrontando com as engrenagens de modulação de existências tidas a priori como desviantes. Esse corpo adquiriu, forçosamente, o pré-requisito essencial para o processo de seleção para sobrevivente do racismo de estado². Durante os

² Sobre o conceito de Racismo de Estado ver FOUCAULT, M. Em defesa da sociedade. São Paulo, Martins Fontes, 1999 (p.285).

momentos de abordagem policial, aprendera a manter aquele silêncio frio que garante a encenação do teatro torpe da ritualística de tribunal de rua. Esse teatro, que é menos do policial e mais do extracampo regimental, quando encenado em seu discurso que silencia, até permite a existência de Marcos, desde que ele não precise virar algo visível, sem que ele se coloque, desde que ele não produza território. O “Eu”, porém, é um acontecimento sempre transitório e nunca individual e, dessa vez, talvez pelo crack, talvez pela resistência, talvez pela comunidade, talvez pelo dia, talvez pelos olhos arregalados, talvez pelo erro de percurso, talvez pela brisa que passava, talvez pelo perfume que o policial usava, talvez pela política, talvez pelo Outro (ou pelos os outros), talvez por outros pelos, talvez pela forma, talvez pela força, talvez pelo frio, talvez, apenas, pelo cansaço do acúmulo de cristalizar todas as possibilidades de resultantes do encontro polícia x usuário em um único teatro de contenção violenta de experiências taxadas moralmente de degenerativas, Marcos saiu da posição de pernas abertas clássicas da abordagem policial, encontrou alguma forma de se virar para os dois Policiais, olhou no olho de um deles e disse - “Senhor Policial, eu mantenho o meu proceder, porque na rua é *foda*, acontece de tudo... e quando acontecem as coisas, tem um monte de outras piores ou melhores que *tão* por vir. Vocês viram, de longe, eu e meu chegado fumando duas *nóia*. Nós não *robamu* ninguém, num *matamu* ninguém, mas o Senhor, dentro de todas as coisa que *pode pensar de nós*, prefere imaginar que somos estupradores, que somos ladrões, que somos gente ruim. O Senhor não acha certo fumar porque disseram para vocês que num é certo, mas precisa descer o *cacete* na gente sem motivo? Eu não sou um objeto na mão de vocês não... eu sou Sujeito Homem e se você me perguntou uma coisa eu já respondi. Mas *vô* te falar... só existe polícia porque existe bandido. *É dois lados da merma* moeda, mas nós – nós (eu e você) - *tamo* sendo moeda de troca na mão dos outros. Por que existe polícia x bandido a serviço do Político? A gente forma a imagem para ser vendida. Mas... no fundo... somos da mesma carne, do mesmo sangue, nós somos do mesmo barro e quem diz que *nóis* é diferente, tá lá, bonitão, sentado em seus apartamento luxuoso, enquanto *nóis* se mata aqui na rua. Só morre pobre nessa história e eles ainda dizem que é outro pobre que tem que matar”.

Um pouco antes, ao perceberem que o rapaz começava a se virar, a dupla de policiais, supondo inofensividade no garoto, permitira que ele se virasse quase que para se divertir com sua audácia, mas não esperavam serem tocados pelo que

dissera. Um certo sentimento de classe somado a um arroubo, a um assombro, a um estalo, a um lampejo, a uma faísca, a um deslocamento em que a o sentimento histórico vivo e cortante de que os títulos policiais advém de nomeações feudais para servos que controlariam outros servos se fez presente emergindo na pele de um dos policiais³. Por um momento, aquele policial, negro como o rapaz que abordara, sentiu-se capitão do mato e uma lágrima ancestral percorreu cada pedacinho de seus sentimentos, cada faceta de seus territórios, cada ponto de sua singularidade vibrou sentindo a dor milenar de seu povo. “*E se, naquele momento, estourasse um conflito e os dois rapazes estivessem armados e nos matassem, quem cuidaria dos nossos filhos? pensou o policial. Será que ele também tem filhos?*”, sentiu o policial. A exterioridade característica do pensamento invaginou-se formando um novo *dentro* do sujeito policial que se formara naquela configuração e isso tocou o corpo. Afinal o Eu é uma experiência sempre pronta para ser *recontecida* e, em intervalo, há infinitos; de um resíduo estático ele se constitui constricto; do que se condensara, explodia novos aqui-já-passado-em-vias-de; e em movimento ele é sem ter sido. Nesse instante, o resíduo em movimento rompeu unidades. Sem motivos para prosseguir com aquela ação, liberaram Marcos.

³ Sobre essa análise ver - MANDEL, Ernest. *Teoria Marxista do Estado*. Lisboa: Edições Antídoto, 1977. pp. 9-46

III

Há na Vigilância, mais precisamente no olhar dos vigias, algo que não é estranho ao prazer de vigiar e ao prazer de vigiar o prazer. (FOUCAULT, 2014, p.38)

Horas antes...

Era um dia comum para Carlos e Ubirajara. Policiais recém-admitidos pela corporação, haviam terminado o período de formação e estavam ansiosos por exercerem suas prerrogativas. O plantão dos dois começara às 18 horas e eles foram designados para acompanhar uma manifestação que ocorria no domingo. Todo aquele clamor, muitas pessoas vestidas de verde a amarelo, as danças e gritos de guerra empolgavam Carlos e Ubirajara, comovendo-os e agenciando-os numa corrente “nacionalista”. Algumas bandeiras causavam certa estranheza em Carlos. Não entendia muito bem alguns cartazes que pediam a volta da ditadura. Sentia de alguma forma uma contradição nessa bandeira... Manifestar-se por algo que impede o direito de manifestar-se surgia como um clamor aparentemente estranho, mas a estranheza acabava jazendo silenciosa quando os coros por mais segurança e pelo fim da corrupção tintilavam cristalina e saborosamente nos ouvidos dos “bem intencionados” policiais. Conversavam entre si e concordavam que a solução era “emparedar esse monte de *vagabundo*”. Ubirajara, num acesso “socioanalítico”, dizia - “tem que matar todos, desde o vagabundo de rua até os políticos corrupto, tá tudo ligado. A corrupção do dia-a-dia é que leva à corrupção dos políticos. Temos que limpar nosso país”. O ápice para nossa trupe de intrépidos mancebos foi o momento em que cantaram o Hino Nacional - seus olhos encheram de lágrimas. Carlos pensava no país que gostaria de deixar para seus filhos e Ubirajara sonhava em ser “(...) um policial que está contribuindo com sua parte para nosso belo quadro social”⁴. Tudo corria bem e ao lado de um pequeno trio

⁴ Trecho da música Ouro de Tolo de Raul Seixas - Eu devia estar contente / Porque eu tenho um emprego / Sou um dito cidadão respeitável / E ganho quatro mil cruzeiros / Por mês

Eu devia agradecer ao Senhor / Por ter tido sucesso / Na vida como artista / Eu devia estar feliz

elétrico, Carlos e Ubirajara se distraíam e distraíam manifestantes que vinham até eles para tirar fotos. Eram os *heros of the Day*.

A manifestação nesse momento (às 18 horas) estava parada em uma praça tradicional da cidade, a qual era famosa pelas páginas policiais, além de ser elemento constante no show de periculosidades veiculado pela mídia televisiva local. Era fala comum que a tal praça era ponto de uso de drogas e prostituição. Ao fundo da praça, distante dos olhares do núcleo manifestação festiva, naquele lugar onde a luz nunca incidia diretamente e a verve “tradicional” do espaço se fazia presente mesmo com a ocupação insólita dos “cidadãos de bem”, Luís e Marcos conversavam fervorosamente. Amigos de infância, os dois não se viam há certo tempo. Luís falava de suas aventuras universitárias após ter passado no vestibular e ter saído do bairro onde morava perto de Marcos. Este, por sua vez, falava da comunidade, das guerras de tráfico, dos bailes e de suas aventuras. Numa certa

Porque consegui comprar / Um Corcel 73

Eu devia estar alegre / E satisfeito / Por morar em Ipanema / Depois de ter passado fome
Por dois anos / Aqui na Cidade Maravilhosa

Ah! / Eu devia estar sorrindo / E orgulhoso / Por ter finalmente vencido na vida / Mas eu
acho isso uma grande piada / E um tanto quanto perigosa

Eu devia estar contente / Por ter conseguido / Tudo o que eu quis / Mas confesso
abestalhado
Que eu estou decepcionado

Porque foi tão fácil conseguir / E agora eu me pergunto "E daí?" / Eu tenho uma porção / De
coisas grandes pra conquistar / E eu não posso ficar aí parado

Eu devia estar feliz pelo Senhor / Ter me concedido o domingo / Pra ir com a família
No Jardim Zoológico / Dar pipoca aos macacos

Ah! / Mas que sujeito chato sou eu / Que não acha nada engraçado / Macaco, praia, carro /
Jornal, tobogã / Eu acho tudo isso um saco

É você olhar no espelho / Se sentir / Um grandessíssimo idiota / Saber que é humano /
Ridículo, limitado / Que só usa dez por cento / De sua cabeça animal

**E você ainda acredita / Que é um doutor / Padre ou policial / Que está contribuindo /
Com sua parte / Para o nosso belo / Quadro social**

Eu é que não me sento / No trono de um apartamento / Com a boca escancarada / Cheia de
dentes / Esperando a morte chegar

Porque longe das cercas / Embandeiradas / Que separam quintais / No cume calmo / Do
meu olho que vê / Assenta a sombra sonora / De um disco voador

altura, por volta das 20 horas, Marcos encontra um outro amigo e diz a Luís - “*Cara vamos fazer um corre e pegar cinco pepitas. Vamos? Tipo das antigas?*”. Luís sorri e diz - “*Ô irmão, brigado pelo convite, mas hoje só fumo do verde... Nunca mais tive vontade de pedra e pó, mas vai lá... e cuidado com a polícia!*”

Marcos nunca soubera ao certo se gostava de crack. A primeira vez foi ruim, mas aos poucos “aprendeu a gostar”⁵. Nunca tivera grandes sonhos, mas também não se contentava muito com o destino de bom moço previsto pelo *status quo*. Nesse sentido, o crack surgiu como um elemento que era de seu contexto, mas de forma marginal e logo foi por ele incorporado. Hoje em dia, às vezes tinha súbitos insights e dizia aos amigos - “*acho que curto a adrenalina e o ritual de fumar*”. Dentro desse ritual, tinha sempre o risco policial compondo a passionalidade em jogo no território do uso. Dizia também, às vezes, “*gosto do gosto*”. Nesse dia, porém, decidira ao invés de cinco, comprar só duas pedras de crack e o resto do dinheiro comprou maconha, para “suavizar”.

Ainda na praça, ao longe, Carlos e Ubirajara, por algum sexto sentido policial, percebem a conversa de Luís e Marcos e comentam entre si - “*Oh lá os vagabundo se movimentando... vamo pegar esses merda*”. Naquele momento, um textos, afetos olhares, lembranças flutuam ao sabor dos suspiros e gritos. Encarnando textos e personificando histórias e estórias, formam-se falsos pares – O defensor do Cidadão de Bem e o financiador do Tráfico; O trabalhador e o Vagabundo; O paladino e o Assassino; Os oprimidos e os Vermes; A limpeza e a sujeira. Põe-se em movimento

⁵ Sobre a ideia de um aprendizado do efeito da droga é necessário citar o trabalho do sociólogo americano Howard Becker (2008). Para o autor existe uma ambiguidade característica do efeito das substâncias psicoativas, a qual vai sendo modulada pelas relações sociais em torno do uso e, a partir de um uso continuado, “aprende-se” a distinguir os efeitos agradáveis. Becker afirma que há três momentos, não necessariamente separados, do chamado aprendizado do prazer da droga, a saber: o aprendizado das tecnologias de uso, a constituição de uma percepção dos efeitos e, finalmente, o treinamento de como ter prazer com o efeito. Evoco a contribuição deste autor aqui menos como um pilar conceitual ou uma referência teórica. Sua participação nesse trabalho visa cumprir o papel de trazer para a cena estudos que trabalhem na contramão da perspectiva de uma ontologia do efeito das substâncias, ou seja, pesquisas que façam contraponto a ideia do efeito da droga predeterminado por suas características químicas, puramente. Estudos como o de Becker (2008) abriram caminho para que pensemos o efeito da substância psicoativa numa configuração complexa em que concorrem fatores físico-químicos, sociais, psicossociais, históricos, etc. Para saber mais: BECKER, H. S. (2008). *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

um binarismo artificial em que os polos são cambiantes, pois flutuam sobre o infinito e são dualidades de oportunidade. Uma coisa é, porém, tristemente certa - de onde nasce esses dualismos existem relações de força, nos dias em que vivem Ubirajara, Carlos e Marcos, que colocam os sujeitos na necessidade de anulação do outro em sua condição de existência irreduzível. Marcos já disse, porém, os dois polos se produzem juntos e são irmãos de nascimento. O policial e os rapazes oscilam dentro desses polos. Nos mesmo nível, esses dualismos são a encarnação dos textos que dizem que um certo ser deve ser perseguido e que outro persegue. Os textos, porém, precisam de corpos. Mistura de corpos e textos. Sobre as cabeças, a captura territorial da famigerada brincadeira e policia e ladrão. Não é tão certo que não possa ser incerto, porém.

A dança dos saberes sobres em seu contato com as peles está prestes a colocar em curso a encarnação de suas alegorias aviltantes. Policiais se tornam os textos jurídicos, que por sua vez, coproduzem os clamores que dizem representar. Entre saberes e atos, consolida-se a gigante máquina moedora de carne que visa criar degenerescências formatadas, produtivas. Os batimentos cardíacos de nossa dupla de policiais-soldados-caçadores sobem, eles estão eufóricos, algo chegou para dar condição de sujeito para esses rapazes recém-constituídos instantâneos paladinos da moralidade. Nesse momento, acontece a descarga dos mais variados neurotransmissores no sistema nervoso de Carlos e Ubirajara e aquela sensação é “entorpecente”, é “viciante”, é “destrutiva”, é “alienante”.

Nossos rapazes estão em vias quase instantâneas de se tornarem os soldados do Bem-estar. Todo um campo de virtualidades em torno da emergência do Sujeito caçador de bandidos está em vias de atualização a partir da imanência dessas formas. Uma força virtual está em curso de atualização.⁶

⁶ Citação indireta de - DELEUZE, G; PARNET, C. O atual e o Virtual. in: Diálogos. São Paulo: Editora Escuta, 1998, (p.121 – 124)

IV

Carlos e Ubirajara poderiam intervir antes dos garotos irem comprar as drogas. Ao invés disso, porém, outro movimento se opera. A dupla de policiais espera (sem perceber que o fazem) o momento de Marcos e seu amigo saírem de soslaio, para também prosseguirem à sua caçada. Não era uma simples questão de coibir um hábito “destrutivo”, o que estava em jogo era o projeto de derrogar “projetos” de *uso de si* que aqueles rapazes estavam colocando em curso. Mas a caçada também emergia para Carlos e Ubirajara como um certo *uso de si*. Podemos dizer que um conjunto de saberes, regras e formas de ser colocava em curso uma propedêutica instantânea; procedimentos normalizantes a partir de corpos normatizados; e processos de engendramento de “sociabilidades”⁷. A “problemática” *uso de drogas* e seus conteúdos científicos anexados... a constituição dos corpos policiantes e policiados... os modos de subjetivação que operam como produção de sujeitos a partir da clivagem interna e externa entre bandidos e mocinhos, emergiam imponentes numa teia de Experiências de si e de outros. De alguma maneira, porém, esse registro da Experiência de si histórico-cultural, flutua sempre sobre um fundo sorrateiro, tácito onde vemos o que chamaríamos de *experiência trágica de si*, experiência limítrofe, que mantém pontas de descontinuidade em que toda sorte de conformações podem emergir. Essa experiência trágica de si estaria por se mostrar presente em nossa breve história, quando da incapacidade de linearizar o encontro entre policial e usuário, vemos nossos atores terem acesso à coemergência de um acontecimento intempestivo e transformador.

Mas retornemos um pouco para falar da história de Carlos.

Apesar de aparentemente convergirem em quase tudo, a dupla de policiais vinha de esteios bem distintos e compunham seus personagens de forma muito diferentes. Carlos era um Jovem negro que havia crescido em um bairro de periferia (a mesma comunidade de Luís e Marcos). Filho de um pastor evangélico, Carlos

⁷ Social como uma configuração associativa sempre limítrofe, sempre transitória. Dessa forma, lançamos mão do conceito de Social não como uma entidade, ou uma categoria que secciona os fluxos vivenciais entre sujeito/individual – Social/coletivo. Social como movimento de produção de associações, que são, por sua vez, sempre limiares.

construiu um arcabouço de crenças que costumava condenar tudo aquilo que ele, na verdade, temia. Todos os códigos morais alardeados por seu pai formavam um terno apertado em que Carlos se sentia bem vestido apesar da dificuldade para respirar.

Sempre afeito a esportes e aventuras, Carlos demonstrava desde a mais tenra infância disciplina e controle estoicos. Praticou toda sorte de esportes e almejava ser lutador. Apesar de condenar grande parte das condutas das pessoas que moravam em seu bairro (seja pelo uso de drogas ou seja pelo culto a santos), também por uma modulação bem própria de sua formação religiosa, mantivera sempre uma política de boa vizinhança, afinal todos somos fiéis em potencial, só precisamos ser tocados. Ao longo de toda sua vida, Carlos se orgulhava de explicar com muita calma para os seus colegas que ele supunha usuários de drogas os malefícios desse hábito. De destruição dos neurônios, passando pela esquizofrenia e desembocando na impotência sexual, Carlos espalhava “os últimos e mais balizados achados científicos sobre a temática”. Nesse entremeio de ciência e religião, o futuro policial se sentia asséptico, sentia-se imune à sua vizinhança e, de alguma forma, sentia-se uma pessoa daquele jeito e, num movimento de composição em rede, a comunidade também depositara autoridade em Carlos. Um pouco mais velho (com cerca de 20 anos), Carlos presenciou a morte de sua avó, com quem tinha fortíssima ligação. A morte, porém, não veio com carinho, ela decidiu estender sua passagem pelo corpo de sua avó durante um longo e penoso ano. Um dia, em uma das abordagens da equipe de saúde, sua avó teve que ser contida à força e um medicamento fora aplicado. Nesse dia, Carlos teve um “insight”, pois pensara que com o usuário de drogas era a mesma coisa, ou seja, eles precisavam ser contidos, afinal “*era um problema de saúde*”, dizia ele ironicamente respondendo a um possível querelante ativista de direitos humanos virtual que ele carregava consigo em pensamento a fim de antecipar questionamentos e encerrar conversas.

V

Ninguém nunca soube nada sobre Ubirajara. Chegava sempre no mesmo horário e saía exatamente ao acabar seu expediente. Era frio, distante e cotidiano. Tinha o corpo meticulosamente extraído de sua potencia como sujeito. Era uma engrenagem...

VI

Logo após ser liberado da abordagem, Marcos, aturdido, desatou a correr sem olhar para frente, menos ainda para trás. Corria na linha de ser fuga do tempo. Corria como quem foge de uma estrela. Assim que seu corpo, exaurido, sentira que todos os fragmentos de pesadelos já haviam sido acordados e afundavam na profundidade de um sono sem sonhos, Marcos sentou-se a beira de um meio-fio e chorou. O choro era tão gástrico que exortava as tripas a se posicionarem como profundos pesares existenciais e esses pesarosos sentimentos reviravam as vísceras do rapaz, solicitando um corpo que os vivessem. A cada soluço, engolia tudo que fora até ali e toda eternidade do porvir. Era bicho recém-nascido rasgando o couro das horas para do avesso do tempo fazer momento. O ar que o circundava invadia atabalhoadamente o interior do seu corpo fazendo-o reverberar como fogo-fátuo dos gases da cidade. Nesse momento, talvez pela primeira vez, sentiu que algo deveria sair do lugar.

Após alguns minutos, murcho de tanto rasgar-se, levantou-se e sem pensamento definido caminhou em direção à casa de seu amigo Luís, que “por acaso” morava atualmente perto dali. Já se passavam de 02 da madrugada quando Marcos chegou ao prédio onde Luís morava. Tocou o interfone e o amigo atendeu de pronto, com a voz de quem não estava dormindo. Marcos, nesse momento, sentiu-se confortável de não incomodar. Ao chegar ao apartamento do amigo, levou um susto. Havia pilhas de textos e livros amontoados na sala e muita poeira. Restos de inúmeras refeições se amontoavam arqueológicos em vários cantos da sala. O amigo estava frenético. Falava sem parar enquanto andava pela casa - “Sabe a Ângela, Marcos? Ela *tava* aqui até quase agora. Você *ia* adorar vê-la... Como estão as coisas? Rapaz você tá péssimo. O que que aconteceu? Nos encontramos mais cedo, você *tava* bem”. Marcos, sentindo-se oprimido por aquela enxurrada de assuntos, pediu para o amigo apenas para tomar um banho e passar a noite por lá. Após o banho, os dois sentaram para conversar na sala, onde ainda havia lugar, e Marcos, que havia buscado ajuda, viu-se ajudando. Luís falava que estava com sérias dificuldades para dormir e que se sente muito desorganizado, sem conseguir finalizar uma única atividade das que se propõe. Numa certa altura, Luís disse -

“Mas um colega meu disse de uma religião que o pessoal bebe um chá. Você conhece? Eles me convidaram para ir lá amanhã? Você não gostaria de ir comigo não? Vai ser legal. Parece que amanhã é na casa do cara que é chefe. Vai ser pela manhã. *Vamo lá?*”. Marcos não era muito afeito a esse tipo de *alternativisses*, mas não viu mal e combinou de participar da celebração.

Pela manhã, os dois saíram direto para a casa do Chefe da misteriosa religião. Ao chegarem lá foram recebidos com muito carinho. Marcos estranhava todos vestidos de branco. Todos se abraçavam e era como se fossem amigos. Conversavam coisas sobre astros, reencarnação, etc. Marcos e Luís apenas esperavam com diferentes expectativas. Para o segundo, aquilo era um remédio, para o primeiro, algum tipo de salvação oculta. Eis a hora de começar. Todos se posicionaram em círculo. O Chá era de um verde escuro, grosso e com um cheiro estranho. Era 9 da manhã, cada um recebeu um copo com aquele chá e, apesar de não saber o que, cada vez mais algo grande se anunciava. Marcos tem o chá em sua mão e um conjunto completamente novo e brilhante de expectativas.

* * *

Após liberar Marcos, Carlos manteve-se em silêncio olhando para o nada. Ubirajara sem entender, interpelou ferozmente o colega policial. “*Porra Carlos... que merda é essa? Você tá amolecendo rapaz? Essa gente precisa de um corretivo, precisa aprender que não é assim não que as coisas funcionam. Vou embora... se vira aí!*”. Carlos não sabia se sabia responder ao que acontecera. Sentia algo fora do lugar, mas principalmente sentia pela primeira vez que algo fora do lugar se mostrava. Perguntava-se – “Onde estive esse tempo todo?”. Andou lenta e pesadamente. Era a pata de um elefante. Uma pata de elefante sozinha andando e sentindo um peso de todo universo, o peso de todos os elefantes que poderiam ser donos daquela pata. Um peso eterno e sem forma criava milhões de formas que nem chegavam a sê-las, mas que serviam apenas como um contorno que despejava peso em suas costas. Não era as costas de alguém, era apenas costa para ser peso. Ao chegar a casa, olhou sua esposa e seus filhos dormindo. Essa imagem cândida que era o investimento de sua existência, que era o seu santuário, pela primeira vez não foi um conforto. Pensava em todos os sonos do mundo! Pensava no mundo que se faz em cada vida. Por um momento foi virtualmente todo (o)

mundo. Sentia que a vida terno-apertado que herdara dos projetos que fizera(m) pra si o enforcava muito além do suportável, apenas para que o insuportável fosse naturalizado. Nessa noite não dormiu. Durante a noite toda pensava no rapaz que abordara. Pensava em quais teriam sido os percursos do garoto até chegar ali e o que ocorrera com ele após a abordagem e, nesse momento, seu pensamento o levou a todas as abordagens policiais; à crueldade dos colegas; à frieza com que agrediam; pensou nas pessoas de seu bairro; e, de lampejo, sentiu que o seu gosto infantil por lutar havia sido agenciado de forma abjeta. Nessa noite, a ilusão de que ele pensava deu lugar à sensação visceral de que não pensamos somos pensados!

Pela manhã, não suportava a ideia de retornar para o trabalho de policial. Ao invés disso, foi a um psiquiatra. Chegando ao consultório, sentiu-se como se não tivesse o direito de estar lá. A suntuosidade do estabelecimento. Toda aquela brancura (em todos os sentidos), Carlos sentia como afronta, mas já havia chegado até ali e não iria declinar assim tão fácil. Entrou no consultório e o profissional médico não levantou o rosto. Carlos sentou e disse - “Bom dia!”. O psiquiatra levantou o rosto sorriu e respondeu - “Bom dia, *perá!*...”. Abaixou o rosto novamente para ler o nome na ficha ao invés de perguntar ao paciente em sua frente - “Carlos... Policial né? E aí, que que tá pegando?”. Carlos não sabia o que que *tava* pegando. Não sabia se havia acontecido algo. Não sabia se deveria falar algo. Não sabia se deveria falar. Não sabia se sabia. Não sabia se era aquilo que deveria ter feito. Tentando afastar não saberes, como sempre havia feito ao longo de sua vida, encarnou um personagem para tentar falar algo. Resmungou Carlos - “Sabe o que é doutor, não *tô* dormindo bem”. “Quando começou?”, perguntou o psiquiatra. Carlos sentiu muita vergonha de dizer que havia sido no dia anterior. Por um momento sentiu seu pai falando *isso não é coisa de homem rapaz*. Carlos não se lembrou da fala do pai, o corpo simplesmente sentiu o efeito dessa fala, que surgia mais como suposta do que como lembrada. “Ah Doutor... faz uns 03 meses”, respondeu Carlos. Após mais uns quinze minutos de conversa, Carlos recebeu um atestado e a receita de um calmante. A caminho de casa, passou em uma farmácia e comprou o remédio. Ao chegar em casa, pensava – “nunca tomei esse tipo de remédio. Será que *tô* ficando doido? O que que aconteceu comigo? Isso deve ser loucura... mas é remédio, pelo menos é remédio”. Eram 09 horas da manhã. Carlos senta-se a cama com um copo de água na mão e um comprimido na outra. Um conjunto de expectativas sombrias e estranhas habita seu corpo.

1. Excertos de um *entretexo*: Como *com-texto* atualizar?

“A crença na dependência causada pelas drogas pode ter profundas raízes culturais também, uma vez que é uma versão farmacológica da crença na” possessão demoníaca “que tem fascinado a cultura ocidental durante séculos”⁸ (ALEXANDER, 2010, *on-line*).

O pequeno conto que vimos na abertura desse trabalho é a composição de inúmeras histórias que tive a oportunidade de ouvir-presenciar ao longo dos anos. Essas experiências de contato com narrativas ganharam nessa introdução mais uma modulação a fim de que, a partir do exercício inventivo, da linguagem alegórica, emergem as inter-relações em sua dimensão performática. Compõe-se, dessa forma, em território ficcional, não menos real por isso. O resultado do encontro desses relatos é um texto que hibridiza conteúdos inteiros que me foram narrados com uma produção textualmente potencialmente literal. São composições de reminiscências, de fragmentos de percursos que, convergindo em texto ficção, permite a criação híbridos das histórias e estórias. O texto atua assim como ponto de emergência de um novo tecido narrativo. Há, não obstante, uma certa linha de convergência entre os relatos que habitam o pequeno conto – todas eles versam na complexa teia de relações que se articulam em torno da experiência de uso de psicoativos na contemporaneidade. Além disso, a historieta traz para a cena os efeitos produzidos pelo engendramento entre práticas discursivas e os atos extralinguísticos na produção dos sujeitos que habitam esse campo problemático. *Importa-me, inicialmente, como nó problemático, a produção dos limites do que se julga legal e ilegal no campo do uso de psicoativos e que tipo de efeitos são produzidos no bojo dessa separação nos corpos que experimentam o uso de substâncias caracterizadas como Drogas Ilegais.*

O filósofo Walter Benjamin em seu célebre artigo *O narrador* afirma que “a experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte que recorrem todos os narradores” (BENJAMIN, 1987, pg. 199). Apesar de a experiência vivida ser a matéria de produção do Narrador, engana-se quem presume que essa matéria seja

⁸ Tradução nossa - “Belief in drug-induced addiction may have deep cultural roots as well, since it is a pharmacological version of the belief in “demon possession” that has entranced western culture for centuries.”

“a verdade dos fatos”. No exercício narrativo, que agencia num mesmo movimento coletividades e acessos singulares, há um terreno de passagem em que o narrador se deixar habitar para depois habitar outrem. O narrador é terreno, palco e passagem da experiência narrativa. Dessa forma, experiência (*Erfahrung*), memória (*Erinnerung*) e narração (*Erzählung*) se intercalam como molas propulsoras da produção de real, de um tempo, de uma ancestralidade e um porvir que criam imagens do tempo presente.

Ela [a narrativa] não está interessada em transmitir ‘o puro em si’ da coisa narrada como uma informação ou relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador como a mão do oleiro na argila do vaso (...) (BENJAMIN, 1987, p. 205)

A conversa com as narrativas traz um primeiro contorno metodológico-político que é a pedra de toque da construção dos textos que habitam a presente dissertação, uma vez que parto do pressuposto de que discursos e práticas se articulam na produção dessa linha divisória entre experiências com psicoativos proscritas e prescritas, legais e ilegais, de modo que se torna imperativo traçar os caminhos, as tramas, as redes que certas discursividades costuram, e, principalmente, como essa inter-relação dobra-se em modos de subjetivação, modos de ser. Quais enunciados habitam o campo do uso de psicoativos e que sujeitos e predicções são produzidas no âmbito desses territórios é uma pergunta que salta como ponto de emergência do presente texto. Buscando um nó de entrada na univocidade dos discursos científicos, almejo colocar em questão as práticas de clivagem do sujeito interna e externamente (FOUCAULT, 1982) que distinguem o usuário de psicoativo legal e o usuário de psicoativo ilegal e como o corpo em uso da substância ilícita, ou reprovada moralmente, reconhece-se como sujeito. Será trazida para a discussão a maneira como a própria experiência de uso de psicoativos é atravessada pela amalgama dos regimes linguísticos e de práticas sociais. Em que medida a experiência de uso de psicoativo taxada/narrada como moralmente condenável, ou como degradante, ou como perigosa produz um efeito físico no sujeito que responde a esses enunciados, mas, também, e principalmente, em que medida esse efeito desvia e vemos surgir experiências que escapam a um caminho previsível. Isso salta com importância inefável quando constatamos que essas relações de produção de um sujeito e de um corpo deflagram regimes

micropolíticos de poder em que o governar se torna possível, pois como lembra Foucault (1982, p. 790):

Quando se define o exercício do poder como um modo de ação sobre as ações dos outros, quando se caracteriza essa ação pelo "governo" dos homens, uns pelos outros – no sentido mais extenso da palavra - inclui-se um elemento importante: a liberdade. O poder só é exercido sobre sujeitos livres e apenas na medida em que eles estão livres - entendendo-se por isso sujeitos individuais ou coletivos que têm diante de si um campo de possibilidade em que diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer.⁹

A Clivagem entre experiências de uso de psicoativo lícito e ilícito tem um registro de intimidade diferencial, não obstante constitutiva e que se configura como um exercício de governo por positividade, uma vez que incita uma forma tida como terapêutica de uso de psicoativo e sequestra uma forma tida como degradada. De alguma maneira, esses dois polos [legal e ilegal] estão intimamente relacionados na produção um do outro e na produção das ciências médicas como conhecemos. São, porém, falsas polaridades, na medida em que aparentemente criam um real da *psicoativação* com conhecemos dentro dessa definição *binarizada*, sendo que é uma realidade flagrantemente plural. Esse exercício de criação de um maniqueísmo cientificamente balizado, constrói um senso comum de que o fato de alguma substância ser considerada ilegal é um julgamento neutro, imparcial e acima de todas as outras possibilidades. Esse processo é uma tentativa exasperada de capturar as multiplicidades de relação com as substâncias psicoativas. Em algum momento da história recente, a destinação de um uso de psicoativo para os meios médicos e outro para o campo da segurança pública surgiu como uma arregimentação do exercício de um governo, ou, da possibilidade de exercício de um poder/saber (FIORE; GOULART; LABATE, 2008). O uso tido como terapêutico prescrito só ganhou sentido na interface com outro tido como prejudicial, proscrito. Essa relação, porém, não teria conseguido lograr êxito em produzir uma abordagem

⁹ Tradução nossa - *When one defines the exercise of power as a mode of action upon the actions of others, when one characterizes these actions by the government of men by other men - in the broadest sense of the term - one includes an important element: freedom. Power is exercised only over free subjects, and only insofar as they are free. By this we mean individual or collective subjects who are faced with a field of possibilities in which several ways of behaving, several reactions and diverse comportments, may be realized.*

de captura da experiência de uso de psicoativo na contemporaneidade se não considerarmos a produção no século XX de uma cidadania biológica na qual é fortalecida uma construção medicamentosa de Si (ALMEIDA; EUGÊNIO, 2008, P. 36), uma vez que estamos afirmando que o poder age mais por positividade do que por repressão (Foucault, 2012). A utilização de psicoativos, de um modo geral, ganhou um papel importante na composição dos sujeitos ao longo do século XX. Em composição mútua, produz-se um arcabouço científico e legal para dar conta de regulamentar procedimentos de incisão direta sobre os corpos. Dentro dessa dinâmica, interessa-me discutir qual o papel dessa arregimentação na produção de um efeito destrutivo-abolitivo na experiência de uso de psicoativos. Na sombra do efeito celebrado de psicoativos em consultórios psiquiátricos, há uma precariedade forjada para a experiência de uso ilegal, que também é regulada, mas pela política de segurança. Essa precariedade é uma tendência presente no *status quo*, e não pode ser também considerada como certa, pois, se assim considerar, estaria produzindo a mesma linearidade dos discursos cientificistas, mesmo que pela crítica.

A ilegalidade de certas substância é um produto caro da segurança pública que, de certa forma, constitui o mercado dos psicoativos legais. Há no modo medicamentado e medicalizado de produção de si uma relação com o efeito destrutivo experimentado por algumas pessoas no contato com algumas substâncias? Não dizemos aqui de uma relação de causalidade direta, mas de composição em rede, ou seja, de forma complexa produz se as imagens contemporâneas da questão do uso de substâncias psicoativas ilegais. Dentro dessa linearidade presumida no discurso científico sobre o uso de psicoativos ilegais, não há, porém, somente destruição-abolitiva, pois o corpo resiste, o corpo desvia, o corpo é um campo de batalha.

Ao longo do processo histórico de emergência dos dispositivos em torno do uso de psicoativos no século XX, todo um conjunto de normas, senhas, procedimentos conjuraram certos usos ao *setting* (ZINBERG, 1984) terapêutico em detrimento de outros usos aos quais é destinado um tratamento institucional daqueles que carregam o carimbo de “risco à ordem social”. Qual é o *setting* constituído para o uso de substâncias psicoativas que não se considera-se legal? Quais são as resultantes dos *settings* mediados pela segurança pública?

Tanto um uso legal quanto ilegal compõem, no campo científico, o projeto de criação de uma certa ontologia das substâncias, em que, afastadas as condições

ambientais “enviesantes”, teríamos o puro e transcendental efeito inerente de cada uma delas. Dessa maneira, o prejuízo ou benefício de uma substância é visto como uma entidade estanque, que estaria cristalizada em suas características físico-químicas. Um interessante elemento observado por Fiore (2004) questiona essa ontologia - se os prejuízos de determinada substância são advindos de suas características farmacodinâmicas, por que na definição do diagnóstico, segundo a CID-10 e/ou DSM-IV, de uso nocivo encontra-se como critério a existência de dano real ao sujeito, dentro do qual se enquadra as chamadas “consequências sociais”, as quais, muitas delas, estão ligadas a reprovação legal causado pelo sistema *proibicionista* que temos? Dito de outra forma, os males sociais ligados ao uso de substância química ilegais advém em muito da reprovação preconceituosa da sociedade e das políticas de segurança pública, por que esse males sociais são tidos como critérios diagnósticos para uma patologia? Como uma mal criado pelo tratamento que damos para a questão das substâncias ilegais pode ser considerado um mal das substâncias ilegais?

Há aí uma naturalização “de pretensão dano social” causado pela droga que incide de um lado como uma sinonímia entre substância psicoativa ilegal e risco social¹⁰ e de outro entre substância psicoativa ilegal e uso nocivo, uma vez que se a substância usada é ilegal, naturalmente seu uso será causador de constrangimento social. É no bojo desse questionamento que situo o presente estudo, pois ao considerarmos que as relações de poder incidem diretamente sobre o corpo sem necessariamente passar pelo filtro do sujeito (FOUCAULT, 1977), importa analisar como a rede de enunciados científicos que surgem teoricamente “oferecendo a verdade dos fatos” ao longo do século XX, trouxe o diagnóstico (ou o uso de uma substância, ou uma categorização médica) como um importante motor de subjetivação, no sentido de que a partir dessa incisão sobre o corpo um sujeito surge. Dentro dessa lógica, para que essa univocidade fosse lógica, um corpo que usa uma substância psicoativa ilegal deveria “naturalmente” se sentir mal.

¹⁰ Seria pertinente um questionamento da noção de risco social. Definitivamente não trabalho com essa categoria e a utilização desse termo foi proposital, no sentido de evocar seu peso. A ideia de risco social em Saúde e ou Assistência carrega a insígnia de taxação de alguns indivíduos como perigosos, que por isso, devem ser vigiados, tutelados. Obviamente o discurso vigente é que a ideia de Risco Social é utilizada para determinar conjunto de fatores sociais que podem ser causadores de algum agravo ao indivíduo, porém, efetivamente, o que esse conceito produz é uma vigilância constante da pobreza.

Em 1984, o psiquiatra americano Norman Zinberg (1984), versando nas mesmas bases de Howard Becker, publicou o livro *Drug, Set, and Setting: The Basis for Controlled Intoxicant Use*. O livro é uma compilação de duas décadas de experiência no campo do uso de substância psicoativas. O psiquiatra estudou veteranos de guerra usuários de heroína e, posteriormente, investigou as diferenças entre usuários britânicos e norte-americanos da mesma substância, chegando a conclusão de que seria imperioso para entender a experiência com substâncias psicoativas considerar além das questões da farmacologia da substância (Drug) e dos elementos relativos ao usuário (set), as condições materiais e sociais (setting) onde o uso se dá. Zinberg (1984) afirmava que, diferentemente do que pressupunha a psiquiatria da época, praticamente todos os veteranos ao voltaram da Guerra não se tornaram usuários dependentes inveterados, muito pelo contrário, comprovando o papel decisivo do “*setting*” na composição dos efeitos da heroína sobre o corpo dos usuários. Como nos mostra Alves (2015, pg. 180):

Era amplamente difundido no século XX a ideia de que a heroína era comumente procurada por pessoas com profunda desordem de personalidade e que, para elas, a abstinência total se tornara a única alternativa. Estudos dos anos sessenta do século passado igualavam uso a abuso e raramente consideravam o uso moderado ou ocasional como um padrão viável. O uso não abusivo era tratado como um estágio de transição breve rumo à abstinência, ou, mais comumente, ao uso compulsivo. Os pesquisadores da época e em grande medida até os dias de hoje, procuravam primeiro determinar os potenciais efeitos danosos das drogas ilícitas para então, estudar as desordens de personalidade resultantes do uso destas substâncias – desordens que eram ironicamente, consideradas responsáveis pelo uso de drogas.

Como se vê o acento se dava para o polo *Drug* ou *Set*, enquanto o *Setting* era apenas um viés a ser controlado, porém o que ocorre nos estudos desses dois autores, assim como nos de outros, dos quais cito Bruce Alexander (1981, 2001, 2010) é que a dimensão experiencial estava extrapolando as forçosas afirmações científicas daquele tempo (muitas que perduram até os dias de hoje), solicitando às pesquisas em curso uma atenção à dimensão de complexidade. A incipiência e o simplismo exacerbados do modelo positivista de ciência não seriam capazes de dar conta do caráter multifacetado da experiência de *psicoativação*. Ainda nesse campo, os estudos de Zinberg mostraram que havia uma quantidade diminuta de literatura

científica sobre padrão de uso no EUA, já que todo uso era considerado uma passagem para o uso abusivo ou dependente. Isso difere essencialmente da realidade que o autor encontra na Inglaterra ao perceber que técnica e normativamente se considerava a possibilidade de padrões de uso em solo inglês, bem como outros pontos da Europa. Havia menos julgamento moral sobre o uso de heroína na sociedade, bem como uma quantidade maior de estudos sobre o chamado “padrão de uso” de substâncias psicoativas. Simultaneamente, o autor observa na Inglaterra uma quantidade menor de usuários disfuncionais. Não se trata, porém, assim como no caso de Becker, de utilizar Norman Zinberg como um pilar teórico, uma vez que se observa no autor, de alguma forma, uma noção estática e *estruturalizada* de contexto social x pessoa x substância. Como resultado, uma análise descontextualizada a partir dessas categorias operaria com a distinção determinista e estanque entre natureza e cultura (GOMART apud ALVES, 2015). Apesar dessa necessária crítica, a qual não se direcionaria essencialmente apenas ao trabalho de Zinberg, mas ao paradigma que norteava um campo amplo nas ciências humanas daquele tempo, acredito que há dois importantes motivos para a utilização da ideia de *setting*, ainda considerando a forma como ele aparece na obra do autor em questão.

Primeiro, a presente dissertação tem como um dos objetivos produzir conhecimento que contribua com a desconstrução de uma ontologia do efeito de psicoativos, a qual sempre alçou a substância e suas características farmacofisiológicas à posição de única entidade explicativa de seus efeitos. Os estudos de Zinberg, assim como de outros, defrontaram-se com o contrário desses enunciados reducionistas. Essa visão simplória do efeito dos psicoativos persiste até a atualidade, de modo que a escolha por esse conceito [*setting*] é também uma escolha política, pois ele é o registro de uma contraposição dentro do campo científico relacionado ao uso de substâncias psicoativas ilegais. Acredito que ao apostar em uma posição de contrafluxo dos enunciados produzidos dentro do rigor científico de sua época, Zinberg contribuía para que o dispositivo da ciência experimental fosse abalado por essas experiências fugidias, que insistiam em questionar a magnificência asséptica de enunciados “isolados”. Dessa forma, a escolha será feita como um exercício de alinhamento com o legado trazido por esses autores.

Segundo, a ideia de contexto como um elemento a ser considerado na definição técnica do efeito das drogas, quando radicalizada, evoca um importante compromisso ético-metodológico de partir a análise da dimensão de imanência. De minha própria parte gostaria de, partindo da ideia de Zinberg, considerar algumas possíveis articulações do conceito de *setting*.

Uma busca rápida no Oxford English Dictionary (*on-line*) para o sentido da palavra *setting* encontra-se, entre outros: 1 - *The place or type of surroundings where something is positioned or where an event takes place* (O local ou o tipo de ambiente em que algo é posicionado ou um evento ocorre); 1.1. *The place and time at which a play, novel, or film is represented as happening* (O local e tempo em que uma peça de teatro, romance, ou um filme é representado como acontecendo). 1.2. *North American - The scenery and stage furniture used in a play or film* (o cenário e palco usados em um jogo ou filme). A partir de uma perspectiva mais dura, ou estruturada de contexto social, o *setting* seria apenas um *Background*, um fundo que é de uma ordem outra do que a do acontecimento – efeito da substância psicoativa. A partir dos textos advindos do dicionário, ensaia-se algumas interessantes articulações:

1 – temos a noção de entorno, num sentido em que o *event* emerge imanentemente sendo, dessa forma, da mesma matéria dos *surroundings* (pensando essa palavra com um sentido próximo ao de ambiente, mas sem dentro/fora. Ambiente não como o que circunda as formas que são, ambiente como a matéria de tudo);

No sentido 1.1, a ideia de *setting* evoca o enlace espaço + tempo; e na terceira definição tem-se a noção mesma de um cenário onde algo é encenado. Usando esses fragmentos como aporte, é possível dizer que as pessoas e os contextos se constituem juntas e se perpassam mutuamente na produção dos territórios, corpos e imagens dos efeitos das drogas. Nesse sentido, a ideia de *setting* e *set* se avizinham, na presente dissertação, do conceito de acontecimento/agenciamento (DELEUZE, 1997) e o que observo é que na composição *do setting* se intercalam relações materiais e signos, o que cria um palco (ou *setting*) em que o *set* se constitui como sujeito. Fiore (2013) propondo uma aproximação da perspectiva de *Drug, Set e Setting* com a Teoria Ator-Rede-TAR (LATOURE, 2005), sugere que as relações sejam pensadas em termos de substância, sujeito e evento. Alves (2015) também considera a aproximação com a TAR, mas

mantendo a categoria *Setting*. No caso da presente dissertação, trabalharemos com alguns importantes questionamentos trazidos pelos autores da TAR, mas sem a utilização direta desse arcabouço. Assim como Alves (2015) operarei com o conceito de *setting*, mas, aproximando-a do referencial deleuziano, justamente com o intuito de não pensar contexto como um elemento dado e determinista, sendo ele também uma produção de relações, de redes. Na intersecção entre os conceitos de agenciamento e acontecimento (DELEUZE, 1997, 2000) que situo a ideia de *setting* e aqui evocada. O *setting* emerge a partir de acordos, fluxos de corpos e territórios e só se performatiza *em acontecimento* ele não é um dado a priori. O *setting* psicoterapêutico, por exemplo, presta-se como uma boa analogia, pois não se trata do consultório, posto que o agencia de forma relacional e é fruto de acordos visíveis e tácitos, textos, e perspectivas que tem o acontecimento atendimento como elemento de emergência.

Com o auxílio desse referencial, a análise do contexto de precariedade da experiência do uso de psicoativos ilegais não pode ser pensada apenas como uma opressão externa de um agente punitivo, mas como uma emergência que se dá na interface contexto-corpo-sujeito. Os corpos agenciados nesse “duplo condicionamento” (FOUCAULT, 2012) macro e micropolítico executam eles mesmos os movimentos e gestos da submissão. Os gestos, atos, comportamentos em nível micropolítico criam redes a partir de um movimento dispersivo-circular emergindo como campos de exercício de poder. As formas de submissão operam de forma produtiva, no sentido de otimização “vital” e dependem da composição com instituições locais, cotidianas e não centrais (FOUCAULT, 1979). O corpo “que se danifica no uso de drogas” é peça chave na produção da maquinaria. Não dizemos dessa forma que a opressão pela força geraria o efeito degradante da droga, na mesma medida em que não se diria que “a droga causa degradação”, mas dizemos que os discursos científicos e normativas produzem uma experiência degradada de uso de substâncias psicoativas e o campo de exercício de um poder é criado. Os esforços para pretensamente eliminar um problema o criam e o corpo sente-se como um corpo danificado. Dessa experiência um sujeito é acontecido.

Como vemos, não é uma distinção apenas de escalas que caracteriza as análises micropolíticas e macropolíticas (FOUCAULT, 1979). As interfaces entre micro e macropolítica não cumprem um papel de bloquear desvios e sim de se apropriar de seu potencial inventivo na produção de uma subserviência desejada.

Num escopo amplo, como já afirmado antes, considero importante interrogar sobre os pontos de convergência entre a experiência de uso de psicoativos lícitos e ilícitos, para tecer redes que conectem essas realidades, mas, aqui, considerando inclusive a amplitude dessa dissertação, buscarei situar a pesquisa no território das substâncias psicoativas ilegais levando em conta o aspecto político dessa escolha. Dessa forma, busco um acesso aos planos locais de emergência da chamada guerra às drogas, principalmente, pelos sujeitos que estão no polo a ser combatido. Afinal, o que sente o corpo que experimenta o uso de psicoativos ilegais na contemporaneidade brasileira? Qual a relação desses efeitos experimentados com o arcabouço científico-normativo-moral que sustenta, entre outras resultantes, a famigerada “guerra às drogas”? Ciente da necessidade de consideração dos pressupostos valorativos dos enunciados científicos (FIORE; GOULART; LABATE, 2008), caminho no sentido de observar como os discursos técnicos aliados a planos normativos habitam o corpo que *experimenta* o uso de psicoativos ilegais.

Por isso, direciono o toque da pesquisa para os efeitos experimentados por usuários de substâncias psicoativas ilícitas pela via da conversa com as narrativas sobre essas experiências, por se tratar da dimensão que visou acessar da problemática. Temos então duas texturas importantes de serem consideradas – a experiência de uso de psicoativos e a experiência de narrá-las.

1.1 Experiência, memória e narrativa: o não experimento e a epistemologia do desvio.

Saber orientar-se numa cidade não significa muito. No entanto, perder-se numa cidade, como alguém se perde numa floresta, requer instrução. (BENJAMIN, 1987, p. 71)

O que seria necessário a esse sujeito que se lança em uma cidade como quem se lança a uma floresta com o intuito de perder-se? Essa citação do início do texto *A infância em Berlim por volta de 1900* anuncia o que virá pela frente - uma dinâmica discursiva que tem o tempo da rememoração involuntária, ou, ainda, o tempo da experiência de memória em que Benjamin se perde em suas rememorações como quem acessa um ponto de coemergência entre subjetivo e

objetivo, entre “internos” e “externos”, entre sensações e acontecimentos, entre locais e territórios. Interessantemente, esse texto é construído a partir de uma enxurrada de fragmentos que dão conta de atualizar reminiscências, cores, odores, da Berlim de sua infância e, num processo impressionante de condensação e dispersão, faz-se memória que não é do indivíduo Benjamin, mas de uma infância berlinense e talvez o leitor tenha acesso à experiência berlinense de 1900 a partir da narração. Muitas vezes vê-se no texto em questão uma passagem vertiginosa de tempo, em que o Benjamin salta entre os anos compondo uma narratividade descontínua e intensiva. Nesse fluxo narrativo vivaz e palpitante o que sentimos é a produção de imagens que respiram e enredam-nos. Vejamos um trecho a seguir:

O rasto luminoso sob a porta do quarto, na véspera, quando os outros ainda estavam de pé – não era o primeiro indício de uma viagem? Não penetrava na noite infantil cheia de expectativas, como mais tarde, na noite, de um público, o filete de luz sob a cortina do palco? Creio que a nave de sonhos, que então nos apanhava, oscilou frequentemente sobre o ruído das vagas de conversas e sobre a espuma do estrepitar de pratos em frente de nossas camas e, de manhã cedo, nos punha de novo em terra firme, febris, como se já tivéssemos concluído a viagem que só agora deveríamos iniciar. Viagem num coche ruidoso, que seguia ao longo do Landwehrkanal, e durante a qual meu coração subitamente se fazia pesado. Certamente não pelo que estava por vir nem pela despedida, mas sim pelo aborrecimento de estar sentado junto dos outros, que durava e perdurava, que não se extinguiria nem com o vislumbre da partida, tal como fantasma diante do amanhecer – aborrecimento que me enchia de tristeza. Mas não por muito tempo. Pois quando o coche havia deixado atrás de si a Rua Chaussee, de novo me adiantava com pensamentos sobre nossa viagem de trem. Desde então as dunas de Koserow ou de Wenningstedt desembocam para mim aqui na Rua dos Inválidos, onde os outros não confrontam senão muros de arenito da Estação de Stettin. Na maioria das vezes, porém, tínhamos nas primeiras horas matinais uma meta mais próxima. Ou seja, a Estação de Anhalt*, que devido ao nome, é o útero da ferrovia, no qual as locomotivas devem se sentir em casa e os trens devem fazer parada. (BENJAMIN, 1987, p. 82 e 83)

* Trocadilho entre o nome da estação (Anhalt) e o verbo parar (Anhalten) (nota do tradutor).

Rua de Mão Única, livro onde encontramos - *A infância em Berlim por volta de 1900* é uma obra fragmentária, formada pela montagem, pela bricolagem. Em muitos textos fica evidente a dinâmica de acesso a uma memória caracterizada por reminiscências, por lampejos, contrapondo-se a uma perspectiva de memória como acesso ao fato, ou ao dado. Em todo esse movimento, Benjamin se deixa perder via

Linguagem/narração nas inúmeras vivências (*Erlebenis*)¹¹ para que emergja a Experiência (*Erfahrung*) como a massa de modelagem de sua narração. Talvez deva reformular a pergunta inicial desta secção - O que seria necessário a esse sujeito que se lança *nas memórias* como quem se lança a uma floresta com o intuito de perder-se? À Baudelaire, Benjamin articula vivências fragmentárias e nos coloca em contato com a experiência de infância em Berlim. Esse *Ethos* emerge de uma certa noção de memória, de rememorar. Segundo o autor, a partir de uma aproximação com a teoria freudiana, dir-se-á que o registro mnêmico não está ligado essencial e diretamente ao exercício consciente de pensamento (BENJAMIN, 1994). A consciência não teria a função de efetuar a produção de traços de memória e sim de filtrar, ou, melhor dizendo, blindar o sujeito dos estímulos externos, logo se constituiria como um empecilho à produção de traços de memória.

A vivência (*Erlebnis*), como um ato de consciência, não está de modo algum referida ao registro. De acordo com a leitura benjaminiana de Freud, o consciente não tem a ambição de permanência dos traços mnemônicos, mas sim a de proteção contra os estímulos. Por definição, como vemos, a vivência, a experiência moderna não tem memória nela mesma. (BAPTISTA; LIMA, 2014, 476)

Dessa forma, a memória consciente não teria nada a dizer sobre o passado, além de que não daria suporte à experiência em sua dimensão de acontecimento, uma vez que este se invagina no sujeito, muito além do ponto onde efetivamente ele se identifica como um EU ciente. A memória teria seu funcionamento explicado pela dimensão inconsciente e o arroubo seria o seu movimento, ou pelo menos a chamada memória involuntária que seria o local de efetivo registro (BAPTISTA;

¹¹ Em seu percurso de contorno conceitual da noção de Experiência (*Erfahrung*), em um certo momento de sua obra, Benjamin a distingue de Vivência (*Erlebenis*). Esse momento é o texto Sobre Alguns Temas em Baudelaire, em que Walter Benjamin define *Erfahrung* como a matéria do saber tácito e cultural que é transmitido por gerações e influencia tanto a esfera coletiva como individual (poderíamos até dizer que produz essas fronteiras). Ela [a experiência] não se constitui a partir de elementos fixos e isolados que situam-se numa memória estática e já dada, mas se forma por dados acumulados e inconscientes que emergem à memória. *Erlebenis*, por sua vez se dá por dados isolados, conscientes, pontuais e estáticos na memória (Benjamin, 1994). Sobre isso Baptista e Lima (2014, p. 473) dizem: “Pela primeira vez em seus escritos, Benjamin realiza a separação entre a experiência rica, da tradição, a *Erfahrung*, e a experiência pobre da modernidade, doravante chamada de vivência, *Erlebnis*. Todo o artigo Sobre alguns temas baudelairianos será uma tentativa de separar e definir essa nova forma de experiência moderna: a vivência”.

LIMA, 2013). Em *Rua de Mão Única*, Benjamin flutua sobre vivências, deixando que do acesso às reminiscências emergja a experiência e na coisa a memória se faça. Então, qual instrução é requerida àqueles que visam vagar por suas memórias? Menos que uma resposta procedimental, talvez, a experiência benjaminiana possa auxiliar como pista, posto que nitidamente há um contato do autor com o texto que é autopoiético. O ato de escrever o faz desviar e essa dimensão experiencial “inconsciente” faz parte da escrita. Uma escrita minuciosa, mas não enrijecida. Um caminho pela minúcia que seja abertura para o campo sem forma específica da experiência. Sob esse aspecto, dizemos que, ao narrar, real e percebido se criam, e não seria diferente na escrita, que em pesquisa também surge como momento da produção de saber (DE BARROS; KASTRUP, 2009). O contato com a linguagem é momento de produção de um real, de uma memória.

Em toda essa elaboração a respeito do referencial benjaminiano, algo fica pungente – a linguagem como centro da questão, motivo pelo qual a questão das narrativas e das práticas discursivas se tornam centrais também quando evoca-se “a questão da droga”.

A experiência de uso de psicoativos ilegais na contemporaneidade é precária, ou melhor *precarizada*. É uma experiência pobre na já empobrecida experiência herdada da modernidade. Os mecanismos desse empobrecimento remontam a um problema de linguagem, uma vez que esta compõe-se com a experiência. O poder narrativo da experiência advinda do uso de psicoativos foi seqüestrado para que sua resistência pudesse ser aproveitada na produção de informação, de um saber. Benjamin afirma em “Experiência e Pobreza” (BENJAMIN, 1987e) que a narrativa da morte foi cada vez mais retirada do espaço público e os moribundos passaram a ser levados para a os hospitais para morrerem. Nesse processo a narrativa da morte e sua pungência experiencial deixaram de ser elementos de uma narrativa pública passando a compor dados de informação para modernidade (ou dados para o saber médico), da mesma forma, a narrativa do usuário de psicoativos ilegais também foi retirada do convívio social, a fim de que pudesse ser aproveitada no interior das instituições asilares. Nesse processo, a própria experiência de uso de psicoativos é que foi empobrecida em sua dimensão *acontecimental*, uma vez que ela passa a ser elemento experimental. Perde-se o tempo das miudezas dessa experiência, o tempo do desvio, para que toda sua a heterogênesse remeta a um castelo construído de médias e proposições lineares.

Além da leitura que aqui se faz da questão da droga a partir da discussão sobre memória e narratividade em Benjamin, evocar o Rua de Mão Única para nós é também um prelúdio do que mais a frente contornaremos como uma proposta metodológica. A constituição de um método por desvio, apresentada por Benjamin a primeira em vez em sua Tese – A Origem do Drama Barroco Alemão (Benjamin, 1984), ganha síntese em Rua de Mão Única e vemos aí se expressar o gosto pelo *monadológico*¹², pelo miniatural, pelo estranho ínfimo onde encontramos o grandioso mosaico de *tudos*, ou melhor dizendo o gosto pelo *menor* que é extremo, pelo *menor* que é centro e margem, pelo *menor* que é dentro e superfície. Esses caminhos trilhados por Benjamin em Rua de Mão Única me inspiram a buscar nesse espaço ínfimo-infinitesimal a questão da experiência de uso de psicoativo ilegal sobre o corpo, para, nesse entremeio, conversar com a emergência de um sujeito. Nesse ponto, que almejo encontrar a interface da linguagem com a experiência e suas costuras. A escolha de Benjamin como um de meus intercessores primordiais se dá pelo próprio percurso desse autor, o qual habitou as margens durante toda a sua vida, além de dedicar alguns escritos às experiências com psicoativos.

¹² Benjamin utiliza a ideia de Leibniz de Mônada em vários momentos de sua obra. Uma mônada poderia ser a grosso modo definida como – a substância simples, indivisível das coisas, o “único”. Em Leibniz as mônadas são os átomos formais. Deriva da palavra grega – Monas que significa “uno”. Da conjugação de monas surgiriam os compostos, ou corpos, que são multiplicidade. “A substância é um ser capaz de ação. É simples ou composta. A substância simples é a que não tem partes. A composta é o conjunto das substâncias simples, ou das mônadas. Monas é uma palavra grega que significa a unidade, ou o que é um. Os compostos, ou os corpos, são multidões; (...) É necessário que em toda a parte haja substâncias simples porque, sem os simples, não haveria compostos; e, por isso, toda a natureza está cheia de vida”. (Leibniz, 1977, *on-line*). Na tese a origem do Drama Barroco Alemão, Benjamin utiliza esse conceito para contornar um campo conceitual de sua noção de ideia/representação. Sobre isso se destaca o presente recorte: “A ideia é mônada. O Ser que nela penetra com sua pré e pós-história traz em si, oculta, a figura do restante do mundo das ideias, da mesma forma que segundo Leibniz, em seu Discurso sobre a Metafísica, de 1686, em cada mônada estão indistintamente presentes todas as demais. A ideia é mônada — nela reside, preestabelecida, a representação dos fenômenos, como sua interpretação objetiva. Quanto mais alta a ordem das ideias, mais completa a representação nelas contida. Assim o mundo real poderia constituir uma tarefa, no sentido de que ele nos impõe a exigência de mergulhar tão fundo em todo o real, que ele possa revelar-nos uma interpretação objetiva do mundo. Na perspectiva dessa tarefa, não surpreende que o autor da Monadologia tenha sido também o criador do cálculo infinitesimal. A ideia é mônada — isto significa, em suma, que cada ideia contém a imagem do mundo” (Benjamin, 1984, p. 69 e 70). O monismo de Leibniz, questiona fortemente o modelo dual cartesiano que situa mente (terreno das teleologias) e a realidade física (mundo mecânico) em polos distintos, pois apresenta a mônada como ponto de condensação entre a matéria e a imagem. A partir da composição de unos simples teríamos complexidade plurais, mas em cada mônada há virtualmente todas as outras. Poderíamos definir essa abordagem como mono-pluralista.

Dentro do vasto, plural e multifário arcabouço conceitual constituído por Walter Benjamin, acredito que o conceito de experiência é um dos mediadores mais interessantes para a questão dessa pesquisa, de modo que se carece de uma maior destrinchada.

Jorge Larrosa Bondía (2002), em uma conhecida conferência proferida na Universidade Estadual de Campinas, apresenta um importante percurso conceitual no que tange aos conceitos de experiência/sentido, o qual se mostra profícuo como ponto de partida. Inicialmente, o autor nos apresenta o que seria o sentido da palavra experiência em seis diferentes idiomas.

Começarei com a palavra *experiência*. Poderíamos dizer, de início, que a experiência é, em espanhol, “o que nos passa”. Em português se diria que a experiência é “o que nos acontece”; em francês a experiência seria “ce que nous arrive”; em italiano, “quello che nos succede” ou “quello che nos accade”; em inglês, “that what is happening to us”; em alemão, “was mir passiert”. (BONDÍA, 2002, p. 21)

Permitindo uma composição mais flutuante, porém densa, por esses diferentes recortes linguísticos, da mesma forma que o faz Jorge Larrosa Bondía (2002), compõe-se que experiência está no campo do que nos passa, o que nos toca ou nos alcança, aquilo que nos acontece (BONDÍA, 2002). Fazendo uma ponte rápida com a noção de acontecimento em Deleuze (2000), poderíamos defini-lo como aquilo mesmo que permite um sentido, ou o próprio sentido. Por exemplo, quando falamos “um policial covardemente acerta com cacete o rosto de um estudante numa manifestação e o estudante está em coma”, o acontecimento é o exato momento em que o cassetete acerta materialmente um rosto e cria-se aí uma pré e pós-história. Por esse motivo, o acontecimento deleuziano é subsistente ao mundo e à linguagem, ou seja, coabita esses dois registros [mundo – palavra] os entrelaçando. Pelo acontecimento produz-se a diferença de estados de coisa no ato de sua efetivação e a linguagem incorpora essa diferença na produção sentido. Dessa forma, ele habita tanto a linguagem quanto as coisas criando os regimes de diferenciação. O acontecimento é o porvir hoje que traz consigo sua pré e pós-história a partir de uma síntese, que sendo nunca completa ou definitiva, permite a coexistência do plano formal com o plano intensivo.

O acontecimento subsiste na proposição que o exprime e, ao mesmo tempo, advém às coisas em sua superfície, no exterior do ser: e é isto, como veremos, “fatal”. É próprio também do acontecimento ser dito como futuro pela preposição, mas não é menos próprio à proposição dizer o acontecimento como passado. Precisamente porque tudo passa pela linguagem e se passa na linguagem (...) (DELEUZE, 2000, p. 36 e 37)

O acontecimento, destarte, apresenta uma dupla dimensão – de um lado é o já ocorrido, que por resíduo provoca o pensar por sua “exterioridade”, instalando uma passionalidade do assombro (que mais a frente definiremos como a atenção aturdida), mas ao mesmo tempo, uma vez que se produz uma imagem-em-movimento, o porvir se instaura nessa descontinuidade entre o ocorrido e o agora (aproximando-se da ideia de imagem descontínua de Benjamin). Destarte, o acontecimento é aqui-já-passado-ainda-presente-já-porvir. Por outro lado, ele é a própria descontinuidade, o indiscernível, o pré-individual, o imprevisto, o intempestivo (DELEUZE, 2000; DELEUZE; GUATTARI, 1995a). De alguma forma essa é a dimensão de não dizível do acontecimento, porém o não dito, apesar de impossível de ser explicado, pode ser narrado e aqui encontramos mais uma importante conexão com Benjamin.

Para Walter Benjamin experiência e linguagem estão intimamente relacionadas. Essa relação é explorada pelo autor em inúmeros momentos de sua obra e como sua escrita carrega a insígnia da descontinuidade e desvio, experiência e linguagem vão sendo relacionadas em diferentes momentos com diferentes conceitos. Gostaria inicialmente de considerar a *mímesis* em Benjamin. Sobre isso afirma Gurgel (2014, p.):

(...) o conceito de *mímesis* é um conceito-chave na reflexão benjaminiana. De forma instigante, confere outra dimensão ao pensamento crítico. Benjamin retoma a teoria da *mímesis* de Aristóteles: a *mímesis* como um processo de aprendizagem específico do ser humano (especialmente das crianças). Em Aristóteles, o impulso mimético está na raiz do lúdico e do artístico; (...) Nesse caminho esboçado por Aristóteles, a teoria da *mímesis* induz a uma teoria da metáfora; conhecimento e semelhança, conhecimento e metáfora entretêm ligações estreitas, muitas vezes esquecidas, e até negadas.

Nos escritos de Benjamin, a produção mimética estará relacionada, como em Aristóteles, ao jogo e ao aprendizado, ao conhecimento e ao prazer de conhecer. Dentro dessa perspectiva, remetendo-se ao universo infantil, Benjamin contesta a crença de que um suposto

preestabelecido conteúdo imaginário do brinquedo vem a determinar a brincadeira da criança.

Necessário dizer um pouco sobre essa noção de aprendizado, uma vez que vemos o mundo antes de qualquer coisa e esse mundo em sua interface experiencial é o que provê a linguagem sua dimensão de palco inventivo a partir da *mimesis*. Em *Doutrina de Semelhanças*, Benjamin (1987d), define a *mimesis* humana como “a capacidade suprema de produzir semelhanças” (BENJAMIN, 1987d, p. 108). O autor segue afirmando que todas as outras funções humanas retornam a essa capacidade e situa a emergência dessa faculdade na infância, porém aí nos apresenta algo valiosíssimo para a pesquisa aqui em curso:

Os jogos infantis são impregnados de comportamentos miméticos, que não se limitam de modo algum à imitação de pessoas. A criança não brinca apenas de ser comerciante ou professor, mas também de moinho de vento e trem. (BENJAMIN, 1987d, p.108)

Destacando o segundo ponto desse trecho, vê-se que não se trata essencialmente de colocar as semelhanças do mundo tendo como base o homem, não se trata de antropomorfizar o mundo. O autor evoca o fato de que sujeito e mundo se confundem nessa relação mimética, relação essa que depois será o pano de emergência da linguagem. Os fragmentos dessas experiências de semelhanças produzidas ao longo de nossa vida, constituirão um fundo infinito e amorfo, que emerge na consciência como experiência de semelhança, mas que na verdade é nada mais que uma síntese a partir do mar de reminiscências produzidos pelas experiências que nos atravessam. Esse ponto de certa opacidade e de incapacidade cognitiva objetiva da *mimesis* se articula, por sua vez, com uma dimensão mítica do signo linguístico, ou de uma “semelhança extrassensível” (BENJAMIN, 1987d, p. 111), sobre a qual o autor diz – “possuímos também um cânone, que nos aproxima de uma compreensão mais clara do conceito de semelhança extrassensível. É a linguagem” (Idem, p.110). A partir de uma construção *transductiva* mimética os rostos que vemos são uma atualização a partir de inúmeros rostos sem face, faces com cheiros, mas sem cor, vozes sem som, toques audíveis, superfícies sem tato, pois a substância primordial mantém-se eternamente sob o signo de uma presença

virtual/atual. Essa dinâmica participa ativamente da dimensão *acontecimental* da linguagem, uma vez que acessa o agora.

Traçando um caminho sobre o que Walter Benjamin chamou de história da faculdade mimética, o autor nos mostra como a dimensão mágica e produtora de realidade da linguagem, que é encarnada em sua realização nominativa, subsiste na palavra e se mostra como caminho de investigação a partir do desvio. Sobre isso destaco dois trechos desse texto:

Essa dimensão – mágica, se se quiser – da linguagem e da escrita não se desenvolve isoladamente da outra dimensão, a semiótica. Todos os elementos miméticos da linguagem constituem uma intenção fundada, isto é, eles só podem vir à luz sobre um fundamento que lhes é estranho, e esse fundamento não é outro que a dimensão semiótica e comunicativa da linguagem [...] O contexto significativo contido nos sons da frase é o fundo do qual emerge o semelhante, num instante, com a velocidade do relâmpago. Mas, como essa semelhança extrassensível está presente em todo ato de leitura, abre-se nessa camada profunda o acesso ao extraordinário duplo sentido da palavra leitura, em sua significação profana e mágica. O colegial lê o abecedário, e o astrólogo, o futuro contido nas estrelas. No primeiro exemplo, o ato de ler não se desdobra em seus dois componentes. O mesmo não ocorre no segundo caso, que torna manifestar os dois estratos da leitura: o astrólogo lê no céu a posição dos astros e lê ao mesmo tempo, nessa posição, o futuro ou o destino.

Se essa leitura a partir dos astros, das vísceras e dos acasos era para o primitivo sinônimo de leitura em geral, e se, além disso, existiriam elos mediadores para uma nova leitura, como foi o caso das runas, pode-se supor que o dom mimético, outrora o fundamento da clarividência, migrou gradativamente, no decorrer de milênios, para a linguagem e para a escrita, nelas produzindo um arquivo completo de semelhanças extrassensíveis. Nessa perspectiva, a linguagem seria a mais alta aplicação da faculdade mimética: um *médium* em que as faculdades primitivas da percepção do semelhante penetraram tão completamente, que ela se converteu no *médium* em que as coisas se encontram e se relacionam, não diretamente, como antes, no espírito do vidente ou do sacerdote, mas em suas essências, nas substâncias mais fugazes e delicadas, nos próprios aromas. Em outras palavras: a clarividência confiou à escrita e à linguagem as suas antigas forças, no correr da história. (idem, p. 112)

Linguagem, experiência e acontecimento estão intimamente relacionados. Pela perspectiva benjaminiana, esse movimento de interface - *mímesis* e linguagem, produz um mundo e um sujeito a partir de uma relação dinâmica, experiencial e que

tem a linguagem como palco. Nesse sentido, o mundo entra no sujeito pela linguagem que por sua vez produz um mundo nesse médium. E a dimensão extrassensível se estende a partir do ínfimo relacional ao amorfo infinitesimal. Próximo a uma palavra existe uma teia de palavras que participam do sentido por inclusão/exclusão/síntese e essas palavras virtuais são um ponto de amálgama forma e força e estão sempre em tendência de, posto que o que emerge como forma linguística atualizada depende dessa relação com o que persiste em *virtus* para compor sentido. Dessa virtualidade apreendemos reminiscências, lampejos, duas palavras caras no arcabouço benjaminiano.

Qual é a implicação então do ideário moderno que, entre outras muitas resultantes: conjurou o saber experiencial ao saber experimental (buscando o zero de significação); condenou a dimensão mágica e conceitual nominativa da linguagem erigindo o saber científico (em sua perspectiva de império das médias) como único enunciado válido; substituiu o intensivo-afetivo pela técnica? Empobreceu-nos de experiência. Importa-me, ao colocar a questão do uso de psicoativos ilegais na contemporaneidade como uma questão de linguagem, em última instância, questionar-se sobre a construção da pobreza da experiência de uso de psicoativos e seu rebatimento na precarização extrema daqueles que se situam no território dos psicoativos ilegais.

Retornando, é interessante resgatarmos, talvez, um *Itinerário do conceito de Experiência em Walter Benjamin* (BAPTISTA; LIMA, 2013). Tendo esse texto como intercessor, vamos vagar um pouco sobre as modulações que esse conceito adquire na obra benjaminiana.

Em 1913, o jovem Walter Benjamin publica um texto chamado *Erfahrung* (A Experiência) no qual o autor faz um ataque ferino ao que considera a máscara que o adulto coloca para justificar suas posições – a experiência. O adulto, nesse texto, “já experimentou tudo” e nada mais resta para ninguém dizer. Se engana, porém, quem acha que esse ataque visa condenar a categoria experiência. O que ele anseia tão somente é contornar um plano de práticas em que essa categoria surge com o matiz do silenciamento e destituição do poder narrativo da experiência de juventude. Afirma Benjamin, porém, a existência de uma outra experiência que é a experiência da juventude e seu poder disruptivo (BAPTISTA; LIMA, 2013; GURGEL, 2014)

Em um de seus textos mais célebres *Experiência Pobreza*, Walter Benjamin (1987e) apresenta pequenas inflexões com os conceitos anteriores de experiência

sem negá-los. É possível dizer que, provavelmente, o autor aprofundou ao longo dos anos de constituição de seu substrato epistemológico a crítica iniciada ainda na juventude. Em experiência e pobreza:

Benjamin está claramente preocupado com as origens e efeitos subjetivos da modernidade. É a partir dessa incansável busca pela definição da experiência moderna é que Benjamin construirá sua crítica radical, com especial foco nas tentativas falaciosas, mentirosas, não verdadeiras de se evocar uma grandiosa experiência cuja materialidade é agora inexistente ou rara. (BAPTISTA; LIMA, 2013)

Nesse texto, o autor define “experiência” como aquele saber transmitido por gerações e que é acumulado pelo arcabouço societário a partir de sua personificação nas narrativas. De alguma forma, a experiência se compõe no movimento próprio de garantir sua transmissibilidade pelo tecido social construindo as imagens a partir do contato entre ser-mundo/linguagem/mundo-ser. A modernidade e sua enorme difusão da técnica conjurou esse exercício narrativo na *informação* e capturou a experiência no experimento. A técnica sozinha, ou, a técnica como um imperativo extrai o fator *acontecimental* da produção experiencial para em seu lugar colocar a informação e o dado presumido.

(...) nossa pobreza de experiência é apenas uma parte da grande pobreza que recebeu novamente um rosto, nítido e preciso como o de um mendigo medieval. Pois qual o valor de todo o nosso patrimônio cultural, se a experiência não mais o vincula a nós? A horrível mixórdia de estilos e concepções do mundo do século passado mostrou-nos com tanta clareza aonde esses valores culturais podem nos conduzir, quando a experiência nos é subtraída, hipócrita ou sorrateiramente, que é hoje em dia uma prova de honradez confessar nossa pobreza. Sim, é preferível confessar que essa pobreza de experiência não é mais privada, mas de toda a humanidade. (BENJAMIN, 1987e, p.115).

A sede informacional/técnica extinguiu um tempo do tédio, tempo da escuta e da narrativa e em seu local colocou a “mixórdia de estilos e concepções” (idem), algo essencialmente paradoxal quando pensamos que o grande mito moderno era o do conhecimento puro, aquele que depois motivaria a informação total, a explicação total. Essa profusão, porém, não foi acompanhada de uma articulação com o plano movente da experiência o que acabou por nos conduzir aos horrores da experiência

da guerra em 1914 e 1918. Tomados por apenas uma extensão dos regulamentos, os soldados voltam da guerra sem experiência comunicáveis (BENJAMIN, 1987e). Não é a guerra pura e simplesmente, mas a guerra *tecnificada*. Observa-se algo parecido com o usuário de substâncias psicoativas ilegais, o qual é tido como um problema social e passa habitar o local de objeto dos enunciados médico-jurídicos e seus corpos *objetificados* se encontram numa guerra diária. Sobre essa “guerra”, em especial, evoco aqueles usuários que, além de usuários de psicoativos ilegais, tem a rua como espaço de moradia e circulação¹³.

Apesar da observação do fim das narrativas feitas por Benjamin, a partir de uma ideia de descontinuidade de história, pode-se dizer que não existe A História, mas Histórias. Muitas das práticas experienciais das pessoas que além de usuários de substâncias psicoativas ilegais tem a rua como local de moradia, apresentam a dinâmica de narração como uma prática. Ao mesmo tempo, subsiste a tentativa coetânea de captura desse exercício narrativo dos que a rua habitam para que se tornem força motriz de discursos que essencialmente visam anulá-los em sua singularidade. Esse processo de captura visa à expropriação da potência de resistência, para que esta seja reordenada em direção a homogeneização. Não se trata de buscar a pura narrativa na experiência dos usuários de substâncias psicoativas ilegais e moradores de rua, mas de buscar num ponto de indiscernibilidade entre um modo de estar no mundo essencial e existencialmente nômade e o arcabouço técnico e linear da governabilidade instituída os fragmentos de uma narratividade desviante. Ainda em Benjamin, o autor nos traz a perspectiva de que menos do que tentar recuperar a narrativa medieval e seu primor experiencial, o caminho seja a confissão de nossa pobreza e a rearticulação de vivências em direção a uma nova experiência.

Bondía (2002) afirma que o experimento, pedra fundamental do saber moderno, parte do princípio essencial de que o experimental pode ser repetível e preditivo, porém a experiência é puro novo sempre. O experimento teria como ponto de partida o consenso, a homogeneidade e acordo, a experiência é intempestiva, disruptiva e heterogênea (BONDÍA, 2002). De alguma forma, o usuário de substâncias psicoativas ao longo do século XX é alvo de um grande experimento

¹³ Isso se dá, pois o ponto de partida da presente dissertação, como discorrerei mais à frente, foi um tempo de atuação que tive como psicólogo em um centro de atendimento às pessoas em situação de rua.

societário, que tem a sobriedade compulsória como discurso vigente e a *psicoativação* controlada como instrumento. O que se vê é que ele é peça fundamental na produção de um efeito de verdade a partir dos exercícios de poder no século XX (FOUCAULT, 2012). O presente dispositivo textual de pesquisa é uma aposta na composição com o campo experiencial do uso de psicoativos, o que nos traz já uma importante compromisso metodológico, uma vez que visamos trabalhar com a questão sob a égide do saber da experiência e não do experimento – a constituição de um percurso discursivo que pelo desvio e pela descontinuidade possa ser porta aberta para a chegada da experiência. Não havendo garantias prévias de que seremos exitosos nesse intento.

Eis que se chega ao texto *O narrador* de Walter Benjamin (1987b). Operando com as crítica levantas outrora no texto *Experiência e Pobreza*, Benjamin direciona seu olhar para o ato de narrar e afirma “(...) a arte de narrar está em vias de extinção” (BENJAMIN, 1987b, p. 197). Para definir o que está chamando de narrativa, o autor recorre a dinâmica dos narradores medievais.

Inicialmente, pode se definir a narrativa como o aporte linguístico de transmissão da experiência, logo experiência só seria com tal quando transmitida. Acesso e transmissão da experiência dependem do ato narrativo. Narração também não é explicação, mas produção de uma imagética a partir do compartilhamento. Nesse retorno a narrativa medieval, Benjamin evidencia que a narrativa se constituía do encontro dois exercícios narrativos: o dos homens sedentários, imersos na experiência local, corolários de um saber que se produzia na localidade e que lhe era possível a partir da imersão no não dito de sua terra com o dos narradores viajantes, os quais traziam para o contato mediado pela linguagem o não dito das terras outras, das terras existentes apenas como pressuposição. No encontro entre esses movimentos, compunha-se a amplitude virtual da experiência, uma vez que o sedentário e o viajante diferiam em tudo, “exceto na capacidade de transmitir a experiência” (BAPTISTA; LIMA, 2015, p. 466). Sobre esse encontro afirma Benjamin (1987b, p. 199)

A extensão real do reino narrativo, em todo o seu alcance histórico, só pode ser compreendida se levarmos em conta a interpenetração desses dois tipos arcaicos. O sistema corporativo medieval contribuiu especialmente para essa interpenetração. O mestre sedentário e os aprendizes migrantes trabalhavam juntos na mesma oficina; cada

mestre tinha sido um aprendiz ambulante antes de se fixar em sua pátria ou no estrangeiro.

Para Benjamin, o principal motivo do declínio da narração é ascensão da informação como única forma de comunicação. A informação almeja-se completa e alto explicativa e seu elemento base é um pretense dado real e consciente, o que para Benjamin é o avesso da narrativa que se esforça em não explicar, sua base é a experiência que tem muito pouco de consciente em sentido estrito e, talvez a questão mais importante, necessita de um tempo outro, de uma distensão temporal que permita o tempo da escuta, algo tão escasso já naquele momento (Benjamin, 1987a).

Apesar do aparentemente pessimista prognóstico da arte de narrar, não se trata de um retorno saudosista ao modo medieval, ou de uma ode a um tempo onde narrar fora a práxis de constituição do *socius*. A partir da imagem de experiência na modernidade, Benjamin persegue uma nova forma de narrar que parta das características dessa modernidade – fragmentação, pobreza experiencial e império das vivências individuais. Nas grandes cidades modernas, a experiência do usuário de psicoativos ilegais vai situar-se justamente nos fluxos fragmentados e marginais, carregando histórias e constituindo territórios. Existe um saber experiencial apesar da iniquidade programada relegada a esse modo de vida e, nas franjas da assepsia presumida para a experiência de uso de psicoativos nas cidades, há possibilidades de acesso ao plano de emergência do acontecimento - uso de psicoativo ilegal.

Por fim, importante citar o texto *Sobre Alguns Textos em Baudelaire* (BENJAMIN, 1994). Nesse escrito, como em nenhum outro, o autor situa a Experiência (*Erfahrung*) e sua irmã moderna - a Vivência (*Erlebnis*) (BAPTISTA; LIMA, 2015). Interessante notar que nessa distinção, Benjamin (1994) se ocupa de defini-los relacionando com os conceitos de memória, bem como consciência e inconsciência. De soslaio, acaba por trazer alguns detalhes sobre sua conceituação no que tange a dimensão social e individual. Como pode-se ver neste excerto:

Onde há experiência no sentido estrito do termo, entram em conjugação, na memória, certos conteúdos do passado individual com outros do passado coletivo. (...) As recordações voluntárias e involuntárias perdem, assim, sua exclusividade recíproca (BENJAMIN, 1994, p.107).

Com pressa, define-se vivência como um registro consciente e fixo do acontecimento, por conseguinte individual, e experiência como inconsciente e inexato, mas acredito que há uma pequena sutileza a ser considerada. No âmbito da experiência essas barreiras perdem sua especificidade. Dito de outra forma, sim, no campo da vivência (ou a experiência na modernidade), o acontecimento é referenciado a dados fixos e o intelecto teria a função de explicar e/ou evocar a realidade objetiva. Na experiência, porém, o coletivo e individual, bem como o consciente e inconsciente são fundidos, motivo pelo qual me parece incipiente definir a experiência como inconsciente, posto que há produção de uma consciência, mas não é dela a primazia e não é uma intenção consciente, somente ou pura, que evoca a memória como dado inequívoco e factual em experiência, mas uma atenção ao que nos passa. Isso se dá, pois como afirma Benjamin (1994, p.129) – “O desejo (...) pertence à categoria da experiência”. No ato de lembrar pela experiência ou narrar por ela, as memórias emergem de um plano múltiplo e involuntário onde nossas vivências individuais estão amalgamadas com os contatos coletivos que fizemos, com a *mimesis* mágica e com a história em sua imagética descontínua.

Como observamos nesse texto, Benjamin na interface com a poesia de Baudelaire, traz uma proposta de lírica a partir da articulação das vivências. O que “preenche” a lírica de Charles Baudelaire são as imagens do chão da cidade em sua velocidade passante e, como tal, a manutenção de um *Ethos* de passagem presente em sua obra foi essencial para acessar o matiz dessa nova experiência da modernidade. A partir desse encontro empreendido por Baudelaire entre uma lírica tradicional sob um chão marginal, os destinos alcançados não foram “nem *ridicularizantes* e tampouco evocadores de uma falsa grandeza tradicional” (BAPTISTA; LIMA, 2014), mas nesse percurso o poeta deixou “o caminho aberto à lírica verdadeira da modernidade” (BAPTISTA; LIMA, 2014).

O que podemos apreender dessa discussão a respeito de Baudelaire e sua ética? Primeiramente, podemos pensar a constituição de uma imagem de cidade a partir de suas franjas, fragmentos e reminiscências. Mais a frente, há que se considerar que existe uma pobreza irreduzível, mas que pode ser agenciada em direção a um desvio. A pobreza de experiência do tecnicismo moderno e sua produção fragmentária, deve ser assumida e reinvestida, não negada. Não é uma busca por uma nobreza narrativo-experiencial de um tempo passado, mas a

produção de saber em passagem, em movimento. Articular vivências, mas sem a esperança do dado fixo da consciência.

Sobre desvio e linguagem, em a *origem do drama barroco alemão*, Benjamin (1984) traz importantíssimas contribuições metodológicas, as quais visam aqui trazer em articulação com a temática da experiência de uso de psicoativos ilegais, a fim de deslocar as imagens contemporâneas desse campo. Nesse texto, o autor afirma que o caminho da verdadeira investigação filosófica se dá pelo desvio do universal e agregação dos extremos em torno das ideias e essas operações só seriam possíveis por intermédio da linguagem. Benjamin caracteriza como universalismo fraudulento aquele que nega os extremos dos fenômenos estudados, agregando sob uma média o que visa estudar (BENJAMIN, 1984). Os extremos nesse caso, emergiriam de uma anamnese da palavra que porta inúmeros fragmentos de história, de realidades produzidas (idem). O extremo é o resíduo, que foge à média e que pela tradição científicista deve ser desconsiderado como não relevante. A anamnese da palavra visa agregar esse resíduo em torno da significância hegemônica e é um processo de potencialização das imagens marginais, as quais jazem sobre a sombra das imagens tidas como as certas, normais, aceitas. Ao fazê-lo, desloca-se o normal de um tempo. Destarte, um método do desvio por extremo nos coloca a necessidade de trazer as palavras e compor genealogicamente suas condições de emergência, condições materiais de emergência.

Essa concepção de método acrescida de outras contribuições, leva-nos a composição de um certo *Ethos* de pesquisa. O momento de elaboração do texto é momento de um laboratório experiencial e não experimental. Laboratório que não visa comprovar hipóteses, mas explodir certezas. Laboratório de intempestividade. Laboratório é palavra que provém de *Laboratorium* (“local de trabalho”) e, ao situar o texto como laboratório, assumo o compromisso de que esse momento “texto” não seja uma mera descrição de um percurso, mas seja momento de criação (BARROS; KASTRUP, 2009), de deriva.

O texto que aqui se produz se constitui como laboratório e ponto de chegada de memórias, sínteses de anotações, cadernos de campos, vivências, histórias anotadas em blocos de notas de empresas, recortes de livros lidos, quinquilharias de onde a memória emerge. As formas de produção das imagens no presente texto caminham na direção apontada por Benjamin, no sentido de constituir uma escrita alegórica, que seria uma aposta na potência nominativa da linguagem e caminho

pelo desvio (BENJAMIN, 1984) do cognitivo. De todos os autores aqui citados como referência, Walter Benjamin é sem sombra de dúvida aquele que tem a escrita mais avessa ao logocentrismo e academicismo reinante na época, motivo pelo qual seus escritos não tiveram entrada nos meios acadêmicos de seu tempo e esse *modus operandi*, que é um modo de estar do autor, incita-me a permitir a escrita ser tomada pela *mimesis* mágica da alegoria.

Essa encarnação por extremos é compromisso de Benjamin com a materialidade, mas não com um materialismo vulgarmente platônico que opera com o binômio essência e aparência. Em *A origem do Drama Barroco Alemão* ainda não havia se operado a chamada virada materialista na obra benjaminiana, mas não considero que devamos dizer que a primeira parte da escrita do autor esteja em desacordo com o momento em que ele se assume materialista. Incorporando as questões da metafísica, mas mantendo-se em esteio materialista, o autor nos leva a noções completamente únicas de dialética e materialismo histórico. A dialética estaria no próprio movimento de incongruência advindo da descontinuidade da imagem. Benjamin nos traz um materialismo das histórias descontínuas, pois para o autor supor a matéria linear e sucessiva era um erro. Na tese *Sobre o Conceito de História* (Benjamin, 1987c) o autor contorna um materialismo histórico sem a inocência evolucionista e linear de uma história das grandes narrativas. Além disso, Benjamin situa o motor virtual da história na “vozes que emudeceram” (idem, p.223). Lançando um olhar astuto, propõe que *monadologicamente* busquemos o movimento de produção das narrativas históricas a partir da potência dos dominados, dos marginalizados, dos oprimidos. Os questionamentos de ordem metafísica, por exemplo, sobre a natureza da ideia, são reinvestidos e surgem como um instrumento de busca pelo poder disruptivo das narrativas históricas, apontando para o potencial revolucionário que jaz silencioso sob a produção das imagens. Lembrando que imagem e matéria em Benjamin, a partir do referencial na monadologia estão no mesmo plano.

Mas onde buscar então a história? “O sujeito o histórico é a própria classe combatente e oprimida” (BENJAMIN, 1987c, p. 228) e o autor situa um dos importantes motores dessa opressão a ideia de uma história que caminha em progresso automático, em linha ascendente de desenvolvimento, algo que o autor observa no ideário socialdemocrata, mas, de certa forma, em um marxismo vulgar presente em seu tempo. Benjamin convoca o leitor a explodir essa ordem do

continuum histórico para fazer emergir o emaranhado de “agoras” que constitui as imagens históricas, pois o presente é transição. Sobre isso, Benjamin (1987c, p. 232) diz:

O historicismo se contenta em estabelecer umnexo causal entre vários momentos da história. Mas nenhum fato, meramente por ser causa, é só por isso um fato histórico. Ele se transforma em fato histórico postumamente, graças a acontecimento que podem estar dele separados por milênios. O historiador consciente disso renuncia a desfiar entre os dedos os acontecimentos, como as contas de um rosário. Ele capta a configuração em que sua própria época entrou em contato com uma época anterior, perfeitamente determinada. Com isso, ele funda um conceito do presente como um “agora” em que infiltram-se os estilhaços do messiânico.

A partir dessas potentes afirmações benjaminianas, direciona-se o exercício analítico da presente dissertação para “a questão da droga” no contemporâneo a partir da produção de suas imagens. Lembramos, porém, que isso implica tratar da emergência no agora dessa problemática, buscando conversar com aqueles saberes marginais silenciados pelo processo de hegemonização de um discurso único sobre a temática. Mas essa luta habita o corpo daquele que experiência a droga no contemporâneo de variadas formas. Em especial, esse corpo vem sendo sequestrado, agredido, assassinado pelo exercício de poder erigido ao longo dos últimos 100 anos, em que, essencialmente, foram vítimas da maquinaria de governo setores marginalizados – negros, travestis, pessoas de periferias, hispânicos, para citar alguns.

A experiência de uso de psicoativos no contemporâneo é precária por conta da criação de uma ilegalidade. Ela é precária como experiência de si e com os outros. Todo o exercício de tentativa de controle por positividade da experiência de uso drogas visou mensurá-la, aprisioná-la, conjurá-la ao experimento, à produção de um saber e exercício de um poder. Por esse motivo essa experiência não é precária ela é precarizada. Pelo referencial aqui apresentado precisa-se, porém, considerar que essa maquinaria de precarização opera pela captura da energia vital dos sujeitos. Desse modo, busco acesso pelas ranhuras de sua esquematização complexa ao plano de emergência da problemática, para afirmar os movimentos de equívoco da ordem vigente. Essa precarização não é total e definitiva ela é um movimento de captura que flutua sobre os fluxos trágico-experienciais das relações entre os variados atores.

1.1.1 A pobreza da experiência de uso de psicoativos

É possível encontrar inúmeras convergências e divergências entre o pensamento de Michel Foucault e Walter Benjamin. Não me ocuparei de pontuar essa pluralidade de articulações possíveis, impossíveis e virtuais entre os dois autores. Com o intuito, porém, de empreender uma certa visão da pobreza da experiência do uso de psicoativos ilegais no contemporâneo, evoco, neste momento, o aporte foucaultiano.

Num texto muito profícuo no sentido de pensar essa relação, intitulado - *Walter Benjamin e Michel Foucault: a importância ética do deslocamento para uma Outra História*, Rafael Haddock-Lobo (2004, p. 61) diz:

Algumas correspondências entre os dois autores podem ser feitas, ao passo que ambos, neste sentido, preocupam-se em colocar em questão a constituição do sujeito. Por exemplo: como, em Benjamin, o autor moderno, sob os impactos da cidade, dá forma à sua literatura e como, em Foucault, o paradigma da cidade, de Platão, parece auxiliar na construção da subjetividade em referência ao político; vê-se também como, em Foucault, a utilização da batalha como metáfora conduz às noções de conquistador e conquistado na “dramaturgia das práticas do prazer”, ao passo que, em Benjamin, ao caracterizar o autor moderno como um “esgrimista”, o processo criador passa a ser visto como um duelo.

Além do que é abordado no trecho destacado, é importante lembrar que os dois autores deslocam vertiginosamente a noção de tempo e história a partir da utilização que fazem da categoria imagem e desse deslocamento emerge a perspectiva de uma historiografia descontínua (HADDOCK-LOBO, 2004). Como disse, não me ocuparei definitivamente dessas convergências e divergências, mas a partir daqui a hipótese da benjaminiana de que a modernidade erigiu um castelo técnico, que empobreceu nos de experiência será relacionada com a pobreza da experiência e uso de psicoativos ao longo do século XX e na aurora do século XXI, e para empreender um olhar sobre isso, partirei do auxílio da abordagem foucaultiana.

O pano de fundo da chamada “guerra às drogas” é marcado justamente pela tentativa de uma linearização ontológica dos efeitos pretensamente inerente de algumas substâncias, o que cumpre o papel de fazer falar hegemonicamente uma discursividade pobre em seu tecnicismo homogeneizante, pois visa ao silenciamento

dos movimentos singulares de experienciamento de uso de psicoativos, porém o corpo desvia e, por potencialização da produção de imagens a partir desses desvios, fomenta-se a crítica pela fala “outra de si”, além de compor com vozes que querem silenciadas. A tendência é capturar a voz, se possível, silenciar se inevitável, mas, mesmo em câmaras silenciosas, ainda há gritos, pois o corpo grita.

Importante ressaltar que o binômio o lícito/ilícito não são registros de uma oposição dialética, mas sim uma relação diferencial constitutiva, ou seja, regimes de arregimentação ético-político que estão em constante câmbio e intersecção. Poderíamos citar, por exemplo, as terapêuticas substitutivas; a medicação psiquiátrica extrema na saúde prisional, etc.

Dessa forma, enquistados na performatividade do discurso estabelecido sobre a questão da droga dentro do racionalismo asséptico biomédico, um tratamento médico higienista hegemôniza, tornando cada vez mais distante a possibilidade de acesso ao plano de emergência da alteração da consciência como experiência de si. Ao mesmo tempo, emerge uma discursividade que lineariza e vincula qualquer uso de substâncias psicoativas ilícitas com sofrimento psicossocial, costurando uma única resultante para a experiência de uso. O que observamos é que de fato, dentro desse contexto discursivo, as experiências de uso tidas como proscritas serão sentidas, em muitos casos, como promotoras de dor para o sujeito.

Por outro lado, no mesmo processo que distingue o uso lícito do ilícito, o uso prescrito, porém, só será efetivo e “promotor de bem estar” na medida em que é o qualificado como “uso médico” e o sujeito for objeto exato dos discursos e procedimentos médicos, visando anular ou depreciar qualquer experiência de uso ou possibilidade de efeito fora da série. Qualquer alteração no efeito próprio da dinâmica do corpo em sua singularidade que equivoque os enunciados científicos sobre dada substância é tida como desvio, como algo fora da curva normal e, logo, deve ser desconsiderada e, se possível, regulada. Diferentemente, acredito que é possível considerar as variações da resultante do encontro entre as substâncias, contextos e os corpos para além de um critério meramente quantitativo e normalizante, em especial, quando se tratam de substâncias psicoativas. A “mesma característica química da substância” psicoativa produz efeitos psicossomáticos distintos devido à própria dinâmica de emergência dos efeitos em articulação com os contextos, os textos, as narrativas e as corporeidades, mas essa questão é, via de regra, desconsiderada, para que a perspectiva de um mal ou bem ontológico da

substância seja criada e um campo de exercício de poder seja colocado e sustentado.

Essa amarração entre técnica, procedimentos normativos e formas de ser participa da produção do efeito da substância experimentado pelo sujeito e visa colocar em análise a transcendência reificada dos enunciados sobre o uso de substância psicoativas ilegais ao longo do século XX e XXI. Dessa forma, alinhamento com as tentativas de deslocamento da perspectiva hegemônica erigida a partir da extrema medicalização na contemporaneidade e “que toma como dada ou estabilizada a partilha moral (médico-legal) entre os usos lícitos e ilícitos de drogas, ou entre drogas (ou tóxicos, ou entorpecentes, ou venenos...)” (VARGAS, 2008), tendo como norte o equívoco dessa univocidade. O ponto de toque, porém, serão as narrativas de sujeitos que habitam o campo do uso ilegal de substâncias psicoativas, entendendo que há uma produção limiar e trágica nessas narratividades. No campo da produção dos discursos menores, dos discursos dos corpos policiados, dos corpos proscritos, que busco os registros dessa luta micropolítica em que se entrecruzam os discursos técnicos hegemônicos, as resistências moleculares e a capilarização verticalizada dos objetos sócio-técnicos da maquinaria institucional nas vivências cotidianas e a produção das narratividades menores. Há, nesse sentido, um campo de lutas que almejo habitar onde a linearidade estanque do binômio droga lícita-ilícita encontra toda sorte de multiplicidade e discursos minoritários. As pessoas que fazem uso de psicoativos conversam sobre os efeitos das drogas, elas explicam, elas transmitem tecnologias de uso e de prevenção de uso, elas narram histórias, elas compõem uma linguagem. Viso ao acesso do plano de emergência dos discursos singulares em relação as experiências de uso da substâncias psicoativas ilegais, pois acredito haver aí uma pista para por em questão toda a arregimentação social em torno da instituição *droga*.

Busco uma gagueira que contribua com o processo de desmontagem da linearização das experiências de uso de psicoativos ilegais como promotor de risco, para acessar o campo de produção política dos sujeitos e o seu potencial revolucionário a partir da consideração intensiva das narrativas limiares (BARROS; PASSOS, 2009). Essa perspectiva vigente nos discursos técnicos hegemônicos de sucessividade pronta entre uso de substâncias psicoativas ilegais e prejuízos psicossociais (e por que não biológicos), produz um efeito corpóreo no uso de substâncias psicoativas que afirma esse prejuízo e guarda relação íntima com uma

discursividade. Nesse mesmo corpo, porém e também, pode-se encontrar campos marginais de equívoco que devem ser trazidos para o debate, contribuindo para o desmonte cristalização dos discursos médico-legais que “atestam” os males inequívocos do uso de substâncias ilegais. Como as narrativas produzidas entre sujeitos corroboram com uma fala hegemônica da Droga como um mal em si, silenciando movimentos que contrariam essa tendência, e, mais além, produzindo essencialmente um efeito destrutivo-abolitivo? E como ocorre o contrário? Desse confronto, ergue-se uma maquinaria institucional que por sua vez retroalimenta os efeitos negativos que performatiza como inerentes à substância.

Durante minha experiência como psicólogo em um equipamento da assistência que atendida basicamente pessoas com histórico de uso de múltiplas drogas, observava atônito a forma como alguns assistidos do local se referiam ao uso de substâncias psicoativas. Era comum as falas do tipo – “Eu tinha uma vida boa, aí apareceu o Crack e acabou comigo”; “Nóia é tudo vagabundo”; “Sem a bebida eu sou um cara normal”; “O crack me dominou”; “Não fumo maconha, porque isso faz o cara parar de trabalhar”; “O grande problema da humanidade é a Droga”. Lembro-me de ficar aturdido em ver como esses enunciados eram importantes na produção daquelas pessoas como sujeito e de alguma maneira compunham com os territórios de uso, ao mesmo tempo em que eu presenciava relatos de experiências aterradoras com os efeitos do uso. Algo em mim, porém, não permitia a localização individual daquelas falas. Sentia, diferentemente, que aquelas falas se compunham juntas, entre diversos sujeitos e instituições, criando contratos e fluxos, criando regimes de exercícios de poder e, principalmente, incidindo sobre os corpos. Nesse exercício, conectava-se uma série de dispositivos institucionais - Usuário de droga ilegal x tráfico x segurança pública x centro de acolhimento x instituições do terceiro setor x Rede de atenção psicossocial. Essa arregimentação tem inserção direta sobre o corpo do usuário. Como nos lembra Michel Foucault (2014, p. 38)

O que procuro é tentar mostrar como as relações de poder podem passar materialmente na própria espessura dos corpos sem ter de ser substituída pela representação dos sujeitos. Se o poder atinge o corpo, não é porque ele foi inicialmente interiorizado na consciência das pessoas.

Partindo da interpelação apresentada por Foucault, podemos falar da produção desse efeito devastador e do discurso científico que “atesta” essa

devastação como recortes de um mesmo plano. Ao mesmo tempo em que se compõe um corpo que sofre pela droga, compõe-se, em uma relação de “duplo condicionamento” (FOUCAULT, 1984), uma maquinaria institucional.

Entre cada ponto de um corpo social, entre um homem e uma mulher, em uma família, entre um mestre e seu aluno, entre o que sabe e o que não sabe passam relações de poder que não são projeção pura e simples do grande poder soberano sobre os indivíduos; elas são, antes, o solo móvel e concreto sobre o qual ele vêm ancorar-se as condições de possibilidade para que ele possa funcionar. (FOUCAULT, 2014, p. 39)

De certa forma, essa devastação causada pela droga é um produto gestado dentro de um mesmo discurso que teoricamente visa bani-la, compondo como resultante necessária (atual e virtualmente) dentro do exercício de poder. De forma fetichizada e simplória, a droga passa a explicar toda uma realidade complexa de forma obtusa, através de uma simplificação que é cruel em suas resultantes. É nesse ponto que nos perguntamos, nesse jogo de verdades e regras - o que tem sido criado no corpo que usa a droga?

Considerando ainda os relatos dos assistidos que eu atendia, digo que apesar de uma pressão institucional por reafirmar esse local da substância psicoativa ilegal como mãe de todo mal, dentro do regime de autonomia relativa que gozava em meus atendimentos, tentei direcionar o acompanhamento para o desmonte dos casos individuais nos plano político de emergência da questão (BARROS; PASSOS, 2009) e, interessante, essa ação apresentava um forte efeito “terapêutico”, uma vez que permitia vir à tona outros movimentos daqueles corpos e a droga era deslocada de seu local de entidade explicativa única.

Não eram, contudo, essas as únicas falas. Eu costumava ouvir também – “Eu fumo só porque tô na rua mesmo”; “Eu sei que quando enjoar da rua, enjojo do Crack”; “a Droga é só a desculpa”; “Eu não gosto do crack eu gosto é da rua na verdade”. Muitas vezes, esses discursos e aqueles citados no parágrafo anterior se entrecruzavam livremente e, em espaços grupais (criados por nós, ou informais), as falas se equivocavam e observávamos a produção de novos sujeitos e conseqüentemente, outros efeitos das substâncias psicoativas eram produzidos. É justamente nesse ponto que a pesquisa visa se situar, no campo da produção das

narratividades em sua dimensão molecular e a relação destas com os efeitos que as experiências de uso das substâncias psicoativas causam.

Os contornos institucionais e os limites dos processos de subjetivação atravessados pela experiência de uso de psicoativos são deslocáveis e constantemente cambiáveis (FOUCAULT, 1984), pois flutuam imanentemente entre fluxos de acontecimentos. O que digo até o momento é que há uma tendência de compor um discurso único que silencie os movimentos de heterogênesse e a entrada do efeito performativo dessas práticas discursivas que se almejam totais e únicas nos corpos é um ponto de acesso profícuo para discutirmos a produção das cristalizações e achatamento das experiências no campo do uso de psicoativos ilegais. Busco a habitar franjas, acessar os índices de singularização em composição com suas zonas limiares de indiscernibilidade (BARROS; PASSOS, 2009), pois se é fala corrente que o uso de drogas é um perigo e uma aparente univocidade é construída nesse discurso, já temos aí uma importante situação a se questionar. *Será que isso é assim tão isso?*

1.2 Do Pito de Pango a um Risco da Margem tomar o Centro: Um breve olhar sobre a constituição do dispositivo “Guerra às Drogas” e a produção de um *setting* clandestino.

Mas a nós, que não somos nem cavaleiros da fé nem super-homens, só resta, por assim dizer, trapacear com a língua, trapacear a língua. Essa trapaça salutar, essa esquiva, esse logro magnífico que permite ouvir a língua fora do poder, no esplendor de uma revolução permanente da linguagem, eu a chamo, quanto a mim: literatura. (BARTHES, 1978, p. 15)

Desde o início da presente dissertação não fiz outra coisa se não buscar a gagueira alegórica (ou literária) da linguagem em sua potência produtora de real. A ciência também o faz, claro por outros caminhos e recortes, mas tem que fazer uso dessa dimensão que faz emergir o que, por fim, objetifica. Acontece, porém, que ao longo da edificação da história “da questão da droga” no século XX e sua culminância numa guerra, o que vemos é uma alegoria em que poucos falam e na qual o saber da droga, o saber da experiência de uso psicoativos é alvo de uma

maquinaria de epistemicida a qual silencia esse saber da experiência de alteração da consciência a partir de uma verborragia pretensamente científica sobre as drogas. A ciência carece da dimensão alegórica para produzir saber. Quando uma lei pretensamente é “descoberta”, sustentando-a, há um ato de criação, um ato de invenção de imagens.

A literatura é literal. Nesse sentido, qual literatura não está sendo permitida e qual tem sido o literal hegemônico da droga? Essa “não permissão”, porém, não é absoluta, não é plena, pois todo pensamento é uma relação com o caos (DELEUZE; GUATTARI, 1992), e o caos não pode ser banido. Partindo dessa perspectiva, acredito que ao me colocar em contato com o Caos da experiência de uso de psicoativos a partir de um *approach* não *aprioristicamente* condenatório, ou *linearizante*, busco atuar como um ponto de composição de imagens outras.

Apesar da laureada neutralidade científica, é inegável que há um projeto de condenação do uso não médico das substâncias psicoativas, de modo que se empenha um esforço sem tamanho de criar um aval científico para banir o uso de substâncias psicoativas se este não estiver dentro da arquitetura médica. Nesse sentido, optar pela literatura como *modus operandi* (em contato com outras tecnologias linguísticas) é aposta num *Ethos* avesso à ética e estilística científico-experimental. Lembro-me de num certo momento em que eu explicava para um colega o percurso de minha pesquisa ele me alertar – “amigo, cuidado com esse Mestrado de Psicologia Institucional da UFES, pois o que eles fazem lá não é ciência”. Sobre essa afirmação penso duas coisas e com todo carinho que tenho por esse amigo e evoco sua fala no sentido de trazer um debate. Primeiro o Programa de Psicologia Institucional, surgiu para mim como um intercessor de conversas, e não como uma definição final do que é a matéria de meu texto. Segundo, sobre o fato de não fazermos ciência, concordo plenamente. Não se trata de Ciência como baliza do que não fazer, mas de uma outra abordagem científica. Ao invés de buscar aquilo que confirme as perspectivas iniciais, manter-se aberto justamente para os movimentos que equivocam. Para tal intento, não há formato *a priori*. A forma do estudo se constitui no entre e no durante. Daí o motivo de a presente dissertação ter se constituído a partir da vocação alegórica. Esse foi um percurso em que forma e conteúdo se constituíram sem uma seção forçada, pelo contrário, aposta-se numa ciência que se reinventa em sua feitura. Dessa forma, como desde início anunciei, parto da linguagem em especial em sua dimensão alegórica.

É nesse sentido que se pode dizer que a literatura, quaisquer que sejam as escolas em nome das quais ela se declara, é absolutamente, categoricamente realista: ela é a realidade, isto é, o próprio fulgor do real. Entretanto, e nisso verdadeiramente enciclopédica, a literatura faz girar os saberes, não fixa, não fetichiza nenhum deles; ela lhes dá um lugar indireto, e esse indireto é precioso. Por um lado, ele permite designar saberes possíveis — insuspeitos, irrealizados: a literatura trabalha nos interstícios da ciência: está sempre atrasada ou adiantada com relação a esta, semelhante à pedra de Bolonha, que irradia de noite o que a provisãoou durante o dia, e, por esse fulgor **indireto**, ilumina o novo dia que chega. A ciência é grosseira, a vida é sutil, e é para corrigir essa distância que a literatura nos importa. Por outro lado, o saber que ela mobiliza nunca é inteiro nem derradeiro; a literatura não diz que sabe alguma coisa, mas que sabe *de* alguma coisa; ou melhor; que ela sabe algo das coisas (BARTHES, 1978, p. 16 e p. 17)

Partindo dessas *literativas* afirmações de Roland Barthes, afirmo que meu interesse é constituir um grande dispositivo *literaturalizante*. Dessa forma, quando evocados os textos científicos, serão trazidos em sua dimensão de literatura, em sua dimensão de máquina de criação de real; os conceitos e debates filosóficos também são, por que não, tertúlias literárias. Deleuze e Guattari (1992) no livro *O que é a Filosofia* ao cartografar os planos de constituição da Arte, Ciência e Filosofia, evidenciam o caráter diferencial, não obstante, constitutivos dos três regimes, não havendo hierarquia nem preponderância em termos de verossimilhança entre eles. A arte é o terreno das sensações, a ciência das funções, e a filosofia dos conceitos. O que faz esses três campos convergirem é que se trata sempre do exercício de pensamento. “Pensar, é pensar por conceitos, ou então por funções, ou então por sensações, e qualquer um destes pensamentos não é melhor do que o outro (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 252, 253). Assim, busco me situar nos interstícios moventes e indiscerníveis entre esses três regimes operando pela gagueira literária. Toda essa dissertação é uma composição literária por reminiscências, que não é o literal do fato em si, mas literal no real que produz.

1.2.1 Quanto vale um vale?

Era uma tarde comum de domingo e os Irmãos Sandino e Sandoval *largatixavam* no escaldante sol daquelas terras. Passar o domingo deitado em frente aquele imponente vale que é dono de uma das mais importantes revoltas da história¹⁴ brasileira não era qualquer coisa. Ficar ali tomando sol a conta-gotas era honrar a tradição daquelas terras.

Sandoval e Sandino eram irmãos inseparáveis. O primeiro, com 19 anos, era alto, magro e crepuscular; já Sandino, na época com 17 anos, era esportista, atlético, solar. Os dois eram frutos de uma mistura infinitesimal de culturas. Meio nordestinos, meio cariocas, meio mineiros. Uma amálgama de português, com índio, com italiano, com umas pitadas de alemão, somadas a várias doses socialmente veladas de sangue negro e demais etnias não definidas, porém, para todos os efeitos, eram brancos, altos, novos, e “classe-médios”.

E lá permaneciam os dois, contemplando aquele imenso vale onde serpenteia o famoso Rio Cricaré e onde portugueses encontraram a ira de Aimorés guerreiros e sanguinárias batalhas foram travadas. Aquele vale, que outrora fora todo aquele território e não havia a área alta onde agora se situavam os altos “elegidos” pelos séculos de arqueologia de escravidão e pilhagem, formava uma linda imagem quando, nas estações de chuva, transformava o rio que jaz ao fundo da imagem em um grande oceano que cobre toda aquela grande extensão de terra. De cima, na região alta, os irmãos lá perduram como simulacro da história daquelas terras.

¹⁴ Aqui se faz referência ao Vale do Cricaré, região ao longo do Rio São Mateus e Mariricu, ao norte do Espírito Santo, onde hoje é município de São Mateus. O Vale em questão fica especificamente na porção mais ao norte da cidade, onde forma-se uma baixada que dá acesso a uma imensa área entre o a parte alta de São Mateus e o rio Cricaré. Essa região costuma alagar toda durante o período de chuvas formando um imenso pântano alagadiço que se assemelha a um mar de tão vasto. Nessa área ocorreu a chamada batalha do Cricaré, uma das mais sangrentas guerras entre portugueses e Índios Aimorés. A batalha teve início em 1557 e visava dar conta dos índios hostis que ameaçavam Vasco Fernandez Coutinho do domínio naquelas terras. Foi nessa batalha que morreu Fernão de Sá, filho de Mem de Sá. O rio Cricaré era uma importante entrada pelo mar para o interior do Brasil, de modo que a conquistá-lo era essencial para Vasco Fernandez, capitão das capitanias do Espírito Santo. Os portugueses sob comando de Fernão de Sá, atacaram fortificações Aimorés na região, porém sofreram nessa primeira investida uma considerável derrota, situação em que morreram Fernão de Sá, além de Manuel Álvares e Diogo Álvares, ambos filhos de Diogo Álvares Correia, o Caramuru. Após essa investida frustrada pela força guerreira do povo Aimoré, os portugueses fizeram outros ataques e promoveram uma larga matança de índios e enfim dominaram à pólvora a região.

No meio do caminho, entre essa parte alta, onde é o bairro de Sandoval e Sandino, e o rio que fica ao final do vale (caminho de cerca de 1 km) havia uma pequena palafita, a qual jazia sozinha entre os pastos daquela região. Sandoval costumava ser dragado pela imagem dessa palafita a ponto de não ser nada além de um sopro na tez das horas quando se deixava levar por aquela mesmerizante visão e era o que estava ocorrendo naquele momento. Cegado pela imersão ao longe na distante palafita, Sandoval mimetizava-se com ambiente a sua volta a ponto de ser só parte dos ventos.

A certa altura, Sandino, percebendo a cara de panqueca do irmão absorto em quase-pensamentos olhando perdido para a pequena palafita, tem uma brilhante ideia e saca do bolso um Mafuá, uma brenfa, um baseado, um brau, um churriado, uma douradinha, um cigarro de Fumo d'angola, um Jaraqui, uma liamba, uma xibaba, um Jerê, *some pot, some weed, a bit of Grass, some ganja, a joint, a climb, a catnip, a cancelled stick, a bomber, a blanket, a cripple, un pétard, un bédo, un cône, un jocko, un sdar, un ziggy, un bambou, une cigarette qui fait rigoler*, enfim, o definido pelo Brasil escravocrata como o condenado Pito de Pango:

- E então, *vamo* pitar essa massa, Rei?
- Tudo bem... respondeu o distante Sandoval.

Havia uma matemática para a criação de um *setting* para uso da substância. Era necessário se esconder o bastante para não ser completamente visto, mas não o bastante para criar uma desconfiança geral do que faziam. Os irmãos caminharam mais um pouco para próximo do barranco que descia para o vale, lá onde começava a propriedade do Portuga, o qual era dono de uma das ladeiras para o vale. Muitas vezes quando criança, Sandoval se perguntava – *como que podem deixar alguém ser dono de uma ladeira?* Perto de onde estavam, havia também uma grande caixa d'água que ficava bem próximo à casa do Portuga, que era sede da fazenda que se estendia ladeira abaixo até o vale. Lá sentaram-se Sandino e Sandoval acreditando estarem escondidos.

Lá estavam os dois irmãos luso-italo-baianos fazendo uso daquela entidade milenar a qual se confunde com a história da humanidade. Começando a experimentar a expansão hiperminésica, hipermimética, hiper-hermética, hiperpoética do espaço e do tempo característica do contato com a entidade maconha, Sandoval lembrou mais pela sensação, menos pela imagem, de quando cedo da manhã, ao subir no segundo andar de sua casa via a formação de nuvens

de vapor ao longe no vale. A formação das nuvens de vapor do rio-pasto-áreas-alagadiças criava uma névoa densa que se conectava com as nuvens no céu e o corpo de Sandoval estava sentindo essa imagem, mesmo sem que ela se formasse pronta na tela da consciência. Aquela sensação era inexpressível, porém criava inúmeras imagens-palavras. Sentia-se a névoa naquele momento e de relance lembrou que um amigo, certa vez, disse que aquelas nuvens eram as almas subindo aos céus. Daí se perguntou – *quais eram aquelas almas?* Olhando para os pequenos bolsões de pobreza que se formavam ao longo das barras onde o vale encontrava o início da cidade, foi tomado por um conjunto descontínuo de pensamentos entrecortados em quase sensações, quase conceitos, quase lógicas, algo como:

- *Nesse vale se encontrava o barbarismo galício, o caráter guerreiro dos Aimorés e o sangue negro da escravidão. Lágrimas que nunca puderam ser choradas flavam azougadas na névoa do arrebol matinal formado pela evaporação da umidade milenar do leito de almas daquelas terras baixas. Sinto essas lágrimas centenárias chorarem sob minhas costas e um sangue não meu escorre de minhas mãos. Não tenho o direito a essas lágrimas, mas não quero que elas existam mais. Aquele vale desacatava satanás¹⁵.*

Ser atacado por esse turbilhão de pensamentos foi como acordar de um sonho debaixo d'água. Não sabia nem o significado de algumas palavras, mas algo

¹⁵ Mesmo que Sandoval não tivesse consciência naquele momento e estivesse sendo enredado pela “*memoire involuntaire*” proustiana, essa expressão é uma referência à música *Lero Lero de Edu Lobo*, em que se leem os seguintes versos - *Sou brasileiro de estatura mediana/ Gosto muito de fulana, mas sicrana é quem me quer / Porque no amor quem perde quase sempre ganha / Veja só que coisa estranha, saia dessa se puder. Não guardo mágoa, não blasfemo, não pondero / Não tolero lero-lero, devo nada pra ninguém / Sou descansado, minha vida eu levo a muque / Do batente pro batuque faço como me convém. Eu sou poeta e não nego a minha raça / Faço versos por pirraça e também por precisão / De pé quebrado, verso branco, rima rica / Negaceio, dou a dica, tenho a minha solução. Sou brasileiro, tatupeba taturana / Bom de bola, ruim de grana, tabuada sei de cor / Quatro vez sete vinte e oito nove´s fora/ Ou a onça me devora ou no fim vou rir melhor. Não entro em rifa, não adoço, não tempero / Não remarco, marco zero, se falei não volto atrás / Por onde passo deixô rastro, deito fama / Desarrumo toda a trama, **desacato satanás**. Brasileiro de estatura mediana / Gosto muito de fulana mas sicrana é quem me quer. Porque no amor quem perde quase sempre ganha / Veja só que coisa estranha, saia dessa se puder / Diz um ditado natural da minha terra / Bom cabrito é o que mais berra onde canta o sabiá / Desacredito no azar da minha sina /Tico-tico de rapina, ninguém leva o meu fubá.*

o tocara imensamente e tinha vontade de chorar, de voltar no tempo, de voltar o tempo, de rasgar a história, de recontar os contos, de narrar-se de novo, de narrar-se ao novo. Olhou para o seu irmão e, entusiasmado, tentou explicar para Sandino o que havia pensado. O irmão olhou assustado e, sem entender muita coisa, disse:

- Mano, *tu* é muito louco, disse Sandino, soltando uma sonora gargalhada.
- Você é muito *zé-ruela* Sandino, e você o que tava pensando?
- Rapaz tava pensando só no cuscuz de coco que Pai fez e na sua cara de panqueca, respondeu Sandino, soltando mais uma gargalhada velhaca.

Numa coisa concordaram, era hora de seguir o rastro do cuscuz, afinal já se achegava próximo ou pouco depois das 10 horas e, se esperassem muito, seria o almoço. Seguiram lentos, porém presentes o caminho de 240 passos até a casa deles. Quando chegavam a frente de sua casa, um grito ouviu-se ao longe – *Pega Ladrão!* Ao olharem atônitos e assustados, perceberam que o grito vinha da direção exata de onde eles estavam. Viram dois rapazes correndo e um grupo de cerca de 10 de pessoas atrás deles. Logo apareceu na janela de sua casa o rosto do Pai de Sandino e Sandoval, Sr. Cerqueira, perguntando estatelado – “O que tá acontecendo?”.

- Pai, um ladrão, disse Sandoval
- Vamos Sandoval, vamos! Disse Sandino puxando o irmão pelo braço e sendo agenciado pelo espírito de caça a bandidos.

Era a oportunidade única de Sandino fazer algo com toda aquela energia atlética que carregava em si e os dois irmãos saíram em correria. Atravessavam alucinados e esquinas seguindo o rastro de pessoas que supostamente haviam visto os supostos ladrão-assassino-estuprador-serial-killers. Em cada esquina que passavam apressados, ouviam de relance fragmentos de diferentes histórias sobre o que havia acontecido. E corriam, corriam, e nunca chegavam até a multidão. Pararam por um segundo e viam mais pessoas passando por eles e pensava Sandino – *Alguma coisa muito séria esses caras fizeram e terão que pagar*. Após cerca de quatro quilômetros de intensa correria, avistam ao longe uma multidão imensa de pessoas em torno de algo.

Chegando na beira do amontoado de pessoas de bem, os irmãos ouvem gritos ensandecidos – “Mata”; “Vagabundo”; “estupradores”. Nadando por entre braços e *pescotapas*, os irmãos vão adentrando heroicos e sedentos naquele lago de vozes e corpos em vozes. Ao chegarem na camada interna daquele imensa

micela formada de afetos, via-se um grande núcleo livre e, no meio, três pessoas. De repente raparam aturdidos os dois irmãos:

- PAI?

* * *

Cerqueira era um senhor de lá seus 60 e tantos anos. Militar aposentado, gabava-se de ser militar e militante. Do alto de seus 1,60, impunha respeito pela honesta solidariedade e pelo legalismo *pero-non-mucho*. Ninguém respeita alguém que confia muito nas leis, mas confia em que mantém a lei sem confiar muito nela.

Cerqueira tinha uns jargões clássicos que Sandoval e Sandino cresceram ouvindo – “É preciso conhecer as leis, para saber quando elas devem ser quebradas em nome da vida”; “Trabalho difícil é apenas o caminho da Vitória”; “Na vida escolhemos ser coadjuvantes ou atores principais”. Sandoval sempre ria muito por dentro dessas coisas, pois as considerava pachorrentas. Uma frase, porém sempre tocou Sandoval profundamente e era talvez uma pedra basilar de composição de quem ele era e mais a frente falaremos dela.

Era comum que os mais próximos de Cerqueira o acusassem de ser bobo, inocente, apesar da carranca de homem sério e da malemolência ítalo-nordestina que apresentava aquele baixo senhor trabalhador da segurança. Diziam isso, em especial dona Angélica, esposa de Cerqueira e mãe de Sandino e Sandoval, pois Cerqueira sempre estava perdendo dinheiro em algum negócio em que fora desnecessariamente amoroso em horas de ser argucioso. Menos Sandoval. Este, por ser o mais velho, lembrava-se quando era criança e das muitas vezes em que aos domingos seu pai acordava cedo e o levava para passar pelos grotões que rodeavam a cidade onde moravam, onde as pessoas costumavam não ter certeza d aproxima refeição, como vemos nos filmes. Com o carro cheio de mantimentos, Sandoval e Cerqueira iam de casa em casa auxiliando as pessoas, porém a coisa mais importante que ele ofertava não eram aqueles produtos, mas a atenção aos infortúnios daquele povo carcomido pela dureza das horas cruas, das horas áridas. Foi com esses domingos que Sandoval aprendeu que não se nega um prato de comida oferecido e que as pessoas que menos tinham eram as que mais ofereciam, mesmo que o prato estivesse imundo. Sandoval se lembrava de quantas vezes

pequeno, saindo de seu conforto do console burguês ia com o pai aos mais miseráveis barracos e, ao chegar, via Cerqueira sentando com aquele povo com a mais pura honestidade emocional e sempre era servido algo a ele e seu pai. Lembrava-se de quantas vezes ao ser-lhe oferecido algo, sentia nojo devido às condições de higiene dos barracos e de como lidar com aquele nojo era lidar com o que havia de repulsa da pobreza em si. Aquele nojo do copo sujo, do prato sujo era o resíduo presente nele do abismo social que colocava aquelas pessoas em condição de resíduo do sistema. E aos poucos começou a ter nojo de ter nojo da pobreza.

Ah... a frase! Certo dia, num desses fatídicos domingos, antes de entrarem no carro para voltarem para casa, Cerqueira tomou Sandoval, na época com cerca de 10 anos, pelos braços e disse – “Um homem deve ser respeitado por sua solidariedade e não por quaisquer outras coisas”.

Mas... se tem algo que o velho Cerqueira abominava era a tal da maconha. Como passara a vida inteira demonizando-a antes de experimentar, considerava que essa “droga poderosa fazia os homens ficarem loucos e vagabundos” e isso ele não permitia, mesmo desconfiando que seus filhos eram adeptos dessa iguaria. Muitas vezes colocava Sandoval na parede vociferando demônios sobre o futuro sombrio de seu filho se ele continuasse envolvido com a Morte. Falando nisso, outra coisa que Cerqueira gostava de dizer era que bandidos mereciam a morte.

Cerqueira odiava, na verdade, eram os “bandidos, ladrões que atentavam contra o cidadão de bem” e, nesse ínterim, aquele que encostava na Maconha adquiria magicamente esse estatuto de bandido e pela matemática moral de Cerqueira deveria ser morto, o que fazia com que a conta não fechasse, né?!

Pois bem, no domingo, não menos fatídico, em questão no presente relato, Cerqueira havia acordado cedo, preparado o almoço e feito um belo cuscuz branco de tapioca com coco. Após isso, sentou-se em frente à TV e se entregou ao seu ritual dominical atual, deveras menos caritativo, em que devorava petiscos e cervejas e brigava com a televisão. A certa altura, talvez quando já começava certo “milenar” programa de auditório e ele já soltava um – esse Filho de uma p.... ouvira ao longe o grito - “pega ladrão” - com um timbre essencialmente feminino, e uma certa vontade de si se viu emergindo dentro de nosso nobre senhor e, por um momento, sentiu o frescor da juventude chamá-lo a janela. Ao chegar à janela, avistou Sandoval e Sandino e já pensou... *Esses Filhos de uma P. Já assaltaram*

alguém pra fumar aquela m. - e de pronto perguntou exasperado e com medo de que, enfim, tivesse que fechar a conta de sua matemática moral ou deixar de ser matemático – *O que tá acontecendo?*

Respirou com alívio ao ouvir as palavras de Sandoval e se preocupou com a saída alucinada dos dois filhos. Num rompante heroico, foi ao quarto e desenterrou o empoeirado revolver 38 de sua época de policial e se preparou para a guerra com o mal. Desceu esbaforido e entrou em seu possante *Fiat uno Mille* e partiu em direção ao problema. Por alguma obra do acaso, não esbarrou em seus filhos no caminho. Em cada esquina em que parava ouvia estórias absurdas sobre o que havia acontecido e, em fluxo descontínuo e caótico, formavam-se imagens de um inimigo a ser eliminado.

Ao curvar afoito a esquina do bairro para onde o cortejo de notáveis paladinos se encaminhou, avistou ao longe uma multidão se formando em torno de dois rapazes adolescentes negros e muitos já começavam desferir socos e chutes. Parou rapidamente o carro e desceu sacando a arma. Gritou uma, duas, três vezes até que deu um simbólico tiro para cima que logo silenciou e paralisou todos, fazendo-se presente de forma imanente o famoso monopólio do uso da força. Cerqueira seguiu imponente até os meninos e, ao chegar perto, pegou pelo braço os dois e aquela fina película de silêncio se quebrou. O monopólio da força ali encarnado por aquela figura começava a efetuar o seu papel de escape para as projeções animais da massa e então, de um burburinho, começam a emergir gritos e de repente a multidão novamente ensandecida começa a pedir que Cerqueira expie no corpo dos garotos as mazelas que compunham toda aquela miséria humana que a multidão encarnava. Por inúmeras vezes, Cerqueira volta-se para os rapazes perguntando o que eles haviam feito, mas não conseguia ouvir. Enfim, num certo momento ao levantar a cabeça e tentar olhar em volta para ter uma ideia da multidão, reconhece seus filhos logo à frente e juntando os vários fragmentos do que havia conseguido ouvir dos rapazes caçados pela multidão, consegue formar, enfim, uma imagem do que eles diziam. Sandino e Sandoval, por sua vez, ao mesmo tempo, conseguem ler os lábios dos dois rapazes:

- A gente tava só fumando maconha, Senhor, entendeu Cerqueira.

Enfim, uma conta matemática com inúmeras variáveis não fecha na cabeça de Cerqueira, mas uma multidão cobra um resultado.

* * *

Falamos muito desse famigerado e histórico vale. De fato, uma parte importante de nossa história ocorreu ali nas margens do Rio Cricaré. Tempos depois da Batalha do Cricaré, a região que se constituiu na margem do rio se tornou importante mercado da época colonial e hoje era o bairro chamado Porto, local onde emblematicamente há um monumento às prostitutas, as quais garantiam a preservação dos casarões coloniais. Esse mercado, transformado em nossos tempos atuais, em sítio histórico, fora também local de um pelourinho na época colonial e muito do que fora vendido naquele mercado foi o sangue negro.

O vale ficava em uma grande baixada em comparação à cidade que cresceu na parte alta da região. O bairro Porto era nessa região baixa. Em toda a franja do vale em contato com a cidade, nas ladeiras, ficavam os bairros mais pobres, formados em sua grande maioria de afrodescendentes, “herdeiros” do material e do imaterial de nossa história escravagista.

Gilberto e Jean Carlo dos Santos eram irmãos e haviam crescido na região do Porto. Pobres, negros e territorialmente periféricos naquelas terras, eram a insígnia da emergência daquele povo. O fato de a pobreza ser essencialmente negra e habitar às margens na parte inferior da cidade era emblemático. Diferentemente do que ocorre em outras cidades o morro nessa cidade era uma baixada. O morro era uma ladeira.

Gilberto, na época com 19, havia se constituído como sujeito tendo uma inserção apenas “estratégica” com o tráfico de seu bairro. Convivia, gostava de estar juntos com os amigos, mas nunca arranhou maiores compromissos com o “movimento”. Apesar disso gostava de fumar maconha, era algo que o fazia pensar além, pensar mais, apesar de uma constante paranoia que sempre o acometia quando fumava. Gil como era chamado era entre os amigos do tráfico, era aquele que tinha uma batalha¹⁶ e ele gostava desse respeito, não pela nobreza de ser trabalhador, Gil nunca se deixou levar por esse ideário, mas ser o cara que tinha uma batalha dava o respeito necessário e o deixava livre sem comprometimentos

¹⁶ Gíria para emprego.

orgânicos com o mercado do tráfico. Outra coisa que Gil sabia e gostava de fazer era jogar Futebol. Uma vez por semana, aos domingos, costumava subir a ladeira para jogar com os moleques riquinhos e dar *show*. No momento do jogo, sentia-se visível, mas, mais do que isso, sentia-se devolvendo algo.

Jean Carlo, talvez pelo nome de cantor de bolero, queria ser artista. Gostava de ser popular, cantava mais ou menos, dançava bem. Tinha o cabelo meio dourado meio branco, raspado nas laterais e com um moicano frondoso. Na época, Jean tinha 18 anos. Este por sua vez nunca havia tido nem queria ter uma batalha. Também nunca quis muito respeito, bastava ter entrada e a lábria afinada do rapaz lhe dava entrada em todos os cenários possíveis. Dizia conhecer todas drogas do mundo, mas na verdade mal bebia, conhecia palavras decoradas de inúmeros idiomas, mas não sabia contar até três em nenhum deles. A composição Gil e Jean era muito potente – substância e colorido. Eram queridos e amados na comunidade, principalmente, pois os dois, em si, eram uma família. Ninguém nunca soube sobre pais, avós ou tios. Todos sentiam como se aqueles irmãos tivessem brotado ali junto com a história daquela região.

De fato pouco se sabia da história dos dois, uns diziam que eles vieram novos da Bahia e os pais foram mortos por ali. Outros que eram moradores do mato que enfim ocuparam um barraquinho no Porto. Sem a história “real”, o real para os dois era que os dois tinham só a si mesmo. Do que se sabe, diz o povo que pelo menos nos últimos 10 anos os dois estavam sozinhos naquele velho barraco bem próximo ao Rio Cricaré e que, antes disso, viviam com uma velha senhora que certo dia desapareceu, deixando-os só. Jean não tinha lembranças dessa época, porém Gil lembra. Lembrava-se, e quis esquecer muitas vezes, do dia em que, ao acordar pela manhã, deu-se conta de não ter mais ninguém além de ele e o irmão. Na época com nove anos, olhou seu irmão deitado na esteira de seu lado, procurou pela velha senhora não encontrou e sentiu um frio na barriga. Minutos depois, foi a sala chamou por dona Jô, chamou uma, duas, na terceira chorou de medo. Sentou-se no assoalho do barraco, olhou por entre as gretas das tábuas de madeira a lama de barro do rio que havia embaixo de seu chão improvisado e por um momento desejou escorrer como as lágrimas e ser água para se adaptar à dor, contorná-la. Passado alguns minutos não havia mais tempo para choro e voltando-se para seu irmão, o viu dormindo sem nada saber e disse para si mesmo que nunca deixaria o irmão sofrer, mesmo que para isso precisasse sofrer. Uma vizinha, assumiu a responsabilidade

para fins de representação quando necessário fosse, mas os irmãos permaneceram vivendo os dois sós no pequeno barraco. Assim continuaram a vida, contando com ajuda de outras pessoas do entorno, as quais costumavam se compadecer até a medida da conveniência, cresceram e se constituíram nas barras da culpa do *status quo*.

A ladeira central que ligava o Porto à cidade era ladrilhada com pedras grandes, antigas. Era uma estrada pesada, cravada no chão com peso de anos de trabalho escravo. Certa vez, subindo aquela ladeira, Gil ouviu de seu amigo – “as pedras dessa ladeira tem mais de cem anos”. Gilberto que se lembrava de ter ouvido dizer nas aulas de história algo sobre a escravidão e que o porto de São Mateus havia sido um importante polo de comércio de escravos, sentiu o peso daquelas pedras sobre seu corpo. Sentiu que foi a sua pele que esteve em baixo daquelas pedras as carregando e sobre elas sangrando. Sentiu raiva, sentiu dor, sentiu desprezo, mas não como uma dor histórica abstrata, era a dor real cotidiana que se conectava com o a história em seu não dito marcado na pele daqueles que a opressão visou calar. Mas, ao sentir aquilo, o tempo falava em seu corpo. Reconhecer essa dor o fazia encontrar a imagem *mudificada* de seu povo, o que profanava a “nobreza” da frase – “Essas pedras tem mais de cem anos”.

E pensava sobre esse dia naquele fatídico domingo subindo a mesma ladeira com seu irmão Jean – uma subidade ladrilhada de infâmia. Tinham planos de jogar a pelada à tarde com o povo bairro de Sandoval e Sandino. Nunca tinham ido lá. Gilberto esperava ansioso por fazer mágica no futebol, enquanto Jean esperava encantar alguma novinha patricinha. Enquanto subiam pela ladeira central que daria no centro da cidade, resolveram desviar e passar lá por trás da cidade, uma vez que era lá que seria o jogo. Gil levava um pequeno cigarro de maconha e queria fumá-lo antes do futebol e decidiram passar pela ladeira que ficava na propriedade do Portuga, pois ficava muito próximo do campo onde iria jogar. Jean apesar de retrucar num primeiro momento, cedeu, pois não veria maiores problemas, afinal era caminho.

Ao chegarem ao pé da ladeira viram ao longe, lá em cima, a grande caixa d’água. Subiram um cadinho adentrando na propriedade do Portuga, que, diga-se de passagem, não tinha nenhuma cerca e tinha os fundos abertos para o grande vale. Aprumaram-se numa árvore há cerca de 150 metros de distância da casa do Portuga. Gil estava tenso. Sentia apesar da tranquilidade de estar na soleira de uma

grande árvore, perto do rio e utilizando apenas uma planta, um calafrio atravessar seu corpo e cada pássaro era um susto. Olhava para os lados freneticamente com a sensação de que alguém os pudessem estar vendo e ao mesmo tempo eles mesmos eram os olhos que os observavam. Jean sem entender muito disse:

- Eu hein Gil, porque você vai fumar se fica todo desse jeito, perguntou Jean.
- Ah *muleque* você não entende. Eu penso melhor, fico mais esperto quando eu fumo. E só tô bolado porque pode alguém ver a gente e num sei se tem alguém na casa. Depois que fumar passa. Respondeu ofegante Gilberto

O sol escaldante piorava o contexto. Os irmão Gil e Jean suavam e o calor era opressor. Sentia que o fogo fazia arder a ansiedade na pele como uma agonia encarnada. Por um momento foi pescado por um desses agônicos pensamentos e divagou em atos-pensados:

- *Esse vale é a decida para um purgatório. Aqui nos encontramos com o que restou de 400 e tantos anos dessa cidade construída sobre o sangue de meus antepassados. As nuvens que se formam nesse vale são as lágrimas que foram choradas em ato de morte. Sinto essas lágrimas cortarem meu corpo e de meu sangue se fez essa cidade. O satanás deve ser dono desse Vale.*

Retornar dessa divagação era como acordar de um pesadelo amarrado sobre um braseiro. Sentia como se aquele sofrimento encontrava morada em seu corpo e daí ele se reconhecia. Mas queria sinceramente produzir outra vida pra si e seu irmão. Ainda meio aturdido, acendeu o pito e pensou – *Eh... já estou tentando fazer esse novo mundo para mim e meu irmão, resta esperar o que o mundo me reserva.* Com a chegada das entidades *canábicas*, sentiu um misto de tranquilidade e euforia, que se misturava com uma paranoia, a qual já estava ali antes e que fora colocada por variáveis que estavam muito além da matemática Gil + Maconha.

*

*

*

Portuga havia crescido ali naquela ponta final da cidade em sua propriedade que descia o morro e se encontrava com aquele imenso vale. Hoje era um senhor de

cerca de 65 anos e a família era formada por ele, sua esposa, Dona Matilde, e seu filho Agenor, nessa época, contando com cerca de 19 anos.

Figura sisuda e cotidiana, o Portuga não era muito afeito a qualquer coisa que não fosse sua fazenda, seu gado e sua esposa. Quanto a Agenor, há muito ele dizia que “*esse moleque num tem jeito mesmo*” e para nada contava com ele. Agenor, por sua vez, sob essa calma sombra, havia se constituído como os adolescentes de sua idade e como tal costumava esporadicamente fazer uso da famigerada Erva do Diabo.

O garoto Agenor nunca fez muita questão de esconder, o que não implica dizer que ele dissesse de forma séria que fumava maconha. Dizia, mas sua fala caía no limbo de completo desprezo que o Portuga tinha pelo filho e flutuava incerta num campo entre a ironia, a glosa, o descalabro e o escracho.

Todo domingo bem cedo, Portuga e Matilde descem o morro e cuidam do gado e retornam para a casa por volta das dez horas quando Agenor, geralmente, está a levantar. Não havia sido diferente naquele domingo, porém ao voltarem da descida, por volta das 9 horas, não entraram diretamente na casa. Portuga sentou-se na porta da frente de sua casa passando pela lateral e Matilde se enfiou no galinheiro que ficava no outro lado da casa. Portuga enrolava um cigarro de fumo Goianinho na beira da porta. O processo lento de cortar os pedaços do pedaço de corda de fumo era relaxante, era um ritual ao qual Portuga entregava seu ser. Gostava do ritual, gostava de rituais e de detalhes pesarosos. Ao longe via os filhos de Cerqueira e sempre se intrigava com a cara de panqueca do menino mais velho, chegou a rir sozinho do moleque alto, magro igual um poste que fitava o horizonte como se fosse apenas dois olhos enfiados em um palito.

Terminado de enrolar seu cigarrinho, Portuga se encaminhou em direção ao galinheiro para encontrar Matilde. Esse movimento aconteceu simultaneamente ao movimento de Sandoval e Sandino, que se posicionaram em frente aos pilares da caixa d'água no mesmo momento em que o Sr. Portuga cruzou para o lado de trás da casa onde ficava o galinheiro.

Outro fato que também estava a ocorrer no mesmo momento foi o despertar fabuloso do jovem Agenor. Acordou, abriu os olhos, levantou-se coçou o traseiro e pôs-se a andar em direção à sala que era o cômodo contíguo à entrada da casa. Ao chegar à sala, sentiu entrar pelas janelas um aroma que ele conhecia muito bem e que vinha dos irmãos Sandoval e Sandino:

- *Eita Rapaz! Essa Maconha é Boa*, gritou jocoso, porém honesto, Agenor.

Do lado de fora da casa, o Portuga conseguiu ouvir nitidamente e reconheceu de longe a voz de seu filho e dessa vez, mesmo sem ver, mesmo apenas com o som, teve, pela primeira vez, um estalo dentro de si e a fala de seu filho sobre maconha soou verossímil. Sentiu um frio na barriga e uma necessidade de ação percorreu seu corpo. Imaginou sua casa sendo tomada por bandidos meio Zumbis ávidos por qualquer coisa que pudessem trocar por drogas. Imaginou seu filho assassinado e/ou assassinando. Imaginou bandidos alucinados estuprando sua esposa. Imaginou seu filho caído babando louco. Seu Portuga parou por uns quinze minutos de cabeça baixa, pensando, calculando sem números, e, num retorno vertiginoso e com todos os sentidos alerta, deu meia volta e voltou para frente da casa investigando cada detalhe.

Viu ao longe Sandoval e Sandino, indo embora lenta e vagarosamente. Voltou seu olhar sôfrego para dentro da casa e viu o filho andando em direção à cozinha desengonçado e matinal. Não tendo encontrado nada, voltou olhando para os lados e para frente.

Depois de examinar bem a parte de frente da casa, voltou-se para o fundo da casa, porém, ao invés de ir em direção ao galinheiro, fitou a ladeira que dava no vale e ao longe avistou atrás de uma árvore dois rapazes negros. Eles tinham, na visão de seu Portuga, os trejeitos de bandidos perigosos, tinham movimentos suspeitos. Mas isso nem chegava a ser um pensamento no sentido estrito do termo. Os gestos dos garotos, sua forma de se portar, toda aquela imagem produzia uma percepção automática de que eles só poderiam estar ali para trazer todo o mal imaginado anteriormente e, num estalo exasperado, seu Portuga gritou:

- Seus bandidos, eu vou matar vocês!

Dito isso, desceu em disparada. Dona Matilde e Agenor sem entender nada, foram automaticamente agenciado por aquela corrente e logo se direcionaram para a rua gritando – “Pega Ladrão”. Uma imagem de um (*ultra*)passado está em vias agônicas de atualização distópica.

*

*

*

Enquanto dava as primeira baforadas em seu Pito D’angola, Gilberto é tomado de assalto por um grito fraco pela distância - *Seus bandidos, eu vou matar*

vocês. Após o som do trovão, seguiu-se a imagem do raio, um velho senhor descendo a ladeira em direção aos dois rapazes.

Astutos, mas ainda sem entender o que poderia advir, os irmãos se apressaram em uma corrida leve, subindo o morro por uma ladeira lateral mais adiante. Pensavam que talvez isso seria um fato isolado que não acarretaria maiores problemas. Qual não foi o espanto de Gil e Jean ao despontarem cerca de uns 50 metros a frente da entrada da casa de Seu Portuga.

Já havia algumas pessoas no percalço e prontas para correr. Ouviam gritos de pega ladrão, vagabundos, bandidos ecoarem como gritos inquisitórios de caça. Ao avistarem um pequeno agrupamento de cerca de 10 pessoas, as quais se preparavam para pegá-los, os dois partiram em correria em linha reta com direção a qualquer lugar. Os dois irmãos correm frenéticos entre esquinas e becos buscando saídas, mas por onde passam agregam camadas de falas, gritos e desejos de expiação.

Atravessaram dois bairros, enquanto a quantidade de pessoas só aumentava. Num certo momento, cansados, exauridos, chorosos, desesperados, acuados, os dois irmãos curvam esbaforidos uma esquina de um beco que dava nos fundos de um cemitério. Aparentemente, haviam conseguido despistar a multidão. Pararam por um segundo e respiraram. Ao olharem para cara um do outro a expressão era de um medo primordial, a sensação era de ter deixado de ter direito à condição de vivente; o sentimento era de um medo inexpressível.

Sem tempo para maiores pensamentos, uma multidão brota pelos dois lados do beco deixando os dois irmãos sem saída. Gilberto e Jean se olhavam e choravam de medo. Gilberto olhando aquela situação se colocou em frente ao irmão e tentou falar com a multidão que vinha em sua direção. Levantou a mão, sorriu e tentou dizer – “Nós só...” Não conseguiu terminar. Um homem lhe acertou a face com um soco e ele tonteou. Seguiu-se pontapés. Gilberto sentia basicamente dor e a poeira entrando por suas narinas. Por um momento pensou – *que isso acabe logo, pelo menos.*

Foi quando ressoou um estampido de tiro e a multidão parou o linchamento. Ao longe, Gil e Jean veem um senhor abrir caminho na multidão até eles e puxá-los pelo braço. O silêncio durou segundos e logo a multidão volta a clamar por violência. A multidão quer vê-los serem linchados. Xingam, maldizem, gritam. Gilberto nesse momento fita cada uma daquelas pessoas, suas expressões de raiva injustificada.

Gil sente que seu ódio se mistura com a tristeza de querer perguntar – *Por quê?* Tinha raiva de ter vontade de perguntar por quê? Queria que a raiva contra eles ganhasse, mas algo nele queria saber o porquê. Seu corpo doía sua alma desintegrava. Ao ouvir o choro baixo de Jean, Gil tinha vontade de esfregar o sangue de seus machucados nos filhinhos de cada uma daquelas pessoas, para que eles soubessem o gosto dessa dor.

Pensar isso era como acordar de uma paralisia de sono preso em uma gaiola em queda livre. Num movimento de retorno veloz e instantâneo, Gilberto voltou a si como quem toma um gole de água salgada. Olhou para o lado e viu seu irmão, reconheceu que o senhor que os segurava era algum tipo de autoridade e decidiu agir. Começou a repetir incessantemente para o Senhor em questão que eles estavam apenas fumando maconha, mas os gritos da multidão não permitiam que ele entendesse. Tentou uma, duas, na terceira tentativa, percebeu que o senhor em questão levantara a vista e mudara a expressão. Ele havia compreendido.

* * *

E ali estava Cerqueira em meio a uma multidão ensandecida cobrando que algo fosse feito com os rapazes. Após entender o que havia acontecido percebeu que deveria fazer alguma coisa, pois, por mais que abominasse o uso de maconha, abominava mais ainda os crimes contra a vida, e naquele momento o deslocamento da vida deslocava sua matemática. Cerqueira não estava nenhum pouco convencido com a história dos rapazes, mas, havendo um contraditório, desesperava-se com a ideia de deixar alguém morrer assim, mesmo que achasse que eles deveriam morrer.

Gritou uma vez pedindo silêncio, nada. Gritou uma segunda e nada. Na terceira, vez tirou o revólver da cintura, mas antes que precisasse dar um tiro todos silenciaram. Começou dizendo:

- Acho que houve aqui um mal entendido, esses rapazes não estavam roubando nada, disse o senhor.
- “Mentira”, alguém gritou lá de trás.

Daí se iniciou novamente uma agitação, contida dessa vez por um único grito de Cerqueira, que por algum motivo saiu das tripas, como se o pulmão tivesse

dobrado de tamanho. Sem saber o que fazer, resolveu invocar um “*juridiquez*” a fim de que as pessoas não entendessem, mas respeitassem.

- Os dois meliantes aqui detidos por mim cometeram um crime de menor imputabilidade legal e baixo poder de constrangimento social de modo que solicito os senhores o entendimento para que qualquer ação descabida não seja tomada, uma vez que diligenciarei com os dois até a delegacia mais próxima para tomar as medidas legais cabíveis, falou o afoito Cerqueira.

As pessoas não entenderam. Olhavam-se umas as outras sem entender muito bem do que se tratava, mas de alguma forma sentiam que havia algum sentido naquilo tudo. Cerqueira, muito espertamente, aproveitou o ensejo e saiu carregando os meninos pelo braço. Logo entrou dentro de seu carro e partiu com os dois realmente em direção à delegacia, afinal os dois precisavam responder pelo que fizeram e ele ainda não estava certo de que falavam a verdade. Mesmo quando pensava que eles poderiam apenas ter fumado maconha, logo após pensava - *Isso é errado, é crime*. Ao colocar os dois meninos no banco de trás, antes de fechar a porta, fitou por um segundo o olhar dos dois garotos. Tinham a expressão de desamparo que ficam as crianças quando estão perdidas dos pais e já se cansaram de chorar. Tinham a condescendência desalentada daqueles que se veem sem porvir. Cerqueira não passou incólume a essa experiência de milissegundo. Mais do que ter certeza de que os garotos falavam a verdade começava a sentir incertas suas certezas mais basais.

Durante o caminho, Cerqueira pensava quase que sem se permitir sobre o que estava fazendo, sobre o que havia acontecido. Por um momento, assumiu pela primeira vez pra si que seus filhos fumavam maconha, algo que sempre soube, mas sempre se enganara. Ao assumir isso, pensou que talvez tivesse inúmeros momentos em que seus filhos estavam em casa sobre forte efeito de maconha e nada em seus comportamentos era indicativo de um perigo real para a sociedade. Tinha vontade de chorar ao olhar os dois rapazes com praticamente a mesma idade de seus filhos. Pensava nas famílias que costumava ajudar aos domingos e pensava se sua atitude naquele domingo estava ajudando. Sentiu-se um algoz de um chicote centenário.

Não suportando o peso daquela humanidade cristalizada humana, parou o carro, desceu abriu a porta. Olhou para aqueles rapazes de face resignada os quais

nem se assustavam mais com a possibilidade de mais sofrimento que poderia vir pela frente. Essa imagem cortante colocava duas grandes tendências internas de Cerqueira em jogo. De um lado códigos que, naquele momento agonizando pelo excesso de vida, ainda diziam para ele que fumar maconha era errado e do outro a valorização da vida como dado irreduzível sem haver código que a encerre. Fitou os rapazes e com os olhos rasos d'água e apenas disse:

- Podem ir garotos, e não se metam mais em encrenca.

Sem entender muito, Gil e Jean apenas obedeceram e saíram andando sem pronunciar palavra e sentindo o peso de cem vidas em suas costas. Não estavam felizes por saírem, pois sair daquele carro era como acordar de um pesadelo de um inferno numa casa pegando fogo. Após cruzarem uma esquina e sentindo que já não havia mais perigo, disse Jean com a voz embargada de quem até o momento tivera pouco a dizer:

- Gil, você não lembra nem ele lembra, mas esse é o Tio Cerqueira, que quando éramos crianças costumava ir à nossa casa aos domingos para levar comida.

1.2.1.1 Uma breve análise de implicação sobre a escrita do conto “Quanto Vale um Vale”.

Nesse ponto acho importante um breve comentário. Enquanto escrevia essa parte do presente texto, tive um hiato criativo que durou alguns dias. Passei dias sentando em frente ao computador, porém sem conseguir expressar letra que desse conta de estancar certa agonia, uma vez que eu vinha de em fluxo frenético de escrita e me via paralisado.

Apesar de durante essa interrupção do afã criativo não estar efetivamente escrevendo, o texto continuou habitando meus pensamentos por períodos inteiros do dia. A angústia só começou a ter fim quando comecei a pensar sobre as condições sócio-históricas desse incômodo e sua função até certo ponto analítica, uma vez que era o encarne da crítica. Para tanto, busquei auxílio em um importante referencial que habita o terreno ético-teórico do presente texto, a análise institucional. Partindo das contribuições de René Lourau (2004c) e encontrando em

seus escritos um caminho para produção de escrita com essa angústia, o presente hiato se colocava como um analisador, um movimento de crise que punha em suspensão um fluxo de produção de camadas textuais.

O que estava sendo colocado em questão, acredito eu agora, era a minha implicação e a necessidade de pensá-la a partir do momento em que me propunha falar sobre um local (a negritude) do qual não faço parte (apesar de aqui o leitor efetivamente não saber qual é a minha cor). Implicação para Lourau (2004b, 2004c) é definida como a produção de um local social a partir do investimento institucional. O autor usa a ideia de “contratransferência institucional” para dar conta de contornar conceitualmente esse investimento. Quando falamos de implicação não se trata do local que eu escolho habitar é o local (material e subjetivo) em que as institucionalidades que me travessam criam no campo relacional, logo é o local de produção dos efeitos de real das instituições. Ainda dentro do referencial do citado autor, devemos partir o nosso exercício de produção de saber por ruptura a partir da análise de implicação, análise do local de enunciação (LOURAU, 2004a, 2004b).

Não há neutralidade científica, não há na ciência o local de todo o saber o qual não deva também ser reconectado com o regime sociopolítico de produção de suas categorias. Grosso modo, o trabalho de análise da implicação teria alguns momentos – Análise da encomenda social que convoca o ato do analista; A análise das demandas sociais, ou seja, do que se coloca como premente em termos sociais para aquela produção analítica, inclusive relacionando isso com as possíveis (e pretensas) traduções técnicas das demandas do corpo social e o perigo da captura; e análise das implicações no processo de institucionalização do saber sobre algo e que tipo de regime de efeitos de verdade essas institucionalizações trazem na produção do sujeito analista (LOURAU, 2004a). Há uma interessante passagem do referido autor que não poderia ser mais oportuna:

Os problemas pessoais não são puros reflexos dos problemas coletivos, mas são o lugar onde os desafios coletivos se enraízam, retratando-se nas angústias do destino individual. Os conflitos, às vezes dramáticos, vividos por mim (e por outros) no decurso das experiências das quais citei alguns exemplos, têm os grupos reais como palco (LOURAU, 2004a, p. 181).

Pensando a partir desse referencial, o que percebo é que não me senti à vontade, num primeiro momento, de encarnar dois personagens negros e pobres,

pois não é esse o local de onde falo, ou de onde falei. De alguma forma, sentia-me apropriando de uma fala que efetivamente não me cabe como registro desse campo social. Por outro lado, esse questionamento se enraíza por mais camadas e me leva a pensar em que sentido, o presente texto, sendo uma encomenda acadêmica, não seria o enclausuramento do poder dessas estórias e análises possíveis num campo academicista, ou seja, em que medida fala-se na academia de um pretense popular que só serve para afirmar mais ainda o local de poder do dizer acadêmico sobre os outros saberes. Por exemplo, a utilização que foi feita de Walter Benjamin na presente dissertação, autor que viveu uma vida à margem e que nunca fora aceito na maquinaria logocêntrica do academicismo ocidental. Não seria hipócrita utilizá-lo dentro então dessa mesma arregimentação a qual o rechaçara? Por fim, foi inevitável se questionar sobre o que de fato anseiam aqueles os quais são o alvo da maquinaria de sequestro e violência institucional e que são mantidos em regimes de sobrevivência pelo *status quo*. Penso partindo da última questão (talvez a que mais me convoca) que me coloco inteiramente desnudo com o presente texto quanto à certeza de que não posso respondê-la e escrevo como uma proposta de diálogo com a demanda, permitindo qualquer sorte possível de conexão ou ruptura, ou seja, não sou eu quem vai responder o que realmente as pessoas que sofrem com o racismo de estado precisam ou devem debater, o texto é uma aposta de conversa justamente com essas demandas. Almejo conversar com.

Lembro aqui que falo do local do sujeito branco de classe média, que, por isso, teve entradas que são impedidas a uma parte considerável da população. A minha condição é sim privilegiada no agora do *socius* da vida no Brasil. Por exemplo, a minha entrada na academia se dá quase que como resultante óbvia de minha condição, o que não é o mesmo para outros colegas. Importante ressaltar que não se trata de fazer um discurso raso e de ocasião de certo *militantismo* deselegante que consideraria isso uma questão estanque e planificada, o qual cria o sujeito certo do discurso, ou o lugar de fala autorizado dentro de um “edital de pré-requisitos” que definiriam o que é ou não uma pessoa de uma minoria. Pelo contrário, apenas digo que é impossível desconsiderar que no agora, no presente da sociedade brasileira, as imagens produzidas criam uma segregação que tem como um dos importantes marcadores sociais a cor da pele.

Esse marcador social interage de forma complexa como uma rede de outras instituições compondo um sujeito perigoso a ser combatido em contraposição com o

sujeito ideal e é inegável que o primeiro deles, no imaginário popular brasileiro, é negro. De modo que ao Negro, na dinâmica movente das instituições em ato, é sempre solicitado comprovações de que ele não é esse sujeito a ser combatido e ao Branco é dada a condição de inocência até que se comprove o contrário.

Dito isso, penso que seria interessante falar um pouco sobre o processo de construção do presente conto. Frente aos muitos contextos os quais no percurso de pesquisa pensei em evocar para falar da questão da constituição do sujeito maconheiro como um perigo para a sociedade no século XX, lembrava-me de, quando criança, ter visto essa cena em que dois garotos eram quase linchados por estar fumando maconha em uma pequena cidade do interior. Veja bem, isso não está sendo evocado aqui para dizer que essa é a verdade inequívoca do texto, apenas tento trazer uma das muitas reminiscências que são base do texto. Um outro elemento, porém, desse acontecimento que vi em minha infância é que os dois rapazes eram negros. Como fugir disso? Como não trazer essa dimensão que não é a verdade do “fato” que eu vi, mas é um elemento da *factualidade* da questão de classe brasileira, é o nosso *fatal*.

Uma dimensão importante da produção do presente texto, é que este aposta em uma outra constituição ético-estético e política. Ao adotar a literatura como pedra de toque do saber que aqui se produz, não tenho caminhos apriorístico. Quando iniciei a elaboração ficcional do presente conto, nem me atinei para o fato de que os dois rapazes na estória que eram negros. Enquanto eles não eram o foco, escrevi bem livremente deixando que a estória que presenciei na infância pudesse ganhar os mais variados pontos de desterritorialização e de composição fragmentária com outras experiências e quando, enfim, os rapazes começaram a aparecer na estória, a angústia foi ganhando forma. A escolha desse *modus operandi* apresenta talvez uma primeira resposta ao fato de utilização do Walter Benjamin mesmo em ambiente acadêmico – a escrita alegórica e a constituição de saber por desvio. Permitindo um pouco mais ainda esse desvio, mas mantendo um respeito ao *Fati* – como não falar dos rapazes negros? Como não deixar esses personagens falarem no conto?

Se há um risco de ser contestado pelos colegas que levam a militância da questão racial no Brasil, não há atitude mais ética do que aceitar esse risco para que essa questão habite meu texto. Dessa forma, o que emerge como análise de implicação é que talvez importa menos se perguntar se é ou não apropriação, isso já está respondido, mas qual a postura que se coloca frente a isso. A ideia é colocar

um debate e instaurar uma conversa. Conversar com a militância de minoria e levar o debate para a assepsia da academia, assumindo que no Brasil não é só a questão de classe que tem um registro étnico, mas o higienismo da “guerra às drogas” também, pois esta é, na verdade, uma senha de controle da pobreza. Ou seja, a Guerra às drogas não responde a uma demanda de saúde, mas de controle econômico dos corpos. Aqui há também uma questão que nos remete ao “amor-fati” importante categoria que Nietzsche (2001) resgata dos estoicos e que dá conta de uma saída potente frente à tragicidade dos acontecimentos. O termo *Fati* (Factum) é o termo latino que designa destino, porém diferente de destino como porvir, mas destino como a inefável observação do caráter irreduzível e irreversível dos acontecimentos, trazendo-nos um compromisso com a imanência. O *fati* é destino como substancialidade acontecimental e não como pré-destinação. Em português temos o termo *Fati* na palavra Fato. Em inglês, por exemplo, ainda se mantém o sentido de destino no termo *Fate*. No caso, amor-fati, em contraponto ao amor platônico, é o amor à vida, mas a vida que se faz/fez e não uma vida vindoura ou que se alcançará em outra dimensão de vida. Trazendo para o nosso vocábulo fato e conversando com as questões apresentadas, torna-se um imperativo da ordem do amor-fati a presença dos dois rapazes negros dentro do conto, pois sem eles, não há sentido.

1.2.2 Maconha e a constituição de um *setting* clandestino: uma importante ponta do processo de emergência do dispositivo “Guerra às Drogas”.

Uma importante contribuição do já citado Walter Benjamin para as ciências políticas foi a sua crítica à noção de História vigente em seu tempo. Nas Teses sobre o Conceito de História (BENJAMIN, 1987c), o autor apresenta uma potente ideia do fazer em história, a qual rompe essencialmente com uma perspectiva linear e evolucionista.

Estamos falando da história como descontinuidade. As imagens histórias são produzidas a partir de inúmeros vetores e não por um *continuum* inexoravelmente linear e estanque. Se valendo das contribuições da crítica à história feita por

Friedrich Nietzsche (2003) e propondo uma aproximação como o materialismo histórico, Benjamin (1987c) apresenta um fazer historiográfico intempestivo, que possa evocar o poder bravo e disruptivo dos oprimidos na constituição das imagens históricas.

De início, gostaria de compilar algumas contribuições epistemológicas desse salutar escrito. É necessário dizer, não obstante, que não se trata de uma tradução do que o autor disse, mas elaborações próprias minhas, ou formas singulares constituídas a partir do contato com os escritos de Walter Benjamin.

Primeiro, a partir do referencial benjaminiano de história, diz-se que as imagens históricas são atualizações (imagens) as quais produzem um porvir e uma pré-história do fato *historicizado*. Essas imagens são presentes e compõem numa arregimentação de “agoras” sua imagética. Numa perspectiva linear, à qual o autor faz ferina contraposição, o presente se torna um indefectível corolário dos acontecimentos que vieram antes, dessa forma “sempre se está” no momento mais evoluído da história. Sobre a égide dessa visão linear de história, passamos a habitar um conformismo incontornável e fatos como o nazismo em pleno século XX não tem condição de ser “entendidos”. Benjamin (1987b), a partir do materialismo histórico, afirma então que as imagens históricas são produzidas essencialmente pela hegemonização (termo não usado pelo autor) de uma narrativa dos opressores e pela essencial produção de um silenciamento do falar-fazer oprimido.

Segundo, sendo as imagens históricas uma produção presente, sua atualização é um fato essencialmente político que cria um estado de coisas ao mesmo tempo em que merge de um estado de coisas em uma produção mútua. No processo de afirmação de uma explicação histórica para um acontecimento, concorre uma genuína luta de classes em que pela hegemonização da fala dos opressores os oprimidos têm sua ancestralidade impedida, esse processo é imagético-material, é *monadal*, ou seja, agencia imagem e matéria no mesmo movimento. Para se impedir a um povo, uma etnia, uma classe a expressão nas imagens históricas de sua perspectiva é necessário produzir inserções materiais, físicas sobre as substâncias de que são feitos, ao mesmo tempo em que a cada momento de silenciamento imagético abre-se a possibilidade de expropriação material desse povo no mesmo movimento.

Terceiro, a que serve esse processo? Ou melhor dizendo, qual é a resultante política mais evidente desse processo? Entre muitas respostas que poderiam ser

citadas, interessante pensar que as imagens históricas lineares em sua complacência com as classes dominantes, produzem zonas permanentes de exceção, em que se justifica todo ato de extermínio contra aqueles aos quais a existência política deve ser impedida, como o são aqueles que atualmente são conjurados dentro de alcunhas como traficante e/ou terroristas.

A tradição dos oprimidos nos ensina que o "estado de exceção" em que vivemos é na verdade a regra geral. Precisamos construir um conceito de história que corresponda a essa verdade. Nesse momento, perceberemos que nossa tarefa é originar um verdadeiro estado de exceção; com isso, nossa posição ficará mais forte na luta contra o fascismo. Este se beneficia da circunstância de que seus adversários o enfrentam em nome do progresso, considerado como uma norma histórica. O assombro com o fato de que os episódios que vivemos no séculos XX "ainda" sejam possíveis, não é um assombro filosófico. Ele não gera nenhum conhecimento, a não ser o conhecimento de que a concepção de história da qual emana semelhante assombro é insustentável (BENJAMIN, 1987c, p.226).

Partindo de um movimento desmonte das imagens cristalizadas da história das drogas, buscando o contato com a experiência de uso de psicoativos, em última instância, visa-se alcançar o poder dos lampejos revolucionários que muitas vezes jazem silenciados. Avançando um pouco e ensaiando dobras, há que se pensar que essa batalha histórica habitam os corpos, mesmo os corpos oprimidos. O sujeito que emerge dessa batalha, muitas vezes repete no em si essa hegemonização do discurso dominante, mas, também, resiste. Para ser mais preciso com o referencial foucaultiano, que também perpassa a presente dissertação, diz-se que a tentativa de produzir sujeitos que repitam os atos de dominação se dá pela tendência à captura e reinvestimento da energia de resistência, a qual é primeva. Então há sempre potencial de fuga às formas instituídas ao hegemonizado.

O processo de desmonte da linearidade da historiografia clássica das drogas, ou, dito de outra forma, o processo de desmonte da instituição droga, cumpre um papel direto no corpo que sofre sob o julgo da droga como um mal em si. Esse processo de quebrar ordem da contagem histórica como causa e efeito, ou como contagem numérica e progressiva de acontecimentos, tem como alvo a complacência que essa prática cria com o discurso dominante, uma vez que, para ser contada dessa forma, cada tempo histórico carregará apenas o registro daqueles os quais bradaram sua voz sobre os escombros daqueles que foram impedidos de

participar. É fato notório que sobre os usuários de drogas em todo o século XX, falam muitos saberes, constituíram-se inúmeros locais de poder e arremeteram-se impérios a partir da utilização da instituição droga como salvo-conduto para o encarceramento e o sequestro. O efeito das substâncias psicoativas fora dos meandros médicos é relegado ao local de discurso desarrazoado o que, no intermédio com o saber instituído, foi considerado objeto quase automático da maquinaria de sequestro (FOUCAULT, 1978, 1987, 1999a) ¹⁷.

Dessa forma, a genealogia se mostraria como método condizente com o referencial de história aqui adotado. Genealogia que em Nietzsche (1999, 2001) e em Foucault (1999a, 1999b) se constituiria como a historiografia descontínua dos acontecimentos, ou seja, história não como o registro inequívoco da origem do fato estudado, como se a verdade sobre algo estivesse na ordem da providência divina da verdade, mas como um mergulho nos vários vetores de força que fazem um acontecimento emergir. Deve-se quebrar a nobreza das origens (Nietzsche, 2001) para ver surgir o ponto político de emergência do fato estudado a partir do campo de forças.

Nietzsche não utiliza o termo *Ursprung* (origem) para se referenciar ao fazer genealógico, no local articula uma combinação entre os termos *Herkunft* (procedência) e *Entstehung* (emergência como formação, configuração). Outro termo muito importante utilizado pelo autor para falar da emergência na história é o *Erfindung* (invenção). Logo, na interface entre esses três termos pode-se pensar os fatos históricos a partir de seu ponto de emergência em que a própria pré-histórica do fato é invenção, porém as bases dessa invenção são, no tempo moderno, niilistamente escondida sob a égide de um origem inequívoca. As relações de força dessa invenção são tácitas, mas fortes em sua criação de uma existência ideal, que esvazia a potência dos acontecimentos.

As políticas proibicionistas e o ideal de total abstinência são uma invenção (*Erfindung*) no sentido nietzschiano e tem sua emergência no século XX e são dois elementos importantes da rede de acontecimentos em torno da Guerra às Drogas. A principal estratégia da “*war on drugs*” para apagar seus rastros políticos obscuros constitutivos é o discurso da observância do bem-estar do cidadão comum, como se

¹⁷ A referência a Foucault nesse parágrafo se dá pois inúmeros conceitos do arcabouço do autor foram utilizados, porém a articulação com a questão da droga não é algo retirado dos textos foucaultianos diretamente.

este necessitasse de tutela. Para que, porém, esse discurso se justificasse, era necessário transformar o mal que a droga poderia causar ao sujeito em uma ameaça bio-moral ao tecido social. Em um sentido estrito, o que se operava era a uma reedição dos mecanismos de enquadramento das degenerescências em que o que se condenava era uma certa forma de recreação, intimamente ligada a certos cultos religiosos e expressões específicas e certos povos. Nesse sentido, a proibição tem essencialmente um cunho moral, mas um *procedure* bélico e arregimenta discursos científico-legais e esse mecanismo coloca em curso uma governamentalização do uso de psicoativos e cria regimes biopolíticos de exercício de poder (ROSA, 2012).

O processo de emergência e “invenção” dos acontecimentos está intimamente capilarizado nas dimensões obscuras, baixas, mesquinhas, inconfessáveis de nossas vivências, ao mesmo tempo em que irrompe como novidade (FOUCAULT, 1999a). Como um ladino que deve esconder seus rastros, a perspectiva linearizada e ideal de história coloca no local das relações de força a nobreza das origens divinas. Os dispositivos médico-legais em torno da proibição apagam os rastros políticos da emergência do ideário proibicionista e sua raiz moral-bélica de controle da pobreza sob a égide da “tutela bem intencionada do cidadão comum sempre na iminência de se entregar aos perigos e tentações das ‘drogas’”.

Benjamin propõe como tarefa dessa historiografia descontínua “escovar a história a contrapelo” (BENJAMIN, 1987c, p.226). Dessa forma, a genealogia também é uma invenção, a invenção de uma ruptura nessa teia tácita que cria uma casca nobre para as origens e distancia o fato de suas bases políticas de emergência. A genealogia assim é a invenção de uma gagueira. Sobre isso afirma Rosa (2014, p. 186):

Para Foucault, a análise da proveniência não funda, ela agita o que se percebia imóvel, fragmenta o que se pensava unido, mostrando a heterogeneidade do que se imaginava em conformidade consigo mesmo. Assim, a genealogia de Nietzsche, no entendimento de Foucault, não se interessa pela “verdade”, mas sim por certas perturbações de verdades que se colocam dispostas nos perpétuos conflitos da história.

Walter Benjamin (1984), por sua vez, utiliza a ideia de *Ursprung* (Origem), porém destacando a dimensão de *Sprung* (salto), ou seja, a origem como um salto ao ser e não como a gênese, o início. Nesse sentido, interessa-me profundamente esse *ethos* benjaminiano de profanar termos, ou dito de outra forma, de desviá-los.

Para dar conta desse projeto, Benjamin contrapõe a ideia de origem como gênese ou início com o verbo *entspringt* (*emergência, como propulsão, como salto*) vocábulo que perde em amplitude na tradução para o português, mas que tem uma parte considerável de sua ideia contida no termo em inglês *Springs* (que apresenta inúmeros usos e significados, os quais giram em torno da ideia de surgir repentinamente, brotar, nascer, emergir como uma mola). Para nós, lusófonos, talvez a melhor ideia presente no vocábulo alemão em questão seja a da origem como brotamento, como algo que brota e é propulsado como que por uma mola saltando em emergência.

Partindo então dessas articulações iniciais, o presente momento da dissertação visa se debruçar sobre alguns aspectos da emergência da Guerra às Drogas. Deve-se, por compromisso à condição política de sua emergência, fazer referencia em sua língua original de salto. Logo, digo a “*war on drugs*”.

Há que se fazer, porém, um adendo.

De fato, são projeto e tarefa necessários nesse campo a realização de uma vasta e disruptiva genealogia da *War on Drugs*, conectando-a com os obscuros movimentos institucionais de onde emerge. Esse projeto já vem inclusive sendo realizado por comprometidos autores tanto em âmbito nacional quanto internacional, muitos deles já citados aqui nessa dissertação e outros que apenas por uma questão de escopo e momento não o foram, mas que também fazem parte do presente estudo.

Parto das mesmas questões éticas e técnicas apontadas como ponto de emergência da genealogia como método, porém apostando em outro movimento, outro *meta-hodos*. Importa-me profundamente deslocar as verdades tidas como inequívocas de certos enunciados sobre as drogas; importa-me inserir um ponto de gagueira, ruptura e/ou bifurcação no campo do uso de psicoativos; importa-me, a partir de certo *Ethos*, atingir e promover certo *pathos* nesse campo; importa-me agitar o que se perpetua imóvel e conformado nos discursos “verdadeiros” sobre as drogas.

Para cumprir tal intento de pesquisa, aposto, como já percebera o leitor, em uma metodologia alegórica literária. A falência da Guerra às Drogas é um fato cada vez mais evidente, porém me assusta a falta de uma certa sensibilidade à falência da Guerras às Drogas. Não evocarei, no entanto, um logicismo para buscar atestar

essa falência, pois acredito que uma parte considerável dessa falência advenha de uma crença em logicismos explicativos.

Importa-me desde o início como criar um mecanismo para que esse *Pathos* da falência da *War on Drugs* possa emergir. Nesse sentido, toda essa dissertação se constitui como uma peça linguística que se move completamente para esse intento de provocar o leitor no sentido de sentir essa falência. Sensação-conceito-função. Como evidencia Deleuze e Guatarri (1992), não há preponderância de valência entre esses três regimes (apesar da hegemonização da função como núcleo formador dos efeitos de verdade de nossa logocêntrica sociedade). Parto, por uma questão de escolha epistemológica, das sensações visando compor com a tarefa de produzir novos conceitos e funções nesse campo, o que não implica dizer que essas duas outras dimensões não comparecerão aqui no presente texto.

A ideia de uma evolução histórica linear aqui citada anteriormente é o chão onde se sustenta políticas proibicionistas e seu ideal de abstinência total. É comum ouvirmos que *com a crescente evolução da indústria química no final do século XIX a partir do isolamento dos primeiros alcaloides e o crescente uso de psicoativos, a sociedade percebeu os perigos do uso recreativo das drogas e quanto mais a história anda, mais se sabe sobre os perigos desse uso, de modo que “sabemos” que proibir é o melhor caminho*. Pergunto-me então, por que se proíbe a maconha, velha, velhíssima conhecida da civilização humana, a qual só passa a ser um problema a partir do momento que dizemos que as drogas podem ser um problema? Entendam, não digo com isso que então deveríamos liberar a maconha e que as drogas como cocaína e heroína são realmente más. Estou apenas propondo um deslocamento desse discurso de benevolência por trás da famigerada “*war on drugs*”.

Desde o início afirmo que o campo de estudo aqui apresentado são os efeitos de subjetivação que surgem no bojo dessas relações. Nessa seara, assombra-me o modo como o sujeito moral que emerge nessa composição amalgama o mal “moral” com um suposto mal “médico”, o qual, ao ameaçar a espécie humana, deve ser controlado (FOUCAULT, 1999b). Nesse contexto, cria-se o sujeito da experiência de uso de psicoativos como um mal para sociedade em todas as dimensões e que, por isso, deve ser caçado, pois, teoricamente, não é o sujeito que se caça, mas o mal que ele representa.

Por fim, não importa quem caçará, mas a emergência da caçada. A chave de acesso a caçada flutua imanentemente nas relações entre as pessoas e basta aos poderes instituídos cultivar e capitalizar. A *War on Drugs*, muitas vezes, mata por contingenciamento em que os poderes instituídos têm os ganhos de um trabalho sujo sem sujar as mãos.

Dessa forma, como vemos na história de Sandoval, Sandino, Gil, Jean, Portuga e Cerqueira, a prática que partilha os sujeitos em bons e ruins é imanente, e habita tácita nossas relações. O contato entre as realidades tidas como distantes é estratégia potente de reduzir a reificação e as práticas cegas de extermínio. O encontro Cerqueira, Jean e Gil promove a produção de um novo real, o real *transversalizado* em experiências de si que passam a não se sentir individuais, mas agenciamentos que são coletivos mesmo antes de se individualizar. Mundos que se encostavam há anos luz de distância tiveram a oportunidade de se transversalizar.

1.2.2.1 Alguma considerações sobre o termo Droga.

Poucas palavras guardam tantas polêmicas e flutuações semióticas quanto o vocábulo *Droga*. A partir de um estudo dos contextos históricos de emergência e os movimentos de que criaram médias e tentaram abolir desvios da palavra, podemos ter uma ideia de como o sentido contemporâneo foi cunhado. Essa anamnese da palavra é campo profícuo de contorno da história política das drogas (Benjamin, 1984). O leitor já deve ter notado que aparecem dois termos para fazer referência à questão sobre a qual versa o presente texto – Substância Psicoativa e Droga. Essa duplicidade de termos tem dois motivos. De um lado, um respeito ao intempestivo da escrita no sentido de permitir que os termos compareçam no ato de sua inscrição no texto. De outro, a pontuação de uma certa sinonímia equivocada presente no debate público da questão, a qual inclusive está presente na expressão “*War on Drugs*”.

Nos dias atuais, a palavra Droga, num sentido médico-farmacológico, indica qualquer substância que altere a fisiologia do corpo sem que seja elemento essencial para a sobrevivência (FIORE, 2004; ANTON, 2006). Maurício Fiore (2004) em pesquisa sobre a temática, demonstra que apesar dessa definição ser, até certo ponto, de conhecimento comum, é possível notar no senso-comum uma outra visão

do termo. O autor observa a partir do estudo de manchetes de jornais e entrevistas com médicos, uma relação de sinonímia entre *Substâncias Psicoativas ilegais* e o termo *Droga* (FIORE, 2004), o que é uma considerável imprecisão.

Danilo Anton (2006) contorna alguns dos caminhos semânticos dessas imprecisões. O autor menciona o erro de compreender como Drogas substâncias de efeito alucinógeno, pois, evidentemente, apenas um pequeno grupo de substâncias causa alucinações. Outro erro comum é a designação de drogas como narcóticos, que também só abarcaria a ideia de sedação, adormecimento. Em outra dimensão, Anton (2006) demonstra que as características de promotora de dependência seriam definidoras do que se entende por drogas, outro erro, pois muitas substâncias de consumo não essencial e que causam alterações fisiológicas não são produtoras de dependência e conclui com a observação do mesmo problema pontuado por Fiore (2004) - a linearização semântica entre Droga e substância psicoativa ilegal. Anton (2006) continua dizendo:

Em suma, o vocabulário do proibicionismo é sistematicamente impreciso e contraditório. As únicas razões que determinam a definição de uma substância como uma droga ilícita são de natureza históricas e culturais e se referem a qualificações irracionais promovidas por setores dogmáticos além de toda lógica científica (ANTON, 2006, p. 126)¹⁸.

Anton (2006) traz um breve percurso etimológico evocando os vocábulos que deram origem ao termo. A palavra “Droga” é exatamente a mesma em português, italiano e espanhol e é usada desde o século XIV na Europa, assim como “Droge” em Francês, “Drug” em inglês e “Droge” em Alemão. Há hipóteses de que possa ter derivado do francês arcaico “Drouge” ou do alemão médio “Droge-vate”, que significava barris secos, ou mercadorias secas, uma vez que “os remédios” eram basicamente plantas secas. Fiore (2004), citando Carneiro (1993) discorre que, apesar das controvérsias a respeito da origem do termo, a versão mais aceita é de que provém do termo Holandês “Droog” (seco), que se referia essencialmente aos

¹⁸ (Tradução nossa) *En definitiva, el vocabulario del prohibicionismo es sistemáticamente impreciso y contradictorio. Las únicas razones que determinan la designación de una sustancia como droga ilícita son de tipo histórico-cultural y se refieren a calificaciones irracionales promovidas por sectores dogmáticos más allá de toda lógica científica.*

carregamentos de peixe seco que, ao chegar à Europa, muitas vezes em mal estado, precisavam ser tratados com produtos químicos.

De alguma maneira, de todos os sentidos que se pode depreender etimologicamente para pensarmos uma emergência política do termo e de seu entorno falamos de algo seco, que era trabalhado para ser transportado ou ter seu efeito concentrado. Podemos pensar praticamente toda a história mercantilista a partir dessa definição. Tinturas, óleos, especiarias, ervas aromáticas, ervas curativas, enfim, uma infinidade de matérias era abarcada sob a alcunha *Droga*. Anton (2006) ainda lembra que a partir do século XVI o termo droga começa a ser relacionado com a ideia de veneno, de modo que o caráter pejorativo, ou negativo do termo foi sendo forjado no entorno da palavra que por sua vez aglutinou o sentido.

Para fazer uma pequena distinção dentro desse contexto etimológico vasto que fora trazido e tentando compor com uma ideia desse termo que não parta para a linha da condenação, pode-se definir de forma precisa - Droga como as substâncias que, diferente dos alimentos, não são de absorção imediata ou direta, que não carregam funcionalidade direta na manutenção das funções vitais e que quando absorvidas, mesmo que em porções mínimas em alguns casos, causam alterações fisiológicas consideráveis (ESCOHOTADO, 1997) que fogem ao *continuum* alimento – digestão - estado fisiológico esperado. Ainda dentro do escopo do termo Drogas, precisa-se distinguir aquelas de efeito puramente fisiológico daquelas que além de alterações fisiológica tem efeito psicoativo, ou seja, tem efeito nas funções psicológicas.

Emblematicamente, a constituição de uma “*War on Drugs*” depende da disseminação da visão obtusa e reducionista da droga como substância psicoativa ilegal e, não só isso, como um mal em si. Essa relação não é um fato isolado e cumpre um papel de conjurar as inúmeras camadas arqueológicas de sentido sobre o qual a palavra foi se erigindo, para, num determinado contexto, compor de forma descontínua e oportuna no entorno da palavra uma arregimentação de saber-poder, para que efeitos de subjetivação sejam operados no tecido social.

Grande parte da política de drogas que dispomos, seja no campo da saúde ou da segurança pública em nível mundial é um resultado do fortalecimento político societário dos discursos de eleição da droga como inimigo mundial. Clécio Lemos (2015) em analítico artigo intitulado *A Outra História da Guerra às Drogas:*

Contribuições da Oitava Tese de Walter Benjamin mostra como a internacionalização de um modelo proibicionista e repressivo sobre a droga teve a ONU como mecanismo central de difusão e arregimentação. De certa forma, essa abordagem perdura até tempos atuais no bojo dessa organização, sendo ratificada por encontros e documentos ao longo dos últimos 30 anos (LEMOS, 2015).

O modelo de abordagem da questão do uso de psicoativos ilegais como uma questão de combate, logo uma questão de polícia foi gestada no interior da sociedade americana. A “*war on drugs*” foi sendo erigida ao longo de todo o século XX e uma análise genealógica de sua emergência carece do mapeamento de inúmeros vetores. Uma dessas linhas de força é a ascensão de um ideal social de abstinência com relação às drogas que ganha força no bojo da ascensão do protestantismo estadunidense no início do século XX e tem sua primeira expressão institucional na promulgação do *Volstead Act* em 1919, a chamada lei seca que proibiu a produção e comercialização de álcool nos EUA (LEMOS, 2015). Essa foi a primeira grande investida estatal no sentido de criminalizar e punir o uso de uma substância psicoativa (ESCOHOTADO, 2004). Não obstante a caçada pública impetrada pelo governo americano, o *Volstead Act* não só fracassou em coibir o uso de álcool como deu condições para a instrumentalização e fortalecimento da máfia. Evoco esses movimentos em torno das institucionalidades em solos do EUA, pois essa não foi apenas uma questão política doméstica *Yankee*. Ao longo de todo o século XX a política proibicionista, o ideal de abstinência, a tolerância zero, a criação de um inimigo público relacionado às drogas, foi sendo espalhada no mundo inteiro tendo como principal berço a política americana (ROSA, 2014; LEMOS, 2015).

Como afirmei outrora, não empreenderei uma genealogia da “*war on drugs*”, apenas busco fragmentos, lampejos que componham imagens da questão e que possam, ao habitar o texto, ajudar o leitor a compor análises. Alguns momentos são emblemáticos na emergência e consolidação da “*war on drugs*”: O pronunciamento público do então presidente dos EUA Richard Nixon, em junho de 1971; o acirramento institucional partir do presidente Ronald Reagan em 1981; a constituição da chamada política de “Tolerância Zero” por Rudolph Giuliani, prefeito de Nova York em 1993.

Na década de 70, o mundo experimentava uma grave crise econômica; a guerra do Vietnam estava, inclusive, no seu momento central; havia as movimentações internacionais advindas da alucinógena e libertária década de 60;

havia um certo declínio do bloco comunista. Nesse ínterim, nessa sopa primordial da contemporaneidade, Nixon profere o seu icônico pronunciamento em que diz - *America's public enemy number one in the United States is drug abuse. In order to fight and defeat this enemy, it is necessary to wage a new, all-out offensive*¹⁹ (O inimigo número um dos EUA é o abuso de drogas. Para combater e derrotar esse inimigo é necessário uma nova e total ofensiva). Não se trata meramente de uma questão de política doméstica. De alguma forma, o governo americano naquele momento, capitalizava inúmeros vetores de força política. De um lado, respondia uma demanda popular conservadora; criava uma *dispositividade* para contenção dos crescentes movimentos populares de contestação da década de 60; plantava e consolidava um inimigo público capaz de condensar insatisfações, medos e frustrações. Não era só isso, porém. A experiência de uso de psicoativos é íntima do ser humano e se espalha por todos os cantos do planeta desde de tempos imemoriais (ESCOHOTADO,2004), logo, considerando a maquinaria bélica, política e econômica do EUA, a partir do momento em que se institui a droga como um inimigo número um, Nixon criava um chão para políticas internacionais intervencionistas, que, pela justificativa de coibir um mal em si, cria chaves de acesso dos EUA em praticamente qualquer lugar do mundo.

Para o presente debate importa o fato de que, naquele momento, consolidava-se um entendimento completamente enviesado da noção de Droga, o que, substanciado por uma certa cientificidade construída ao longo da primeira metade do século XX, condensa o que Rosa (2014) denomina uma razão proibicionista.

O projeto de controle de certas populações a partir de certos hábitos via patologização moralizante de suas condutas, que, no caso em questão, fora forjado na virada do século XIX para o século XX (Rosa, 2014), ganha seu formato atual na década de 70, no “momento Nixon”. Nesse sentido, o que se observa é que um sujeito-moral foi sendo forjado para que a possibilidade Nixon emergisse na década de 70. No campo, da moral erigida, pensando quais mecanismos operavam no bojo dessa razão proibicionista, é importante lembrar o que afirma Foucault (1984, p. 27):

¹⁹ CNN: *THE WAR ON DRUGS, 40 YEARS LATER*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jtZaWLOSiWA>

“Com efeito, uma coisa é uma regra de conduta; outra, a conduta que se pode medir a essa regra. Mas, outra coisa ainda é a maneira pela qual é necessário “conduzir-se” – isto é, a maneira pelo qual se deve constituir a si mesmo como sujeito moral, agindo em referência aos elementos prescritivos que constituem o código”.

De certa forma, por esse excerto e evocando a discussão feita por Foucault nesse momento da sua obra, diz-se que mais importante na análise não é essencialmente qual a conduta correta, ou quais os códigos, mas a forma como os sujeitos se desejam morais, com eles se direcionam morais. Nesse sentido, o exercício e poder não precisa ser estritamente prescritivo-repressivo, ele apenas captura os conflitos nessa diversidade de modos de ser moral. Não é a regra, ou as condutas somente que definirão a análise das moralidades, mas os conflitos no encontro do sujeito com as prescrições (FOUCAULT, 1984). Nessa dinâmica, até os deslizamentos morais são capitalizados. Pensemos, a título de exemplo, dimensão singular, a partir desse referencial, o sujeito que tem inúmeras recaídas mas mantém-se na busca incessante por se curar do mal que é a droga é um elemento até mais “moral” do que aquele que efetivamente para de usar drogas. Além de que, esse sujeito é um reafirmador da droga como mal a ser combatido.

É nesse sentido que a “guerra às drogas” é o dispositivo de consolidação da moralidade da abstinência, pois a institucionaliza. Uma moralidade abstinente vinha sendo forjada; o saber médico se encarregou de consagrar um efeito de verdade a respeito das “drogas” e seus males; e a institucionalização da “Droga” como questão de polícia “regrou” essa história. Daí em diante o que se compõe é uma série de dispositivos capazes de capitalizar a heterogeneidade dos modos morais que emergiram desse encontro (FOUCAULT, 2004).

O imperativo de conduta que se consolida não é, somente, mantenha-se abstinente, mas não se drogue sozinho, ou não se drogue por conta própria e, nesse entremeio, entrecruzam-se instituições do campo da segurança e medicina. Como estratégia para apagar os rastros constitutivos, usa-se os enunciados de zelo pelos perigos da automedicação e se coloca como mediador do bom uso, uma maquinaria técnica dotada de seus próprios mecanismos. Essa estratégia fica evidente nos apelos contra a automedicação, que carregam sempre um forte peso moral e um assombro alardeado, muitas vezes ligado a riscos biológicos, como a criação de superbactérias. A parte as discussões do âmbito biológico (em especial do campo

da infectologia), o que pontua é o conteúdo moral adjacente a essas campanhas contra a automedicação. Nesse bojo, a autopsicoestimulação e ou autodepressão do sistema nervoso central só são seguras se prescritas e mediadas por um saber técnico do qual seremos objetos. Nesse sentido, as iniciativas de auto gestão de medicação²⁰, em especial no campo psiquiátrico, apresentam-se como importantes perturbadores da teia de saber-poder que expropria do sujeito sua possibilidade de singularização das intervenções médicas sobre seu corpo. Ao acessar essa teia de tutela dos processos de cuidado que desconsidera a posição de sujeito do paciente, chega-se de alguma forma à partilha moral que divide os usos proscritos e prescritos (VARGAS, 2008). Desconstruir a tutela da experiência de uso de psicoativos em seu polo prescrito, psiquiátrico, questiona o modelo proibicionista, uma vez que a captura da possibilidade gestão autônoma da psicoativação necessita da existência de um uso radicalmente proscrito para se justificar.

Como afirma Lemos (2015), em 1981, o presidente dos EUA Ronald Reagan, acirra o ideal das guerras às drogas com a promessa de uma política de Tolerância Zero, o que fortaleceu o paradigma policialesco nesse campo, ao mesmo tempo em que dava estatuto de verdade às inúmeras questionáveis e sorrateiras pesquisas “científicas” nesse campo. Em uma famosa mensagem aos EUA o então presidente disse - *The mood toward drugs is changing in this country, and the momentum is*

²⁰ Uma interessante proposta nesse sentido é a estratégia GAM (Gestão Autônoma da Medicação). Essa abordagem do campo da Saúde surgiu no Canadá nos anos 1990 propondo um deslocamento da experiência de uso de medicações psiquiátricas. O principal instrumento dessa abordagem é o compartilhamento de experiências singulares de uso da medicação buscando justamente afirmar essa pluralidade e munir pacientes e familiares de um maior protagonismo no próprio atendimento. Num primeiro momento a estratégia surgiu com a proposta de abolir o uso dos medicamentos psiquiátricos, mas aos poucos, em sua adaptação brasileira, passou incorporar um outro paradigma que aposta na potencialização de pluralidades e múltiplas significações a respeito do contato com os medicamentos psicotrópicos. Em 2001 foi lançado o *Gestão autônoma dos medicamentos da alma – meu guia pessoal*, que se tornou um importante instrumento de efetivação das premissas do GAM. É uma cartilha de uso pessoal com textos informativos, além de espaços de perguntas e respostas sobre o percurso do paciente com a medicação, convidando o paciente a fazer um balanço singularizado de sua experiência com a terapêutica (Rodrigues, 2014). Esse mecanismo inclui grupos e aumenta o quantum comunicacional entre atores da rede que compõe a experiência de uso de psicoativos prescritos, nesse sentido rompe com a tutela e hegemonia do saber médico sobre o corpo que é alvo da intervenção. A GAM, dessa forma, questiona de um lado a experiência da automedicação pura e simplesmente e de outro o isolamento da prescrição médica isolada e heteronômica, pois são duas práticas privatistas. O maior desafio atual da GAM no Brasil é o fomento de uma cogestão da experiência de uso de medicamentos psiquiátricos. Cogestão no sentido paciente-profissional, mas também entre pacientes.

*with us. We're making no excuses for drugs—hard, soft, or otherwise. Drugs are bad, and we're going after them. As I've said before, we've taken down the surrender flag and run up the battle flag. And we're going to win the war on drugs*²¹(O clima em relação às drogas está mudando nessa nação e o momento está do nosso lado. Não estamos fazendo concessão a qualquer tipo de drogas – pesadas ou leves. Drogas são ruins e iremos caçá-las. Como eu disse antes, nós estamos abaixando a bandeira de rendição e levantando a de guerra. E nós vamos vencer a Guerra às Drogas).

O modelo de guerra às drogas, como dito anteriormente, foi internacionalizado e compôs uma institucionalidade além muros da nação americana. As políticas que acirravam o paradigma criminalizante da prática de uso de drogas, bem como de outras práticas consideradas “desordem pública”, foram sendo adotadas em inúmeros outros países como um referencial pretensamente balizado em dados científicos e teoricamente validados nessa razão abstinente, proibicionista. De toda maneira, essas movimentações político-societárias acirraram, ou melhor, valeram-se da disseminação irrestrita de uma visão completamente equivocada da ideia de Droga, seja em termos etimológicos, seja em termos morais, seja em termos científicos. Equívoco não a partir da perspectiva de uma validação logocêntrica, equívoco quando pensamos toda problemática causada pela perspectiva da droga como um problema.

No início da década de 90, uma série de dispositivos no campo da organização do aparato policial ficou famosa mundialmente pelo nome - política de Tolerância Zero. Constituída pelo prefeito de Nova York, Rudolph Giuliani, tal política foi usada como modelo em vários locais do mundo como paradigma de organização do combate à criminalidade e às pessoas envolvidas com o uso e venda de substâncias psicoativas ilegais. Esse conjunto de ações, foi um mecanismo de “incremento punitivo na pós-modernidade” (SHECAIRA, 2009, p. 165) e até o momento não há estudos que comprovem sua efetividade em termos de redução da violência urbana ou até da redução do uso de drogas ilegais (idem).

A política de Tolerância Zero de Rudolph, iniciada em 1993, foi, em grande parte, influenciada por um conhecido estudo do início da década de 80. Os pesquisadores James Q. Wilson e George Kelling publicaram em 1982 o artigo

²¹ The Reagan's Joint Radio Address on Federal Drug Policy on October 2, 1982. Disponível em vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=IYuGPsD4SBs>

“Broken Windows: the police and neighborhood safety”, que fora uma importante peça de justificativa científica dos ideais políticos conservadores. As conclusões dessa pesquisa ficaram conhecidas como a *Teoria da Janela Quebrada*.

Nesse estudo, os pesquisadores deixaram dois carros com o capô aberto em diferente cidades: um no Bronx (bairro essencialmente formado por hispânicos e negros), em Nova York, e outro na cidade de Palo Alto, Califórnia. O primeiro carro foi completamente depenado em 10 minutos; já o segundo passou uma semana sem ser tocado, porém a partir do momento em que um dos pesquisadores quebrou uma janela, ele foi igualmente depenado, porém por pessoas brancas tidas como “de respeito”. Desconsiderando inúmeras variáveis que pesam sobre os diferentes lugares, ou dando uma certa leitura para elas, os pesquisadores então compilaram os achados em uma teoria que pode ser descrita da seguinte forma – Os policiais devem estar sempre presentes em atos de desordem menor, pois assim passam a conhecer os autores de crimes mais graves; a presença policial em locais de altos índices de criminalidade serve como um alerta de que ações criminais não serão toleradas; espalha-se um ideário de que o cidadão comum também faz parte das ações de prevenção ao crime, como vigilante; ao se trabalhar com a ideia de uma prevenção ostensiva e descentralizada do crime, retira-se parte da responsabilidade da polícia, ao mesmo tempo em que se traz a ideia de que o policiamento deve ser espalhado pelo tecido social (SHECAIRA, 2009).

A despeito das inúmeras falhas de análise operada por esse estudo no que tange às avaliações de contexto sócio-comunitário, tal estudo e sua massiva utilização pelo setor conservador conseguiu espalhar um ideal preventivo com relação ao crime que versava pelo acirramento da intolerância, inclusive com relação a práticas não consideradas crime a priori. Esse tipo de funcionamento coube perfeitamente no contexto societário emergente na década de 90, criando um clima de auto vigilância constante.

O candidato conservador Rudolph Giuliani foi eleito prefeito do Nova York em 1993 com uma proposta de acirramento da condução punitiva das questões de segurança pública sob a égide da chamada política de Tolerância Zero (SHECAIRA, 2009). Naquela época, o comissário de polícia indicado por ele resolveu levar a cabo “a teoria das janelas quebradas” e uma série de mudanças importantes ocorreram no funcionamento da polícia.

Dentro do universo dessas mudanças, cito uma que opera diretamente sobre a inserção micropolítico de um certo policiamento virulento à minorias. A gestão do policiamento passou a ser descentralizada, cabendo ao chefe de polícia de cada distrito a responsabilidade sobre as taxas de criminalidade. É nesse momento em que um certo clima de competitividade entre os distritos passa a existir, o que, obviamente, refletiu num número maior de abordagens e ações de intervenção policial. Ao mesmo tempo, espalham-se câmeras de vídeo monitoramento pela cidade e um sistema computadorizado é constituído, o que compõe um forte aparato cartográfico da movimentação de certos grupos pela cidade. Considerando esse aparato, a descentralização da gestão e o ideário de recrudescimento policial e prevenção de atos maiores pela coerção de atos menores, aumentou-se vertiginosamente a intervenção policial em ações consideradas desordem pública. Grafiteiros, mendigos, lavadores de para-brisa, entre outros, eram reprimidos pela polícia sob a perspectiva de “prevenção do crime” (SHECAIRA, 2009). Num mesmo movimento é composta uma imagem que mostraria uma cidade tomada pela desordem e um policiamento trabalhador e atento, ostensivo. O que se opera, porém, é a produção um medo generalizado e uma vigilância contínua, que se destinava para aqueles que já vinham sendo considerados os vilões a serem caçados há muito, as minorias.

Sem precisar citar exemplos direto é possível observar essa gestão da segurança pública em inúmeras capitais brasileiras. Sendo o paradigma da partilha entre os caçadores e os caçados praticamente a mesma do período colonial, o que se constituiu ao longo da década de 90 foi uma máquina poderosa de repressão e sequestro de grupos minoritários. Máquina que está nas câmeras, mas está também na produção de uma certa subjetividade constantemente vigilante e bélica, de forma descontínua e imanente.

1.2.2.2 Sobre as Substâncias Psicoativas.

Para efeito apenas de uma rápida contextualização tratarei da classificação farmacológica das substâncias psicoativas. De início, importante demarcar uma definição de uso corrente do termo. Segundo a Organização Mundial de Saúde,

entende-se por Drogas quaisquer substâncias químicas (ou mistura delas) que alteram a função biológica de um organismo; Drogas psicoativas são aquelas que ao alterar a fisiologia alteram comportamento, humor e/ou cognição. Na presente dissertação, adoto a definição substância psicoativa e, eventualmente, Droga, uma vez que não são sinônimo. Às vezes o termo droga é usado justamente para demarcar a forma equivocada e simplória com que foi utilizado ao longo da história.

As substâncias psicoativas na atualidade são distribuídas em três grandes grupos: As depressoras, as estimulantes e as perturbadoras (CARLINI et al, 2001).

Substâncias psicoativas Estimulantes – Substâncias com a capacidade de acelerar o funcionamento do Sistema Nervoso Central (SNC). Costuma causar euforia e exacerbação do estado de alerta com redução do sono e da fome. Promovem aumento da atividade motora e estimulação de funções operativas. Em doses altas, ou em certos estados do sujeito, as drogas estimulantes podem causar efeito perturbador e promover delírios e alucinações. Os neurotransmissores envolvidos com o efeito dos estimulantes são, principalmente, a Dopamina, a adrenalina e a serotonina. Nessa categoria estão substâncias como a cocaína, o crack, a merla, os moderadores de apetite. Medicamentos como o Metilfenitato (medicação de prescrição para o chamado Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade) e o Fenproporex (receitado antigamente como anorexígeno) são também substâncias dessa categoria.

Substâncias Psicoativas depressoras – São substâncias capazes de reduzir o funcionamento do SNC, causando uma queda geral do tônus das funções psíquicas. Os efeitos dessa redução são todos ligados a narcose, ou seja, estados de sonolência, lentificação psicomotora, sedação, relaxamento, etc. Em casos de altas doses há um sério risco de óbito por depressão respiratória. O principal neurotransmissor envolvido com o efeito dos estimulantes é o Ácido gama-aminobutírico (Gaba), principal responsável pela neurodepressão em mamíferos e que tem um importante papel de regulador da atividade cerebral. O neurodepressor mais famoso é o Álcool, mas encontram-se ainda sob essa categoria os barbitúricos (fenobarbital, Pentobarbital) e os Benzodiazepínicos (Triazolam, Diazepam, Clonazepam). Opióides como a Heroína e a Morfina também são neurodepressores, mas seu mecanismo de ação tem alguns detalhes para além do mecanismo do ácido Gaba.

Substâncias Psicoativas Perturbadoras – Nesse grupo estão as substâncias que causam alteração qualitativa da dinâmica do SNC. Os efeitos incluem, na mesma medida, alterações de qualidade das funções psíquicas. Alterações na percepção espaço-temporal, sensação de beatitude, alucinações, visões, epifanias são comuns. Os efeitos são descritos como psicoticomiméticos devido ao fato de essas substâncias causarem efeitos parecidos com de estados psicóticos. Os efeitos são reversíveis e não se costuma observar o desenvolvimento de síndrome de abstinência relativas ao uso de psicodélicos. Nessa categoria estão drogas como Maconha, Lsd, Psilocibina, Dimetiltryptamina, entre outros.

Logo de início evoco dois detalhes dessa classificação. O primeiro é a classificação das drogas psicodélicas, ou enteógenas como perturbadoras, termo de uso corrente nas ciências médicas. Quando pensamos na perspectiva de perturbador, o que salta aos olhos é a existência de um funcionamento normal previsto e a subversão causada pelo psicodélico é essencialmente entendida como perturbação. A alteração qualitativa é qualificada como perturbação. Outro ponto, diz respeito ao fato da ideia de um funcionamento psíquico esquizotípico ser algo a ser extirpado, ou seja, algo que é potencialmente perigoso. O risco pretense de a maconha fazer emergir um quadro psicótico, por exemplo, justifica muito das pesquisas de demonização do uso da *Canabis*.

Acontece que nos dois casos o que está se operando é a eleição de um certo *normalis modus* de funcionamento psíquico visando a produção do melhor corpo produtivo com o mínimo de desvio (FOUCAULT, 1987). Quando se considera que praticamente todos os psicodélicos são proibidos (com exceção daqueles de uso religioso, ou que ainda não entraram no regime de visibilidade da maquinaria estatal), mas que uma gama imensa de depressores e estimulantes são permitidos, chega-se à perspectiva de que não é o corpo abstinente que o ideal proibicionista almeja, mas o corpo produtor e ordenado. Estimula-se para produzir e deprime-se para silenciar, mas alterar qualitativamente é proibido.

1.2.2.3 Sobre a Maconha

Dentro da alegoria científica moderna, Maconha é o nome genérico para o psicoativo derivado de plantas do gênero *Cannabis*, nativas do sul e do centro da Ásia. Conhecida pela humanidade há cerca de 5000 anos, a *Cannabis* contém mais de 400 componentes sendo cerca de 60 deles canabinóides (CRIPPA, et al, 2005). De todos os componentes presentes nas plantas, o elemento psicoativo é o D⁹-tetrahydrocannabinol (D⁹-THC), que tem influência ainda misteriosa no cérebro, além de ter psicoativação difusa por inúmeros sítios cerebrais. Além disso o efeito é completamente variável por aspectos próprios da dose consumida (CRIPPA et al, 2005). O funcionamento químico do D⁹-THC varia de acordo com inúmeros fatores ambientais que vão desde a espécie da planta a elementos como iluminação e nutrientes recebidos pela planta no curso de seu desenvolvimento.

É classificada pela psicofarmacologia como uma substância perturbadora do sistema nervoso central, ou seja, que tem a capacidade de causar um funcionamento diferente do pressuposto pelo sujeito epistêmico da neurofisiologia. Reforço, porém, que a eleição de um funcionamento normal, ou previsto para o cérebro já cumpre o papel de configurar os corpos e buscar um ordenamento normatizado dos corpos. O cérebro é um órgão dinâmico e que assume configurações sempre contingentes. Interessantemente, as drogas ditas perturbadoras ainda perduram como mistério devido os inúmeros dados contraditórios que evocam nos estudos de neuroimagem, por exemplo.

Ainda no campo das imagens científicas sobre a *Cannabis*, destaca-se:

O D⁹-THC atua no sistema canabinóide do cérebro, que parece ser modulado por "canabinóides endógenos". Os endocanabinóides atuam por meio de dois receptores recentemente descobertos: CB1 – com distribuição no sistema nervoso central e CB2 – com distribuição periférica.

Consistente com os efeitos canabinóides, os receptores CB1 estão densamente distribuídos na pars reticulata da substância negra, cerebelo, hipocampo, estriado e córtex frontal. Estes receptores estão localizados principalmente na pré-sinapse e influenciam diferentes neurotransmissores tais como GABA, glutamato, noradrenalina, serotonina e dopamina, assim potencializando as suas ações. Esta ação pode influenciar a cognição, percepção, funcionamento motor, apetite, sono, neuroproteção, neurodesenvolvimento e liberação hormonal. A descoberta de receptores canabinóides e de seus ligantes endógenos tornou possível postular a existência de um sistema canabinóide neuromodulatório (CRIPPA et al., 2005, *on-line.*)

Como se vê, pode-se dizer que o efeito da *cannabis* é complexo e está ligado a todo funcionamento do cérebro de forma difusa. Disso decorre que os efeitos dessa substância são essencialmente variados entre si, estando intimamente ligados a intempéries ambientais e características do usuário (BRANDS, 1998; GOLD, 1998). Os efeitos variam de sensação de relaxamento e sonolência, mas podem incluir excitabilidade e euforia. Em doses mais altas, surgem os chamados efeitos psicotomicomiméticos, como já explicado anteriormente (BRANDS, 1998; GOLD, 1998).

A maconha é uma velha conhecida da humanidade. Alguns registros do uso da planta datam de cerca de três mil anos antes de cristo, sendo seus usos espalhados nos mais variados campos – têxtil, medicinal e recreativo. Apesar desse milenar uso, a primeira lei que efetivamente proibiu o uso da cannabis foi feita por Napoleão Bonaparte em 1798 ao dominar o Egito, pois julgava que os recém dominados eram dotados de agressividade extra ao fazer uso da substância.

Para fins da análise aqui em curso, três elementos serão evocados – O pito de Pango; A participação Brasileira no 2ª Conferência Internacional do Ópio, em Genebra; e a campanha proibicionista americana capitaneada por Harry Anslinger.

O Pito de Pango

Lucas Avelar (2014) em um interessante artigo intitulado *Uso se Branco, Abuso se Preto*, em que estuda o contexto colonial a respeito das drogas no Brasil, demonstra como elas eram estimuladas ou proibidas tendo como motivação apenas elementos sociopolíticos.

Logo de início o autor lembra que a palavra “droga”, que constava no dicionário Antônio Moraes da Silva de 1813, significava qualquer agrupamento de “riquezas exóticas”, produtos de luxo e/ou mercadorias destinadas à medicina e adubação para culturas de alimentos (AVELAR, 2014).

Das muitas questões evocadas pelo autor nesse artigo, a que talvez seja mais emblemática para o trabalho em curso nessa dissertação diz respeito à publicação do Código de Posturas em 1830. Esse documento trazia normatizações a respeito da higienização das ruas, regulamentação do comércio e definição de modos públicos. Havia também no referido documento, regulamentação da venda de remédios e produtos do gênero, na qual se proibia comércio e uso do “Pito de

Pango”. Esse era o nome dado ao cigarro de maconha cultivado e fumado pelos escravos, tanto de forma recreativa quanto ritualística. A proibição da embriaguez pública e do “pito de pango” eram estratégias de encarcerar negros que andavam pelas ruas naqueles tempos. Houve um novo código de conduta em 1854, que ampliou a punição para consumo do Pito de pango (AVELAR, 2014). Lucas encerra o artigo dizendo:

Sob a república, ao longo do século XX, não diminuiria a repressão do consumo de plantas, bebidas e fumaças no Brasil e no mundo. Pelo contrário: ela atingiu o *status* de “guerra”. Há muito tempo, a proibição é forma de recusar o reconhecimento dos direitos individuais. No Brasil, ela provoca segregação que nega direitos sociais aos não brancos (AVELAR, 2014, p. 24).

Rowan Robinson (1999) em seu célebre livro – *O Grande Livro da Cannabis* lembra que o primeiro estudo específico sobre a Cannabis no Brasil foi realizado por Rodrigues Dória, professor de medicina pública na Faculdade de Direito da Bahia, sendo apresentado no II Congresso Científico Pan-Americano, ocorrido em Washington em 1915. O nome do trabalho era “os Fumadores de Maconha: efeitos e males do vícios”. Segundo Robinson, o documento “contém pérolas do mais refinado preconceito racista, além de associar os efeitos da cannabis ao ópio” (ROBINSON, 1999, p.116) o que é um flagrante erro e uma forçosa tentativa de imprimir severidade ao quadro apresentado. Robinson (1999, p.116) continua dizendo - “As afirmações de Dória prevaleceram por anos e serviram, como servem, a muitos defensores de políticas proibicionistas e repressivas com relação à *cannabis*”.

Durante o século XIX, a psiquiatria lombrosiana e seu apelo eugenista fetichizado ganhou muita força no Brasil. Esse referencial buscava elementos genéticos, anatômicos que indicariam características inatas para o crime e/ou vícios morais. Essa perspectiva é o alimento ideal para conteúdos morais de demonização de grupos inteiros, e foi o combustível necessário para a disseminação da ideia do negro como um perigo. É nesse bojo, que a maconha, usada comumente pelos negros no Brasil, começa a ser vista pela “ciência” brasileira como algo causador de condutas criminosas, psicopatas, psicóticas (BARROS; PERES, 2011).

Impressionante notar como, salvaguardada as devidas proporções, ainda é possível ver inúmeros estudos científicos que se esforçam em demonstrar o caráter

vicariante e enlouquecedor do uso de *cannabis*. Peres e Barros (2011) demonstram que mesmo após a proclamação da República foram instaurados:

“(...) dois instrumentos de controle dos negros em 1890: o Código Penal e a “Seção de Entorpecentes Tóxicos e Mistificação”, a fim de combater cultos de origem africana e ao uso da *cannabis*, utilizada em rituais de candomblé, considerada “baixo espiritismo” (BARROS; PERES, 2011, *on-line*).

Naquela época viu-se emergir inúmeros estudos de psiquiatras brasileiros, que sob a suposta meta de estudar os usos maléficos da maconha, acabavam por erigir discursos etnocêntricos, eugênicos e preconceituosos (BARROS; PERES, 2011). Nesses estudos, de um lado fala-se nos sintomas psicóticos que supostamente a maconha causaria ao mesmo tempo em que se relaciona a cultura de grupos minoritários como perigos ao corpo social. Cumpre-se o papel nesse momento de criar um sujeito perigoso e forja-se a possibilidade, a partir de um ideário espalhado de medo e desconfiança, de controle de parcelas tidas desviantes da sociedade.

A participação Brasileira no 2ª Conferência Internacional do Ópio

Sabemos que a planta *cannabis* não é nativa do Brasil e que fora trazida para cá pelos africanos (CARLINI, 2006). Convém citar, pelo menos de soslaio, a participação do Dr. Pernambuco por delegação para representar o Brasil na II Conferência Internacional do Ópio, realizada em 1924, em Genebra, pela antiga Liga das Nações, pois segundo Carlini (2006), essa participação foi um dos motivos para se acirrar internamente as medidas policiais de controle do uso de maconha a partir da década de 30. Na ocasião, havia delegação de mais de 40 países, os quais obviamente, esperavam discutir ópio, porém por pressão e articulação política, o Dr. Pernambuco coloca na pauta do dia a Maconha (CARLINI, 2006; BARROS; PERES, 2011).

Uma vez na pauta, Dr. Pernambuco tratou de levar o debate na direção de dizer que a “Maconha é pior do que o Ópio” (CARLINI, 2006; BARROS E PERES, 2011, KENDALL, 2003). O que ocorre é que em consonância com outros movimentos em nível internacional, a efetiva colocação da temática da Maconha no bojo da discussão da proibição do ópio cumpria dois papéis importantes. De um lado

criava vias de institucionalização política de uma caçada racista no Brasil; de outro, tendo em vista a carência naquele momento de estudos científicos a respeito da maconha, a criação de um senso comum de demonização da práxis *canábica*. Barros e Peres (2011) afirmam que com base nas ideias racistas de um médico psiquiatra brasileiro a proibição e caçada contra a maconha foi internacionalizada. Discordo um pouco dessa afirmação, não por desconsiderar o peso dessa movimentação política, mas apenas por considerar que esse é apenas mais um vetor dessa internacionalização.

A partir disso, o que se produz é efetivamente uma certa justificativa documental para acirrar a repressão ao uso e consumo de maconha no Brasil (CARLINI, 2006), aumentando e institucionalizando a repressão e intervenção sobre grupos minoritários. Essa forma de abordagem, depois de 100 anos, continua mostrando nenhuma efetividade, como nos mostra Carlini (2006) sobre o uso de maconha na contemporaneidade:

O perigo maior do uso de maconha é expor os jovens a consequências de ordem policial sumamente traumáticas. Não há dúvida de que cinco dias de detenção em qualquer estabelecimento policial são mais nocivos à saúde física e mental do que cinco anos de uso continuado de maconha (CARLINI, 2006, p. 317).

O ser humano emerge de associações, conexões, relações. Existe uma perspectiva que cria uma ontologia da dependência como fruto de características inerentes da substância. Em contrapartida, afirmo que substância, contexto e corpo interagem sem relação hierárquica entre si na definição do evento – efeito da substância.

Segundo Bruce Alexander (2010) somos mantidos num constante estado de carência de integração social na sociedade de livre-comércio. Para o autor, o paradigma societário contemporâneo causa um profundo distanciamento relacional e o motor da dependência está nessa carência de conexões sociais (ALEXANDER, 2010; HART, 2013). De fato, considero que há um importante toque “no problema das drogas” sendo operado pelas pesquisas desse salutar estudioso do campo em questão, porém pode-se considerar esse toque a partir de uma abordagem ligeiramente outra – os modos de subjetivação proibicionista, em seu apelo moral, visa não permitir que nenhum sentido seja produzido, o que dificulta produção expressão da experiência de psicoativos, dificulta a produção de possibilidades de

expressão *desejante*. O *setting* relegado ao uso de maconha no séc. XX, assim como outras drogas, mantém uma condição de clandestinidade compulsória a certos grupos que fazem uso. Essa clandestinidade garante que o *setting* de uso seja mediado pelas instituições da seara da segurança pública mantendo o corpo dos sujeitos usuários em condição traumática constante, seja pelo efetivo encontro com as forças policiais, seja pela experiência de ser potencial caça da maquinaria da segurança pública, o que via de regra agencia movimentos de ordem da competição e violência. A questão, porém, na verdade é de um controle das massas pobres, desviantes, das massas à borda. Ao longo do século XX algumas chaves de acesso à intervenção irrestrita sobre esses corpos à margem foram sendo forjadas e uma delas é a droga. O principal efeito da guerra às drogas foi impedir que uma experiência fosse narrada, promovendo uma precariedade de vazão experiencial ao mesmo tempo em que se constituiu mais um dispositivo na produção de um silenciamento de setores minoritários da sociedade, alijando-os do processo de participação da produção das imagens históricas.

Isso se deu pela produção de *Setting Clandestino* automático ao uso de substâncias psicoativas, o qual constituiu um silenciamento de possibilidades de produção de territórios de vida pela expropriação da possibilidade de produção de sentidos na experiência de uso de psicoativos - e o corpo carente de associações, de mediações, de experiências padece.

Harry Anslinger

Muitos artigos, livros e documentários que tratam da história da proibição da maconha passarão necessariamente pela história dessa controversa figura chamada Harry Anslinger. Nessa sessão, usarei como referencia basicamente o documentário *GRASS - A verdadeira História da Maconha*, de 2000, pois a abordagem desse filme, além de consideravelmente fidedigna é muito interessante no sentido de apresentar a produção de uma certa subjetividade de medo em torno da substância. Além disso, o referido documentário é uma compilação densa, porém didática desses estudos sobre a proibição da maconha.

Em muitos lugares do mundo já era prática fumar maconha e, apesar dos muitos usos do cânhamo já serem conhecidos nos EUA, a prática de fumar maconha começa a se popularizar nos EUA na virada do século vinte a partir da

chegada dos inúmeros mexicanos que desembarcavam no Sudoeste em busca de trabalho. O uso da maconha fumada era uma forma de suportar as horas de trabalho nas lavouras. A população branca das fronteiras, diga-se de passagem em locais que haviam sido México um dia, tinha certa ojeriza aos mexicanos e seu costumes. Era comum ver discursos afirmando que a maconha dava força extra aos Mexicanos, o que, automaticamente, se transformava na afirmação de que essa força extra tornava esses estrangeiros assassinos quando em uso da droga. (GRASS, 2000).

No Sul dos Estados Unidos começaram a surgir leis que, sob o pretexto de controlar a maconha, serviam essencialmente para controlar mexicanos. Muitos dos cidadãos americanos pouco ou nada sabiam sobre maconha. Existia, naquela época, no imaginário geral, a preocupação com pessoas dependentes de cocaína, heroína e ópio. É nesse imaginário que situará os principais discursos de proibição da maconha. A resposta, porém, do governo americano ao invés de tratar como uma questão de saúde pública foi criar a Agência de Controle de Entorpecentes ligada ao Departamento do Tesouro sob o comando de Harry Anslinger (GRASS, 2000).

Anslinger permaneceu nesse cargo da sua fundação em 1930 até 1962, quando fora demitido por Kennedy. Ele foi responsável pela criação de uma campanha forte envolvendo atos jurídicos, manipulação midiática e supostos estudos científicos para demonizar a maconha no século XX. Eram comuns artigos e pronunciamentos de Anslinger em que atribuía assassinatos, estupros, e outros crimes a usuários de maconha (ROBINSON, 1999). Fato interessante é que as primeiras pesquisas que associavam maconha e loucura, maconha e destruição de neurônios tiveram origem “na compra” de estudos feita por Anslinger (GRASS, 2000).

O chefe da divisão de narcóticos passou a centralizar uma série de vetores políticos interessados na proibição da maconha. Catalisava anseios públicos pela moralização e combate aos vícios; respondia à demanda da indústria farmacêutica; coibia a plantação de cânhamo e dava espaço para a expansão do nylon; criava uma hostilidade entre o povo americano com os imigrantes Mexicanos.

Fora realizada uma grande operação de condensação de vetores em direção a um exercício político. O que Anslinger fez foi catalisar o medo do americano comum em direção a um único inimigo - desconhecido o bastante para ser fantasmagórico e visível o bastante para ser combatido, porém não era a maconha

que era visível, mas o corpo que a usa. Utilizando uma maciça máquina de propaganda, Anslinger espalhou o medo entre a opinião pública ao mesmo tempo em que capitalizava politicamente, forçando aprovação de leis proibitórias em todo território nacional (ROBINSON, 1999).

O que talvez mais chame atenção é o caráter étnico e de classe envolvido com a proibição da maconha, de forma muito parecida com a que ocorrera no Brasil. Também nos Estados Unidos, surgira uma espécie de *Setting Clandestino* ao qual era relegado o uso da maconha, em que não somente usar a maconha era o elemento, mas, por composição, usar maconha e ser não branco, cristão, burguês. Os mecanismos legais foram se adequando para que dentro dessa nova sociedade de livre-comércio os poderes instituídos permanecessem com a prerrogativa de encarcerar e controlar as massas. Essa prática nos estados Unidos compôs com movimentos políticos de internacionalização da pauta e a partir de pressões político-econômicas os EUA conseguiu criar uma chave de acesso a praticamente qualquer lugar do mundo.

Trouxe o processo, mesmo que superficialmente, de proibição da maconha, pois ele foi emblemático na criação do formato da guerra às drogas. Uma guerra contra minorias, que servira para capitalizar poder político a partir dentre outras coisas, do discurso moralista e apelativo do *status quo*. E isso criou uma clandestinidade compulsória para o uso de certos psicoativos. Na clandestinidade, porém, há um outro fluxo relacional. Os saberes, por uma questão de onde se situam, flutuam de forma mais lateral. Ao se aproximar do saber da experiência com o psicoativo, ao invés de produzir saber sobre o psicoativo, aposto nessa marginalidade. Aposto que essa clandestinidade contamine o texto com um outro *Ethos*, um *Ethos Pirata*, um *Ethos* da pirataria, um *Ethos* de passagem.

Jorge Larrosa Bondía (2002) ao cartografar a filologia do termo experiência, afirma que um dos radicais que forma a palavra é o radical indo-europeu *Per*, que traz o sentido de travessia, passagem, limiar. Um das palavras que carrega essa ideia advinda do *Per* grego é a palavra Pirata. A pobreza da saber na modernidade é a crença irrestrita na produção de informação, no experimento. Aposto na busca de um saber da experiência, experiencial. O contato com a experiência de uso de psicoativos ilegais molda o texto da dissertação em vários âmbitos. Na metodologia surge a aposta na alegoria, que é a matriz dos bardos, dos loucos, dos amantes, dos sonhadores. No *ethos*, não há condenação do uso de drogas, não

há condenação do usuário, mas também não há condenação do policial. Talvez, seguindo essa linha, o *pathos* é a pedra de toque. A aposta é que toda a dissertação seja uma peça de provocação, de aturdimento. Esse é o *Ethos Pirata* que atravessa essa dissertação – a busca da potência clandestina dos *settings* de uso de psicoativos ilegais na contemporaneidade.

2 Caminhos por onde flutuar: O voo desviante sobre as palavras e algumas considerações sobre metodologia

A presente dissertação é um momento de condensação de inúmeros movimentos. Fala de um pouso, de um momento de aportar após inúmeras flutuações e contatos. O evento disparador do desejo de compor uma dobra em minha experiência profissional em produção acadêmica se deu quando atuava como Psicólogo com pessoas em situação de Rua. De 2012 a 2014, trabalhei em um Centro de Acolhimento para Pessoas em Situação de Rua, um equipamento da proteção social especial de média complexidade do Sistema Unificado de Assistência Social, que tem por incumbência prestar acolhimento diário para pessoas em situação de rua (BRASIL, 2009). Como psicólogo, integrava uma equipe de técnicos da unidade, que tinha como prerrogativa:

Oferecer trabalho técnico para a análise das demandas dos usuários, orientação individual e grupal e encaminhamentos a outros serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas que possam contribuir na construção da autonomia, da inserção social e da proteção às situações de violência. (BRASIL, 2009, p.29)

Acompanhávamos o dia-a-dia de cerca de 70 pessoas em situação de rua, que passavam o dia no Centro. A rotina deles incluía acolhimento pela manhã com a distribuição de café da manhã, almoço às 12 horas, lanche às 15 horas encerrando as atividades às 18 horas. Além da disponibilização de alimentação e local para higienização e guarda de pertences, havia a realização de oficinas, grupos e atendimentos psicossociais. Uma parte considerável da demanda dos populares tinha alguma questão em torno do uso e ou venda de substâncias psicoativas ilegais e isso começou a me intrigar profundamente, pois não sentia que havia uma relação de causa direta entre droga e situação de rua, mas as duas realidades se entrecruzavam. Daí, considerando minha história pessoal e essa história de trabalho, tive uma certeza - eu precisava estudar a questão do uso de psicoativos ilegais, mas não queria encerrar a questão neles. Uma vez decidido estudar as drogas ilegais, fato que será ilustrado por um pequeno conto ainda nessa seção da

dissertação, três questões logo saltaram aos olhos – O que estudar, Onde estudar e como estudar. Tentarei traçar nessa seção, minimamente, a condensação dos caminhos pelos quais passei até desembocar na presente dissertação.

* * *

Sobre a primeira das questões, o que estudar, toda a primeira parte do texto se devota a contorná-la e mais a frente um pequeno conto ilustra o processo de emergência da questão de pesquisa. De início, era uma ímpeto vago de se debruçar sobre a questão de como o entorpecimento, esse velho conhecido da humanidade, foi e é tratado ao longo dos séc. XIX, XX e XXI. Algo, porém, saltou pulsando. Parecia que havia contornos discursivos engendrados em certos movimentos corpóreos, substanciais, que criavam diferentes *settings* para experiência psicotrópica. A primeira grande partilha, era entre os *settings* terapêuticos e os *settings* clandestinos. Partilha diferencial, não excludente, ou seja, um polo intimamente ligado na constituição do outro. Os dois são movimentos discursivo-normativos de captura de fluxos vitais, porém no segundo essa captura exerce-se via política de segurança.

Havia uma relação íntima entre o uso de psicoativos ilegais, a precariedade maquinada à qual eram submetidas certas classes da sociedade e conteúdos discursivos éticos, técnicos legais. Logo isso se tornou minha questão. Algumas coisas me aturdiavam nessa atuação e sentia uma necessidade de que elas continuassem aturdindo, tanto a mim quanto aos outros. Então, talvez, esteja defronte agora com uma primeira grande palavra envolvida com método em questão – aturdir. Segundo o dicionário Aurélio aturdir é tratado como sinônimo de atordoar, que por sua vez é definido como 1. Perturbar os sentidos por efeito de pancada, queda, estrondo, grande comoção, surpresa. 2. Molestar os ouvidos. 3. Causar assombro; maravilhar. De alguma maneira, a experiência no Centro de Acolhimento me assombrou em vários sentidos, e buscava achar nesse assombro a possibilidade do assombro filosófico (BENJAMIN, 1987b). O assombro inicial foi se transformando no assombro de sentir que o crack, ou álcool, ou quaisquer outras substâncias, não poderiam ser explicadores totais, símbolos, do real da situação de rua, e do real da experiência de uso de psicoativos. Esse assombro, esse olhar aturdido, agora busca

constituir instrumental de promoção de aturdimiento em última instância. Método de transmissão de aturdimiento.

A segunda questão, onde estudar, sofreu importantes deslocamentos, que se conecta com os deslocamentos do conceito de *setting*. Inicialmente, minha preocupação era interconectar essencialmente os *setting* médico e ilegal de uso de psicoativos, logo o campo seria ligado às pessoas em uso de substâncias psicoativas legais e a rua, rua atravessada pelo uso de substâncias ilegais. Dentro desse contexto, num certo momento, a opção era por ter O Centro de Atenção Psicossocial em Álcool e Outras Drogas (CapsAD) como campo de intervenção, por se tratar de um local onde institucionalmente e corporeamente as demandas do uso legal e ilegal se entrecruzam. Um primeiro grande deslocamento começou a se operar, dado a amplitude do tema. Paulatinamente ficava mais forte a questão do uso ilegal de substâncias psicoativas, e a conexão entre as realidades das drogas legais e ilegais exigiam um cuidado maior do que o tempo do mestrado permitiria. Defronte a essa pequena mudança, encontrei-me com o fato de que o uso de substâncias ilegais atravessa todos os campos, classes, etnias, grupos, instituições, de modo que não havia um local específico. Sobre os *setting* ilegal, ou clandestino, como aqui venho me referindo, percebi que eu o havia habitado em inúmeros diferentes momentos e situações de minha vida. O centro onde eu me encontrava na época já era um híbrido entre esses inúmeros *settings*, pois, muitas vezes, era o local aonde os assistidos iam logo após consumir drogas psicoativas, quando não as consumiam dentro do centro. A própria ideia de *setting* passou por deslocamentos, de uma ideia estanque de o local onde ocorre o uso de drogas, passou para a perspectiva do evento que emerge do encontro entre o sujeito que usa e as entidades que atravessam o uso. Dessa forma, a questão do “onde” foi incorporada pelo “como”, uma vez que não mais o local era importante, mas a experiência.

Sobre a última questão, o como, talvez tenhamos que nos debruçar com um pouco mais de calma, pois, por conta dos questionamentos do como agir, toda a pesquisa foi reorganizada. Inicialmente, o mecanismo pensado era a análise genealógica e a realização de entrevistas de campo, porém todas as vezes que escrevia, percebia que havia nesse contato com o texto uma intempestividade que poderia ser a questão, o lugar e o método. Barros e Kastrup (2009) ao discorrer sobre a pesquisa em cartografia, destacam que no saber moderno, a ciência positivista, o modo cartesiano situam o momento da escrita numa pesquisa como um

mero momento de representação de resultados, porém é também um momento de produção de saber, de produção de espessuras de real. Nesse sentido, a pesquisa começou a se situar muito no campo da escrita, mas não de qualquer forma de escrita, a escrita desvio a partir do referencial de Roland Barthes (1978) e da alegoria no referencial Benjaminiano. Desvio, anamnese da palavra e alegoria (Benjamin, 1984), três pedras de toque do método que aqui contorno. A questão que mais me inquietava durante toda a escrita era com garantir que a experiência fosse a mão da caneta. Percebi logo de pronto que o modo de escrita logocentricamente orientado seria carente nesse sentido, logo seria necessário constituir um tipo de disponibilidade ao texto, disponibilidade a sua vida suas recalitrâncias²² (LATOUR, 2005; 1999). Era necessário dar força a um regime de disponibilidade ao texto que permitisse uma espécie de *Touch Screen* reverso, em que, a partir do contato com o texto, o texto entrasse em contato comigo e pudesse haver uma produção no entre, situando o texto como um mecanismo de acesso ao plano de experiência, onde tudo se estranha. Logo, a presente dissertação não tem a função de explicar nada, ou transmitir informações, mas tem a função de provocar, movimentar afetos, ideias, pensamentos, conceituações. Mesmo as informações, quando trazidos, têm um cunho de fazer relampejar.

O que percebera na feitura dos textos é que havia momentos dessa atuação como psicólogo em que esse plano se abria, ou melhor dizendo havia momentos em que por motivos contingentes e imanentes aos acontecimentos esse regime de disponibilidade havia se colocado e minha *touch screen* havia sido tocada. O ato, porém, de simplesmente falar sobre esses momentos, não seria condizente com o projeto de aturdir. Não se trata de transmitir relato testemunhal, mas de transmitir uma experiência de assombro. No momento da escrita a ideia passou a ser apostar nesse *ethos touch screen reverso, ethos pirata*. Por esse motivo, a proposta metodológica mais condizente com esse intento seria algo da ordem de um

²² Recalitrância significa a grosso modo, de acordo com o dicionário Aurélio é aquilo que teima que resiste. Para Latour (2005; 1996), recalitrância é a capacidade que tem atores humanos e não humanos de não caber nos domínios que o pesquisador almeja colocá-los. A recalitrância faz explodir os contornos objetivos e pode ser um índice importante no mapeamento das redes de relações que compõem o objeto em questão. Recalitrância é a resistência do estudado sobre as categorias utilizadas para fazê-lo. Em contraposição ao que apregoa a ciência moderna, em Latour (2005;1996) encontramos a proposta de abertura às recalitrâncias (inclusive ampliando-as), questão que encontra convergência na perspectiva de análise por extremos de Benjamin (1984).

Alegorismo Desviantes, Alegorismo Pirata, Alegorismo Ensaísta. A partir do ponto em que essa perspectiva, de forte influência Benjaminiana, colocou-se, começaram a surgir alegorias aturdidadas, alegorias com o intuito de aturdir, alegorias sobre momentos de aturdimento e, numa dimensão ético-estético-política, não se mostrou mais necessário e produtivo segmentar campo/método/escrita. Dessa forma, a escrita passou a ser onde, como e quando.

2.1 Alegotropias ou das Alegorias Psicotrópicas.

Gostaria de arguir, primordialmente, que não é minha intenção esgotar, tão pouco aprofundar a discussão sobre a Alegoria ou Interpretação Alegórica, tema caro no campo da filosofia e que atravessa milênios. Importa-me apenas evocar tal conceito como intercessor metodológico e tecer alguns comentários sobre a sua chegada ao presente texto. Segundo Gagnebin (1999), a hermenêutica alegórica emerge na filosofia clássica do distanciamento histórico que separa os leitores de escritos originais. De caráter fragmentário e arbitrário, sempre foi depreciada devido a sua ausência de rigor à verdade. A interpretação alegórica era aquela que buscava no além-literal seu ponto de produção de sentido. É nesse ponto, porém, que Benjamin (1984) observa sua força e potencialidade, quando relaciona alegoria e o *ethos* da modernidade.

Gagnebin (1999) continua dissertando que, frente a essa perda do sentido original, na perspectiva em que sentido literal passa a se contrapor a sentido verdadeiro, torna-se imperativo a utilização de uma leitura que busque, sob o véu sensível das palavras proferidas, o seu pensamento, algo que os estoicos denominavam *Hyponoia* (Subpensamento), nomeada em definitivo por Filo de Alexandria por Alegoria (do grego *αλλος*, *allos*, "outro", e *αγορευειν*, *agoreuein*, "falar em público").

Logo, da tradição clássica, evoca-se a perspectiva da alegoria como uma fala outra, uma fala que não encerre, em última instância, um sentido essencial e verdadeiro. O Alegórico é permissão de que os sentidos outros estejam presentes, que o sentido desloque-se e se produza histórico. Sobre isso Benjamin (1994, p. 165) diz:

Aquilo que é atingido pela intenção alegórica permanece separado pelos nexos da vida; é, ao mesmo tempo, destruído e conservado. A alegoria se fixa às ruínas. Oferece a imagem da inquietude entorpecida.

Na dimensão do declínio da palavra nomeadora e perda da coisa, restaria ao exercício alegórico a realização de um luto, mas luto pelo jogo, pela distensão do plano de sentido (JUNIOR, 2012). Esse luto carrega a capacidade única de devolver ao exercício de linguagem sua historicidade no ponto em que efêmero e eterno estão amalgamados. Devolve-se assim vida à linguagem a partir do deslocamento do mundo objetivo e a perspectiva é colocar o exercício de escrita e/ou fala em uma dimensão de aqui-já-outro. Ao deslocar sentidos, retirá-los de sua univocidade, a alegoria, por via de flutuação fragmentária, permite que o que é rejeito histórico possa ser atualizado, que o resíduo se coloque. O histórico de depreciação da alegoria como metodologia, tida como chula, subjetivista, também apresenta um ponto de marginalidade característico do fazer alegórico, o que acrescenta mais uma ponta de resíduo e desvio no método que apresento. O que Benjamin (1984) recoloca e talvez também o faça Nietzsche (1974) é o local da alegoria. Não é um simples deslocamento do sentido originário, mas a própria produção de sentido na língua que depende do caráter alegórico como força motriz, e quanto mais esse caráter é refreado em nome da perspectiva de linearidade das imagens históricas, mais o ímpeto criador (*Erfindung*) e vivaz da língua é refreado.

O exercício alegórico permite que uma crítica do real seja tecida a partir de dizer o outro de si, dessa forma não é uma crítica por contraposição, mas por composição. Sobre essa questão do luto fragmentário da alegoria, afirma Pires Junior (2012, p. 167):

Destruir e conservar, eis o atributo da crítica tal qual Benjamin a desenvolveu. Trata-se de um trabalho sobre as ruínas. A alegoria se caracteriza por ser uma fuga perpétua de um sentido último. Tal linguagem extrai sua riqueza de imagens tanto da tristeza advinda do luto provocado pela ausência de um referente último quanto da liberdade lúdica que promove o jogo que tal ausência acarreta.

De alguma forma, frente a univocidade das imagens da história o intento alegórico porta certo potencial violento de desagregação de harmonias (BENJAMIN, 1994) *monadais* forçadas que produzem a história como imagens únicas. Esse

processo de silenciamento que cria uma pretensa harmonia das formas históricas esconde a opressão de onde ele emerge. (BENJAMIN, 1987c).

Nesse quantum de destrutividade, a alegoria corrompe a totalidade presumida do símbolo (GAGNEBIN, 1999), expõe a morte do significado único, mas realiza o luto ao propor outros sentidos possíveis. Ainda nesse campo, Benjamin (apud Junior, 2012, p. 173) afirma que “se é a fantasia que oferece à memória as correspondências, então é o pensamento que lhe dedica as alegorias. A memória conduz umas às outras”.

Versando sobre temática da relação verdade-coisa-linguagem, Nietzsche nos lembra:

Esse impulso a formação de metáforas, esse impulso fundamental do homem, que não se pode deixar de levar em conta nem por um instante, porque com isso o homem mesmo não seria levado em conta, quando se constrói para ele, a partir de suas criaturas liquefeitas, os conceitos, um novo mundo regular e rígido como uma praça forte, nem por isso, na verdade, ele é subjugado e mal é refreado (NIETZSCHE, 1974, p.58).

A linguagem metaforiza, performatiza, modula, constitui e destrói. Essa característica da linguagem é tão familiar, que se pode observar certa alotropia²³ de termos muitas vezes habitando o mesmo espaço físico, a mesma língua, os mesmos agrupamentos humanos. Nessa Alotropia linguística, o mesmo significante, no confronto com os fluxos encontra/produz outras imagens. Nietzsche (1974) afirma que a teia conceitual e estanque que forma os contratos silenciosos em que se edificam as verdades deve ser rompida para que surjam novas composições, dando vida ao mundo da palavra. Nesse ponto que o alegórico-artístico surge como possibilidade de equívoco de imagens cristalizadas e rompimento dessa teia que arrebanha os partícipes da linguagem.

Considerando o referencial de história que fora trazido para compor a presente dissertação, acredito que há duas tarefas essenciais a serem feitas no campo de estudo das Drogas ilegais – de um lado a constituição de um olhar genealógico sobre a temática do uso de substâncias psicoativas, de outro, a

²³ Alotropia é certa característica físico-química que têm alguns elementos químicos de se apresentarem com características físicas diferentes, como: organização espacial, quociente de condutividade, densidade, etc. Um exemplo clássico é o grafite e o diamante que são formas alotrópicas do carbono.

composição de deslocamentos dos afetos e das moralidades instituídas. Nesse segundo ponto me insiro, utilizando a alegoria como máquina-ferramenta de acesso ao residual dessa história.

A perspectiva de uma *Alegotropia* ou uma Alegoria Psicotrópica é de utilização da dimensão de *Hyponoia* e de deslocamento do intento alegórico como motor, como mola de propulsão (*entspringt*) de questionamentos no campo do uso de psicoativos ilegais. O que não implica dizer que não se aposta na produção de juízos a respeito, ou seja, não se trata do domínio irrestrito de *Hyponoia*, mas a utilização dessa dimensão como porta de acesso. Pelo contato com alegorias do campo da substâncias psicoativas, convoco o leitor ao exercício de um acesso pré-reflexivo e intensivo com a questão. Dessa forma, almejo alcançar uma certa alotropia dos significados constantes no campo do uso de psicoativos ilegais.

2.2 Da intempestividade da escrita e do texto como laboratório.

A intempestividade é a chave privilegiada para a abertura de uma compreensão mais pertinente e mais fecunda do que se expõe sob o signo da atualidade e, mais do que isto, é pressuposto da possibilidade de invenção de novas formas (CALOMENI, 2011, *online*).

Apesar da presente seção ser direcionada ao método, adianto que não há uma perspectiva de descolar as interpelações metodológicas de todo o processo de escrita. Escrever é um ato intempestivo, dinâmico e produtor de real. Ademais, distanciar a discussão de método do próprio fazer da pesquisa cumpre o papel de criar dispositivos que operem com uma clivagem transcendental entre sujeito e objeto e remonta a uma tradição que reduz a inventividade dos enunciados a um processo de pretensa “descoberta” de algo que ali sempre esteve. O dispositivo experimental, pedra fundamental dessa forma de produzir conhecimento, desconsidera que é a prática singular que cria de forma sempre movente esses polos sujeito e objeto (BARROS; KASTRUP, 2009). A produção de um método como dispositivo de intervenção que se arvore pureza com relação ao fato estudado e, dessa forma, seja um mero óculos de descortinamento da realidade cumpre um papel político de hierarquizar saberes e distinguir as invenções válidas (*idem*, p.55)

das irrelevantes, tudo isso feito a partir da afirmação de um local de autoridade sobre os enunciados. É partindo de um contrafluxo dessa noção asséptica de ciência que situamos nossa metodologia e, para isso, assumimos uma perspectiva atencional que arrefeça a busca desenfreada de informações para se abrir ao encontro, para mergulhar “nas intensidades do presente” (idem, p.55). As questões de método, bem como outras, já vem aparecendo anteriormente no texto e seguem o fluxo da escrita como encontro. Essa forma de escrita que hibridiza *colheita* de dados, análise e discussão (aqui apresentado na forma do exercício alegórico), apresenta-se já como um compromisso ético-metodológico com uma realidade que é processual, que é movente por excelência e afirma essa processualidade no próprio fazer da produção de saber, para afirmá-lo como um ato político.

Dito isso, a presente seção da dissertação tem o papel de situar-se como um acontecimento de clivagem, produzindo uma diferença entre momentos, além de contornar com um pouco mais de afinco algumas questões metodológicas que já vem sendo apresentadas em vários pontos do texto como um todo. Continuando a conversa com o referencial benjaminiano, também nos opomos a criar uma perspectiva sistemática de pensamento (BENJAMIN, 1984) e apostamos na composição por fragmentos, ensaística. A realidade é intempestiva, caótica (NIETZSCHE, 2001) e a chave para o acesso, ou para constituição de uma ferramenta linguística de acesso ao plano de emergência desse caos, deve prezar pela fragmentação e pela abertura ao descontínuo. Não há uma história a ser contada, ou melhor não há uma história que se conta. Dessa forma, a escrita também é momento do intempestivo.

O sentido histórico, quando reina irrefreado e traz todas as suas consequências, erradica o futuro, porque destrói as ilusões e retira às coisas sua atmosfera, somente na qual elas podem viver. A justiça histórica, mesmo quando é exercida efetivamente e em intenção pura, é uma virtude pavorosa, porque sempre solapa o que é vivo e o faz cair: seu julgamento é sempre uma condenação à morte. Quando por trás do impulso histórico não atua nenhum impulso construtivo, quando não se está destruindo e limpando terreno para que um futuro vivo na esperança construa sua casa sobre o chão desimpedido, quando a justiça reina sozinha, então o instinto criador é despojado de sua força e seu ânimo (Nietzsche, 1974b, p. 74).

Dessa forma, o momento da escrita foi e está sendo preservado como momento de toque. Deixar que o sangue faça parte da escrita. O momento de encontro com a escrita é também condição de desvio, de gagueira. Hiatos, bifurcações, imagens aparentemente *non-senses*, encadeamentos ilógicos, antes de serem um problema são talvez a produção do intempestivo no contato com a inscrição. Uma questão que me convoca é como manter essa experiência de intempestividade, ou como constituir o texto como um laboratório de intempestividade e crise, seja no momento de sua inscrição seja no momento de sua leitura.

(...) filosofia, tal como até agora a entendi e vivi, é a vida voluntária no gelo e nos cumes – a busca de tudo o que é estranho e questionável no existir, de tudo o que a moral até agora banuiu (Nietzsche, 1995: *Prólogo*, p. 3).

A intempestividade do instante e sua inefável tragicidade, aponta para o fato de que por mais edificada que sejam as verdades científicas e sua infame “oferta” de recorrências, o instantâneo, o indizível, o imponderável se coloca como ponto de emergência do acontecimento, sendo que toda pré-história e pós-história se faz a partir desse contato diferencial com o caráter caótico do desenrolar da vida. Qualquer perspectiva que negue isso, seja pela estatística seja pela religião (as duas formas perfeitas de mentir), nega a vida em sua potencialidade. Finalizando essas considerações conceituais sobre a metodologia, afirmo um compromisso com o indizível, abandonando qualquer tentativa de extirpá-lo da produção de saber como se arvora o dispositivo da ciência experimental positivista. Buscamos produzir saber por desvio. O momento em que as experiências e estudos que empreendi nesses quase três anos mais desviaram foi em seu desenrolar em texto. Tendo o *Fati* da escrita como norte, transformei esse encontro como minha matéria e o texto alegórico como meu objeto/sujeito/campo. Para tanto, o texto se transformou em meu laboratório de intempestividade.

2.3 Do Projeto

Atuei durante dois anos num Centro de Acolhimento para pessoas em Situação de Rua. Todos os dias sentia que havia uma série de agenciamentos operando na produção daquelas histórias que desembocavam no Centro em que a droga era, talvez, o menos importante. Não se trata, porém, de desconsiderar esse elemento na produção de sofrimento psíquico, mas de destroncar uma imagem cristalizada, pronta. A imagem da pessoa com a vida destruída pela droga que podia encontrar apenas duas saídas ou o presídio ou o hospital não me parecia fechada, algo nela me solicitava atenção pelas vias do equívoco, pelos movimentos de contrafluxo. De onde viam essas imagens que muitos assistidos tomavam para si na velocidade do *prêt-à-porter*? Num primeiro momento, olhando para os discursos científicos sobre a questão, tive a impressão imediata de que os assistidos apenas refletiam esses discursos (ali na instituição atualizados por nós técnicos, muitas vezes), porém aos poucos percebera que havia uma teia de práticas e discursos que produzia de forma um pouco mais complexa aquela realidade, logo agenciava em dois planos a imagem e o corpos. Mas de onde surge o presente projeto para a presente pesquisa?

A palavra *Projeto* deriva da palavra latina *Projectum*, que, por sua vez, é originada de *Projicere* (Pro-“à frente”, Jacere – “Lançar, atirar”), logo *Projectum* é “algo lançado para frente”. Da mesma raiz saem palavras como projetar, projeção. É comum que os equipamentos da assistência social sejam chamados de projetos. No caso do centro em questão, não era diferente. Funcionários e usuários muitas vezes se referiam ao centro como um projeto. Em outros locais onde tive a oportunidade de trabalhar, aparentemente, esse costume se explicava pela elipse da palavra social (projeto social), em outros, devido às parcerias público-privadas, muitos desses recentes equipamentos são administrados por fundações, que apresentam projetos para as prefeituras, que são, em última instância, projetos de condução de gestão dos equipamentos, ou seja, a fundação X apresenta o Projeto de gestão do serviço Y para a prefeitura, uma vez na gestão do referido equipamento via parceria público x privado, muitas vezes a alcunha projeto permanecia.

Por outro lado, a palavra projeto é constante no cotidiano de atendimento de muitos usuários. Nos equipamentos de Assistência Social é muito comum falarmos do Projeto (ou plano) Individual de Acompanhamento (PIA), documento de construção de pactuações em geral, que organiza os detalhes do atendimento prestado ao usuário. Rotinas, atividades, vulnerabilidades, potencialidades, tempo total de atendimento, metas são elementos do PIA. No caso dos equipamentos da saúde temos o Projeto Terapêutico Singular (PTS), que é o instrumento utilizado para realizar pactuações de forma interdisciplinar entre os profissionais, cliente e família, construindo coletivamente atividades e caminhos previstos a serem percorridos numa proposta terapêutica (CARVALHO et al, 2012). Ao mesmo tempo, de um modo geral, convivi com inúmeros colegas profissionais que iniciavam seu atendimento com a pergunta - qual é o seu *projeto* de vida?

Tive a oportunidade de acompanhar um breve acontecimento em torno da palavra projeto que, além de emblemático, situa-se justamente no campo das narratividades. Como disse anteriormente, grande parte dos assistidos atendidos no Centro apresentam uma rotina de uso de inúmeras substâncias psicoativas ilegais (apesar de alguns deles também fazerem uso de medicamentos psiquiátricos), entre elas, o crack. Acontecem no interior da instituição oficinas de costura e artesanato. Era prática comum que as produções de cada usuário lhes fossem entregues sem maiores intervenções da equipe. Num certo dia, enquanto um dos assistidos saía do Centro levando alguns dos produtos feitos na atividade, outro gritou – “Isso vai virar projeto?”. Na ocasião, senti minha atenção fortemente tocada (KASTRUP, 2009), o *touch screen* reverso foi pressionado e perguntei do que se tratava. A reação foi ainda mais intrigante e remete ao contato desfocante próprio da “participação observante” (BARROS; KASTRUP, 2009) - os dois atendidos se olharam, riram e com uma ironia aristocrática disseram: Ele quer saber o que é Projeto...

A partir de então, percebi que era comum essa referência utilizando a palavra projeto, mas esse uso da palavra passava em branco, mimetizando-se na profusão de usos do significante projeto no interior da instituição. Para mim, porém, não foi algo tão simples. Por um ímpeto curioso genuíno e pueril, não me confortei em não poder participar daquele código. O que se seguiu, menos por uma intenção, e mais por estilo, foi uma verdadeira imersão etnográfica buscando o sentido da palavra “Projeto” dentro do dialeto corrente entre os usuários daquela instituição. Tentei várias aproximações, vários contatos e o resultado era sempre essa resposta irônica

e “defensiva”. Até que, após varias tentativas, resolvi que no início de todos os atendimentos formais, psicossociais, fazia de forma sistemática a pergunta – para você, o que é um Projeto? Já não intentava muito descobrir qual era o sentido da palavra para os assistidos, apenas tentei constituir um dispositivo que fosse capaz de produzir sentidos sem necessariamente intentar alcançar o significado inequívoco daquela expressão para os assistidos do centro. De alguma forma, o surgimento dessa nova forma de iniciar o atendimento, esse deslocamento de uma pergunta inexorável [qual o seu projeto de vida?] surgiu no momento em que eu abdicara essencialmente daquela sede de consciência voluntária sobre o acontecimento, que foi produto instantâneo e intensivo da curiosidade. Esse movimento com a pergunta sobre o que é um projeto, permitiu uma composição com os não saberes. O plano de produção dos discursos sobre a palavra projeto e as práticas em torno dos discursos estavam se tocando e movimentando uma univocidade.

(...) as formas do visível e do dizível, agindo em regime de reciprocidade, constroem nosso saber sobre a realidade, respectivamente, os objetos visíveis e os temas a serem tratados nos discursos. A linguagem, portanto, articulada às práticas mudas junto aos corpos instaura realidades. (TEDESCO, 2003)

Durante o processo de entrada na gíria projeto, havia toques ocorrendo entre os corpos. Entre atos, havia uma porção de entreatos que agenciavam novas sociabilidades, novos fluxos de produção de realidade. Percebi que aquele movimento de descobrir o sentido da palavra para os usuários funcionou como mecanismo de aproximação e nossos contatos foram ficando mais próximos e menos defensivos. Seguindo a pista apresentada na citação anterior, podemos dizer que a trama de atos discursivos e atos mudos estava permitindo uma inter-relação que essencialmente extrapolava o campo linguístico, mas compunha com ele em um plano de heterogênesse. Havia uma sensação pré-individual e coletiva, entre nós, de acessar o plano movente de produção semiótica. O contato com a dimensão essencialmente pragmática e performativa do signo se operou devido a um deslocamento que, poderíamos dizer, operou reciprocamente um engendramento de corpos.

O discurso indireto é a presença de um enunciado relatado em um enunciado relator, a presença da palavra de ordem na palavra. É

toda a linguagem que é um discurso indireto. Ao invés de o discurso indireto supor o discurso direto, é este que é extraído daquele, à medida que as operações de significância e os processos de subjetivação em um agenciamento se encontram distribuídos, atribuídos, consignados ou à medida que as variáveis do agenciamento estabelecem relações constantes, por mais provisórias que sejam. O discurso direto é um fragmento de massa destacado, e nasce do desmembramento do agenciamento coletivo; mas este é sempre como o rumor onde coloco meu nome próprio, o conjunto das vozes concordantes ou não de onde tiro minha voz. (DELEUZE, G; GUATTARI, F. , 1995, p.23)

Os assistidos estavam operando um exercício vivaz, astuto e inventivo de utilização de um significante corrente no expediente oficial da instituição para produzir realidades alternativas para a palavra e em torno dela. Sinto que o movimento de entrar em contato com essa dimensão de não saber de que se tratava a gíria, causou um deslocamento de meu discurso direto sobre a palavra projeto. Acredito, porém e também, que o fato da astúcia dos assistidos ter sido observada por alguém “da instituição”, que, ao invés de coibir ou ameaçar, resolveu conversar genuinamente, deslocou sobremaneira os discursos diretos que estavam sendo produzidos pelos assistidos.

Como podemos depreender a partir da leitura proposta por Deleuze e Guattari (1995), a palavra pragmaticamente produz realidades, produz ordem, e, aos poucos, a ordem em torno da palavra projeto-para-os-assistidos foi se alterando e passou a permitir uma entrada gradual do psicólogo-estranho-da-instituição naquele cotidiano em uma dimensão que, via de regra, não era permitida à equipe. A ordem naquele uso da palavra, num primeiro momento, era fazer com que as pessoas como eu não soubessem do que se tratava, e, aos poucos, passou a ser, “ele não é uma ameaça”. Após uma semana, em um momento de conversa informal no pátio do Centro, um dos assistidos olhou-me de uma forma ainda desconfiada, mas ligeiramente mais afável e me disse que “Projeto”, no dialeto dos assistidos do Centro, era o nome dado a qualquer objeto a partir do momento em que se decidia que ele seria trocado por substâncias psicoativos ilegais. Depois desse evento a gíria aparentemente não foi mais usada.

Senti um misto interessante de sensações, pois esse conteúdo só me foi permitido a partir de uma atitude limítrofe de *experimentação* do confronto de sociabilidades no encontro de multidões pessoais e de pessoas em multidões. Quando o sentido da gíria “Projeto” me foi permitido, novas interações silenciosas e

não discursivas emergiram e comecei a participar dessa construção visceral de um saber-fazer do dia-a-dia dos assistidos. Em contato/contágio, a partir da perspectiva de uma “transdução” (SIMONDON apud BARROS & PASSOS), ocorreu uma forma de construção transversal da noção de projeto, desestabilizando uma unidade, pois além de saber o que era “Projeto” para os assistidos, eles também souberam o que era um projeto para mim e novas sociabilidades foram surgindo a partir desse contrato invisível que me colocou como parte daquela comunidade de falantes.

Importante destacar que essa interação deu-se no plano linguístico e extralinguístico, entre falas e atos. Comecei a ter encontros mais genuínos depois dessas conversas sobre projetos e os assistidos começaram a falar mais abertamente sobre relatos severos de suas trajetórias. A utilização estratégica da palavra projeto pelos assistidos cumpria o papel de permitir uma conversa minoritária num discurso maior e o toque que essas conversações silenciosas causaram em minha atenção promoveu amplos deslocamentos.

Na época, lembro de sentir vibrar inúmeros planos de escrever sobre isso, sobre narrar esse acontecimento. Essa potência, criou um *campo de insistência*, ou um campo que me agenciava para além da efemeridade da questão e me exigia dobras. Em conversa com uma assistente social que conosco trabalhava combinamos de continuar com as perguntas. Dessa forma, a questão - “o que é um projeto para você?” foi sendo feita nos mais variados contextos (grupos, oficinas, atendimentos individuais, etc). Como muito deles frequentavam também o CAPS - AD (Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e Drogas), as discussões muitas vezes giravam em torno de seus Projetos Terapêuticos Singulares (PTS) e a interlocução com o Plano Individual de Acompanhamento construído no Centro. Considero que no território desse acontecimento ocorreram inúmeras bifurcações e contatos entre franjas existenciais. Trago aqui aquelas interfaces que me trouxeram ao projeto de uma dissertação e vou tecendo minimamente um olhar sobre campo de emergência dessa escrita, que almeja se colocar como uma conversa com narrativas. Escrita que se coloca como um exercício de fomentar a emergência de uma narração. Em última instância, almejo trilhar o caminho de equivocador os sujeitos e efetivar uma narrativa indireta (DELEUZE, 1995) em que os atores (LATOURE, 2005) falem no e com o texto.

Como algo do próprio expediente de meu trabalho, comecei a participar de inúmeros cursos, palestras, seminários, formações sobre a chamada – “Questão da

Droga”, na condição de aluno. Em muitos desses espaços, assombrava-me a forma fetichizada e fantasmagórica com o qual o uso de substância psicoativa ilegal era desenhado naqueles discursos e me aturdiava quais objetividades e subjetividades eram produzidas. Não faltavam autoridades científicas para darem o aval de produção desses discursos, repetindo “verdades” requeitadas de cerca de século atrás. Não haveria problema uma vez que falo aqui o tempo de descontinuidades, porém como vimos, o que se atualizava eram enunciados erigidos no bojo da crueldade da escravidão, da eugenia e do controle dos pobres. Nesses espaços, pretensamente formativos, uma ordem do discurso é extrair qualquer multiplicidade e retornar o singular ao homogêneo, produzindo uma discursividade pobre em experiência, visto que forçosamente visa submeter o múltiplo ao repetido e presumido; o intempestivo à média. Essa perspectiva visa produzir um real frio do tecnicismo. Esse tecnicismo, ao sobrecodificar a experiência psicoativa, praticamente anula a polifonia dessa experiência, no local, colocar o uso perigoso de drogas. Produz-se uma relação entre periculosidade e droga que move uma maquinaria que já surge com o aval de sequestro. Havia nessas formações, evidentemente, alguns movimentos de produção de saber que contrariavam essas certezas fantasmagóricas sobre as drogas, porém muitas vezes esses lampejos contra-hegemônicos passavam silenciosos, ou não encontravam reverberação devido a um encontro nefasto entre moralidade tecnicista - medo fetichizado - automatismos explicativos.

Pensando na época sobre os discursos que baseavam essas formações (dos cursos sobre a questão, muitos deles de abrangência nacional e com participação de entidades importantes como a SENAD, o Ministério da Saúde e variadas Universidades), percebia que o principal ganho em produzir uma ficção fantasmagoricamente aterradora do uso de drogas é de criar sujeitos que se distanciem do sensível, para que o fetiche se acirre cada vez mais. Essa fetichização compõe no mesmo movimento o “usuário disfuncional de drogas” e o operador técnico que trabalha coibindo o uso (policiais, médicos, enfermeiros, professores, etc.).

Partindo desse incômodo com a reificação extrema da experiência do uso de psicoativos, a escrita desse texto visa emergir do toque (em todos os sentidos) entre as realidades para, justamente, promover mais toques. A realidade do cuidado e do uso, por exemplo, ou da proibição e do uso. Como já foi dito anteriormente todo esse

projeto de estudo aponta para a desconstrução de um aparato discursivo-procedimental que cumpre o papel de enquistar os sujeitos no medo, *matando o real em nome da pior possibilidade*. Não há como fazê-lo sem buscar colocar em contato realidades que são produzidas como distintas, mas que estão intimamente conectadas.

Habitando esses espaços formativos, eu me questionava - Qual é o projeto de uma narratividade acadêmica que vê na droga um mal em si? Ou que vê no morador de rua uma “doença” social? Ou que lança seus sujeitos prontos para o mundo na perspectiva de silenciar as singularizações que não caminhem nas linhas condizentes com os seus modos idealizados?

Oportunamente, a palavra projeto era corrente dentro dessas formações citadas, de modo que sentia como se houvesse alguns nós importantes com essa palavra que conectava todo um campo de práticas em diferentes registros discursivos.

Habitando esses diferentes territórios a partir do toque que o acontecimento em torno da palavra Projeto evocava, sentia com muita felicidade, o processo pelo “qual as existências se atualizam” (BARROS; PASSOS, 2009) e os acontecimentos que se desenrolaram em conjunto dessa experiência dos usuários com a palavra Projeto (não por uma relação de causação e sim por composição transversal) foram ainda mais interessantes e, nos meus últimos meses de trabalho na instituição, vimos acontecendo inúmeros grupos, assembleias e outros espaços coletivos e cá estou, compondo com fragmentos uma escrita fragmentária.

3 Contos Aturdidos.

3.1 O Coringa.

Fazia um ano que Ricardo havia iniciado seu trabalho como psicólogo no Centro de Acolhimento para usuários de Drogas Irmã Zuleide. Era um bom cidadão, nos termos do que espera o Status Quo. Chegava sempre no horário e saía sempre depois do horário. Tinha sua rotina toda esquadrihada e era uma máquina de elaboração de papéis e relatórios.

Comum era naquele espaço as brigas, os xingamentos, a violência relegada aos galpões de resíduos do *stablishment*. Ninguém se importava muito com o que lá dentro acontecia desde que aquelas pessoas, que expunham a carência constitutiva do modo de produção de vida moderno, não importassem na história perfeitamente produzida como a normalidade da cidade.

O lugar era interessante; o espaço físico era no mínimo emblemático. Já havia sido abrigo, casa de detenção de menores, escola infantil, abrigo para imigrantes, enfim, era um espaço de modulação de vivências há décadas. Todas as manhãs, ao adentrar no Centro, Ricardo se sentia um partícipe e/ou um estrangeiro. Sentia que algo escorria como sangue quase coagulado daquelas paredes. Em suma, era uma grande e espaçosa construção de organização horizontalizada com inúmeras salas contíguas, onde ocorriam as atividades. Tudo num grande e vasto primeiro andar. Havia salas à esquerda, à direita e ao fundo. Bem ao centro, destacado do resto da construção, havia uma grande sala onde se concentrava o administrativo e as mesas da equipe de psicólogos, assistentes sociais, educadores, oficinairos, pedagogos, etc. Aquela estrutura *panóptica*, porém no chão, no mesmo nível, era um rudimento de centralização do comando. Não era incomum observar conflitos iniciados no pátio da instituição adentrarem de rompante, de lampejo pela porta dessa sala central, cobrando que aquele rudimento de panóptico, enfim, olhasse.

Algo, porém, no corpo que Ricardo habitava, entrava em dissonância e reentrâncias em alguns momentos. Tendo treinado artes marciais sua vida toda, acostumado a rotinas de contato com o conflito, seja entre primos, seja entre irmãos, seja entre amigos, toda vez em que havia uma briga no espaço, costumava, numa dimensão pré-reflexiva, despir-se automaticamente da condição de profissional e

adentrava de corpo inteiro na confusões separando os conflitantes, de modo que passou a condensar esse trabalho no espaço. Não importava se os assistidos estavam munidos de armas brancas improvisadas, se eram grandes, se eram pequenos, lá estava Ricardo. Fato interessante é que muitos funcionários já haviam se machucado no ínterim dessas brigas, porém Ricardo não apresentava um arranhão se quer advindo dessas mediações. Toda vez que começava uma pancadaria, lá estava Ricardo no meio agindo como ponto de clivagem e arrefecimento. Sem saber, muitos movimentos se agregavam em torno dessa prática.

As sextas-feiras eram dias que apresentavam afecções distintas para funcionários e assistidos. Os primeiros, cansados, não esperavam a hora de encerrar a semana; os segundos estavam iniciando as movimentações para viver o fim de semana, uma vez que o centro funcionava somente “em dias úteis” e os fins de semana eram dias clássicos de loucura. Esse movimento era no mínimo interessante. A separação dos fins de semana como dias de curtição estava ligada à rotina de trabalho semanal, porém grande parte dos assistidos não apresentava essa divisão de horário trabalho semanal. Em suma, nas sextas-feiras, funcionários ansiavam o fim do horário de trabalho e assistidos já começavam a se movimentar dentro do espaço para passar o fim de semana. Para alguns assistidos isso representava já iniciar o uso substâncias psicoativas no alvorecer da sexta.

Ricardo, também destoava nisso, era daquele tipo de gente chata que quando tudo está cansativo e tedioso apresenta uma euforia estranha, na verdade ele era uma pessoa estranha, nesse sentido. Numa certa sexta-feira, Ricardo, ao chegar ao Centro, apresentava-se com essa euforia. Ninguém entendia nem suportava muito esse otimismo. Ao chegar, às 8 da manhã, foi passando por cada sala, por cada espaço, falando com cada um dos assistidos e funcionários. A grande maioria cochichava nos rastros de olhares ridicularizando o jovem psicólogo. Umhas poucas pessoas se compadeciam de sua ingênua positividade e respondiam com sorrisos entreabertos. Poucos sabiam que aquele funcionamento era uma antecipação à angústia, era a forma de Ricardo criar sua própria alegoria e se entorpecer com ela. No mundo do psicólogo, ele era alguém querido, seu trabalho era maravilhoso e, dessa forma, conseguia lidar com o odor fétido do lugar, o processo de piora e decadência por qual passavam grande parte dos que ali se encontravam, o sucateamento do espaço, o desinvestimento silencioso e *precarizante* que habitava

as relações na instituição. E era sexta-feira... após passar por todo o espaço fazendo uma espécie de ronda, adentrou para o centro de comando quase panóptico que era a sala central, que não era assim por o estratagema estético-político, era assim, pelo simples desinvestimento estrutural dos gestores. A escolha da sala central por parte da equipe, era apenas um rudimento de diferenciação à qual muitos funcionários se agarravam.

Após sentar em sua mesa, Ricardo abriu algum relatório monótono de atividades e começou a contar, registrar e descrever ações pobres, assépticas e inócuas que compunham o papel simples de manter os usuários de crack dentro dos muros do centro. Mas não nos esqueçamos que a droga de eleição era o crack, um psicoestimulante derivado da coca. Não nos esqueçamos que a arregimentação de *socius* em torno dessa droga em nossa tempo é de produção de uma carência estrutural de associações, ou, melhor dizendo, a carência de associações do contemporâneo tem efeitos muito cativos sobre os efeitos dessa substância.

Não passavam 30 minutos desde que Ricardo havia começado sua hipnose operacional diária e ouviram-se gritos espremidos, xingamentos agônicos, ranhuras no real do pressuposto pela normatividade vigente. Uma briga. Nosso psicólogo, levanta as orelhas como cão perdigueiro e nem ele nem ninguém sabe precisar exatamente como ele se materializa tão rápido em meio aos fluxos de arregimentação de heróis e vilões, que servem essencialmente para se autoproduzirem. Em resumo, um assistido acusava o outro de ter roubado sua toalha enquanto esse tomava banho. A simples desavença havia se tornado uma tormenta e os dois se engalfinhavam em socos, puxões e pontapés. Os assistidos começaram a se separaram em dois grandes grupos cada um de um lado e, de repente, a briga era generalizada. Cadeiras eram arremessadas, um mar de restos de roupas, toalhas, pedaços de coisas que já foram outras coisas e poderiam se tornar outras coisas voavam no interior da amálgama de pedaços de ruas e dos dias de fúria e sobrevivência. Ricardo muito prontamente entrou no meio como quem mergulha em um mar gelado de cueca. Distribuiu alguns safanões, gritou algumas vezes e quase que magicamente, apartou o problema. Por um momento, forma-se um círculo em que no meio está apenas Ricardo com um dos assistidos no braço e todos olham atônito para o psicólogo.

O que se segue é aquele silêncio sorrateiro pós-confusão e todos vão saindo olhando para o lado, como se não fossem com eles e logo vai tudo se acalmando.

Enquanto todos saíam, Ricardo olhou em volta para averiguar o estado do espaço. Cadeiras quebradas; restos de roupas que eram os restos de afetos em impossibilidade nas ruas; pontas de coisas que já foram coisas, viraram chuços, voltaram a ser pontas; muita poeira; suor; inobservâncias; e em meio a isso tudo, uma mesa jazia intacta e um monte de cartas se espalhavam a sua volta e apenas uma carta dormia virada, plácida, sobre a mesa. Aquela imagem pequena chamara a atenção de Ricardo, que andou pesado até esse encontro. Ao chegar próximo à mesa, percebeu que se tratava daqueles baralhos baratos de rodoviária em que na parte de traz havia uma imagem com a palavra *Peace*. Julgou no mínimo interessante. Pegou a carta em sua mão e qual não foi a sua surpresa ao virar e perceber que se tratava de um coringa. No momento pensou de forma pachorrentamente *Jhonlenica* - *A paz é o coringa... O coringa é a Paz. Um coringa é a paz... A Paz é um coringa... Como transformar um coringa em paz...* e foi inundado por uma profusão de formulações, as quais ele sentia que eram muito bregas, mas que portavam alguma conjunto de ideias-matéria como uma constelação. Apesar disso tudo, pensava muito que na cultura do tráfico coringa era aquele que matava policiais.

Naquele dia, Ricardo não conseguiu manter o tônus psicomotor estilo auto-ajuda-veja-o-lado-bom-da-vida. Tudo parecia estar dissonantemente fora do lugar. Sentia que a realidade estava querendo lhe dizer algo, ou que tinha algo que podia trazer alguma imagem naquela contração de acontecimentos. Guardou aquele coringa como quem guarda um pedaço do tempo, sentia ali um lampejo.

Naquele mesmo dia, à noite, resolveu entrar em contato com uma amiga que era adepta de esoterismos e coisas desse tipo. Com muito cuidado e certa desconfiança, perguntou do que se tratava a carta coringa para ela.

Sua amiga, empolgadíssima com o fato de Ricardo, seu amigo talvez mais cético e ateu ter lhe convocado a falar disso, imbuíu-se de toda autoridade milenar do saber das cartas e disparou:

- O coringa, também conhecido como louco, é a primeira e última carta do Tarô. É a carta zero a carta sem número. Todo o Tarô é a história das andanças do louco. Andarilho desavisado e apaixonado. Ingênuo, mas perspicaz. Corajoso, por inércia, ele é a imagem da disponibilidade. O louco é a carta da andança, da desordem, da mudança, da transformação, da inconsciência, é a queda das limitações, é a passagem dos perímetros.

No Tarô de Marselha, o coringa está vestido como os antigos bobos da corte. As calças rasgadas deixam exposta parte de sua perna, há um animal mordendo essa parte exposta, mas o louco não se importa e olha adiante sem temer perigo e carrega nos ombros uma trouxa de roupas. O louco é abandono de si para reencontrar-se no outro. Mas... de que se trata Ricardo? Perguntou a afoita amiga.

- Nada não, só curiosidade mesmo, respondeu reticente Ricardo.

Sinceramente, Ricardo havia achado todo aquele papo muito “qualquer coisa”. Tinha entendido pouca coisa e o pouco que entendia era que a carta coringa entendia pouco das coisas. Meio entediado com toda aquela coisa, procurou fazer “algo produtivo” e voltou-se para um estudo que fazia sobre drogadicção. Enquanto pesquisava estudos ao longo do século XX sobre drogas, chegou às pesquisas de Bruce K. Alexander e seu *Rat Park*²⁴. Ficou impressionado com a pesquisa. Parecia

²⁴ *Rat Park* (Alexander, 1981) foi o nome popular dado a um importante experimento no campo do uso de drogas. Na década de 1970, o psicólogo americano Bruce K. Alexander estranhou algo nos experimentos sobre adicção. Utilizando cobaias ratos, os cientistas daquela época mantinham os sujeitos (ratos albinos) em privação em caixas padronizadas (geralmente com dimensões de 18 cm x 25 cm x 18 cm). Os ratos tinham dutos de autoinjeção cirurgicamente acoplados a seu corpo. Depois de treinados a se autoadministrarem, era colocado uma mistura de água com morfina e outro apenas com água. O que os pesquisadores viam era que uma quantidade imensa de ratos tornavam-se viciados e chegavam a preferir morfina a alimentos, padecendo nesse processo. Bruce Alexander, em contato com esses experimentos, questionou-se – Nesse nível de incomodo será que eu mesmo não me tornaria um viciado em morfina? Seguindo a linha desse questionamento, o psicólogo construiu outra forma de experimento. Ele criou ao lado de um grupo de caixas iguais as usadas, um espaço de 8,8 m², o que era cerca 200 vezes maior do que as caixas padronizadas. Nesse espaço, havia inúmeros objetos com os quais os ratos podiam se entreter além de ratos machos e fêmeas, ao passo que, nas gaiolas, os ratos eram mantidos em caixas separadas. Eram dados duas possibilidades em reservatórios com morfina e com água pura. O consumo e adicção dos ratos nas gaiolas foi 19 vezes maior do que os ratos no *Rat Park*. Inclusive em algumas variações do experimento, como tornar os ratos viciados e depois soltá-los no *Rat Park*, foi possível observar que os ratos no espaço aberto e com possibilidades de ações coletivas, evitavam a morfina. Lembrando que na época, assim com hoje, o vício de morfina, assim como outros opiáceos, é considerado o mais severo e quimicamente determinado. De um modo geral, porém, os ratos no *Rat Park* evitavam a morfina. Em um artigo publicado em 2001, Alexander (2001), relaciona a dependência química nos seres humanos à precariedade de nossas relações no paradigma do livre mercado. Usando o conceito de “integração social” de Erik Erikson, que seria, a grosso modo, a forma como nós seres humanos nos desenvolvemos satisfatoriamente quando sintonizamos desenvolvimento pessoal e social, Alexander (2001) articula a ideia de “dislocation” para falar de como estamos frágeis e sem possibilidades dessa dupla interação entre individual e social. Para o autor, essa falta de conexão é a própria matéria de onde emerge a dependência química. Integração social seria o ímpeto de florescermos como indivíduos e grupos, ou seja, mantendo nossa pulso primordial como seres humanos de criar associações e são estas que fazem a vida

algo genialmente simples, mas genialmente forte. Por um momento olhou para as cidades e as imaginou como laboratórios com inúmeras pequenas gaiolas e as pessoas com cateteres acoplados em seus corpos. Mas algo dentro dele resistia a fechar essa imagem, por dois motivos. Primeiro, não conseguia ver de forma tão fechado o ser humano individual e o ser humano coletivo, sentia que tudo era uma coisa só e ao mesmo tempo; segundo, apesar de trágica a visão do ser humano moderno e como um ser extremamente individualismo, preferia acreditar que algo fugia a essa imagem. Pensou em um ser sozinho em uma ilha. Pensou na possibilidade de associação como um desejo. Pensou, pensou, pensou até não ter mais onde e como pensar.

Naquela noite dormiu pensando, sonhou e acordou em outro. Ao acordar, nada parecia tão como antes. Ao chegar ao trabalho sentira que não conseguiria simplesmente passar por tudo do mesmo jeito, mas, para não perder o costume, foi fazer a sua ronda pelo espaço. Diferentemente, não falou de primeira, sentiu-se disponível, tragicamente disponível. Na primeira parada, encostou num grupo de três assistidos que conversavam sobre a infância na Bahia. Se assustou em perceber uma história, com figuras humanas, com dilemas, caminhos. Num dado momento, um dos assistidos disse que só tinha louco naquele centro, mas que na loucura eles se entendiam. “Somos todos esquecidos, há tanto tempo que nós mesmo nos esquecemos” falou outro assistido.

Ricardo ficou mais tempo que o normal, não estava feliz nem triste. Sentiu disponibilidade. Mais ao fundo um grupo de assistidos jogava dominó, gritavam animados. Ricardo parou ao lado e sentiu o tempo deles. Num certo momento, o chamaram para jogar. O psicólogo olhou a situação, não entendeu muito, mas sentou para jogar com os assistidos. Em meio as conversas, descobriu vontades, ficou sabendo de amores, de despedidas, de motivos. Sentado na cadeira jogando dominó, viu a uma distância de 100 metros um grupos de assistidos fazendo uma disputa de rimas. Lembrou-se de que essa era uma brincadeira que gostava de fazer com seu irmão quando criança e aos poucos foi se aproximando. Ao chegar perto,

suportável. “Dislocation” seria uma carência dessa capacidade, ou dessa possibilidade. Ela pode advir de um contexto de violência, desastres naturais, confinamento, mas pode também ser sistematicamente provocada, como é o caso da sociedade de livre-comércio (Alexander, 2001). Segundo Alexander (2001, p. 04) – “Universal dislocation is endemic in free market society”.

esperou uma deixa e entrou rimando junto com os rapazes, ao final foi ovacionado. Muitos o cumprimentavam com um olhar genuinamente curioso, era um encontro de encontros. Era um encontro de possibilidades há muito impedidas por um véu invisível de institucionalidades caducas, cadavéricas. Ao passar por esses grupos e chegar de volta a frente da entrada do *panóptico* precário, parou e respirou. A imagem do caminho do coringa, do caminho louco voltava sem parar em sua cabeça. Ao mesmo tempo, sentia que havia estórias, muitas estórias que jaziam silenciosas sobre o discurso de que a droga era um mal em si, e começava a pensar articulações da leitura do Bruce Alexander. Sentiu que, mesmo em precariedade, mesmo em “dislocation”, poderia haver agentes provocadores de um ímpeto associativo para além da necessidade de existência de coisas, ou pessoas para direcionar esse ímpeto. Parou pra pensar que muitos daqueles assistidos estavam ou sob efeito de drogas ilícitas ou de ressaca, mas mesmo assim a vida pulsava, havia vida, vida é *haver*. Sentiu que poderia ser um catalisador. Queria dar vazão aquilo, queria propor coisas.

A primeira ação logo ao entrar na sala central foi correr até os colegas e propor uma oficina de música. Com um olhar desdenhoso, disse o coordenador – “Fique à vontade”. Sentia na fala dele uma aposta no desinvestimento tácito que pairava no espaço, mas dentro de Ricardo ainda havia forte aquele Ricardo superpositivo e resolveu que tocaria o projeto ele mesmo. Preparou um cartaz com um chamamento para o primeiro encontro e pregou na parede externa da sala. Foi até a sala do oficinairo de música. A cena era no mínimo emblemática. O oficinairo no centro, muito bem intencionado, com uma aparelhagem toda montada, parecia se confundir com as caixas, módulos e computador. A sua frente um senhor completamente bêbado falava coisas meio sem sentido e cantava pedaços desconstruídos de músicas. Ricardo chamou o oficinairo e fez a proposta todo empolgado, este, por sua vez, não disse nem que sim nem que não, apenas colocou à disposição a aparelhagem.

Passado dois dias, chegara então data de realização do primeiro encontro da oficina. As salas todas tinham as portas para um pátio comum então era comum que houvesse um certo fluxo de entrada e saída nas salas. A oficina estava marcada para às 9 horas da manhã. Inicialmente, apareceram apenas os três assistidos do dia em que Ricardo havia tido a ideia. Meio desconfiados, entraram pela porta, olharam em volta e sentaram nas cadeiras. Ricardo se sentia estranho, sentia-se

ligeiramente fracassado, algo parecia afirmar aquele distanciamento. Para “melhorar” os três rapazes davam indícios de que estavam sob forte efeito de crack. Os olhos esbugalhados, o olhar e gestos desconfiados. Pouco falavam e olhavam de forma paranoica para os cantos da sala. Ricardo que sentira vindo com “a grande solução” via-se de encontro com o pequena infinita realidade. Sem saber muito o que fazer, resolveu que repetiria a mesma coisa do primeiro encontro só que dessa vez com uma batida alta, com som, com recurso. Pediu para que o colega oficinairo soltasse os *Beats* e então começaram os dois a rimar, aos poucos os rapazes se aproximaram e muito rapidamente todos estavam revezando o microfone. Eles riam, abraçavam-se, curtiam. Olhavam-se nos olhos. Impressionantemente, todos aqueles gestos, todas as formas de agir e de se movimentar anteriores, as quais indicam, à luz de uma neurociência mais dura, que os garotos estavam respondendo fisiologicamente ao crack, muito rapidamente deram lugar a um conjunto completamente diferente de gestos e ações, que também agenciavam outras fisiologias, demonstrando a interação dinâmica entre vidas, pessoas, corpos, artes, palavras, afetos, desejos, carinhos, enfrentamentos, fluídos, vontades, crenças. Ao final, todos riam alto e se abraçavam numa catarse coletiva e, ao olharem para porta, viam alguns assistidos assistindo.

Os encontros eram semanais e aos poucos a sala começou a ficar cada vez mais lotada, desenvolveram o projeto de fazer uma música do Centro. Interessantemente, os dois assistidos que tomaram a frente junto com Ricardo e o oficinairo eram desafetos mortais nas ruas. Os dois já haviam brigado de forma brutal e agora se colocavam como lideranças, por conta do talento como cantores e rimadores. Se isso reduziu o consumo de crack? Ricardo nunca soube, talvez isso não fosse uma questão. Se isso promoveu uma nova sociabilidade e associações, isso Ricardo não tinha dúvida. Outro ponto que Ricardo não tinha dúvida era que o espaço da oficina de música também era terapêutico numa acepção mais ampla. A feitura das estrofes da música costumava condensar conflitos, contrair análises, movimentava afetos.

E Ricardo também não era mais o mesmo. O caminho do coringa era o caminho de sua passagem também por reformulações a respeito da questão da droga. Sentiu em seu corpo a distância entre ter uma vida precária e usar drogas. Lembrou que muito de seus amigos de equipe também usavam drogas, seja lícitas ou ilícitas.

A oficina corria muito bem, para os gestores era um duplo ganho, ao mesmo tempo em que ocupavam o tempo dos assistidos, havia a possibilidade de criação de produção a ser usada como marketing político. Para os assistidos era uma associação, uma filiação que não perguntava se eles tinham usado drogas. Para Ricardo era uma expressão de si, era um encontro de si no entre, assim como o era para muitos assistidos que participavam dos encontros.

Há, porém, a tragicidade da vida, sempre. Na verdade, tudo vinha sendo trágico até o momento. Ricardo estava completamente ansioso para o novo encontro em que fechariam a música e já falavam em gravar a música em apresentá-la. Ao chegar naquela manhã silenciosa, sentiu falta dos dois rapazes, na verdade sentira falta de muitos dos que participavam da oficina. Cumpriu, porém, o que te convocava. Às 8:30 preparou a sala e sentou para esperar a chegada dos assistidos. Às 9 horas ninguém aparecera. 9:30 ninguém. 10 horas ninguém. Ricardo olhou para o colega oficineiro e, sentindo o peso de três terras sobre sua cabeça, levantou pesado e saiu em direção ao *panóptico* precário. Chegando a sala, lembrou que uma das incumbências de seu trabalho era o acompanhamento, em conjunto com a assistente social, do fluxo sócio-comunitário dos assistidos. Chamou a colega e pediu que ela o ajudasse na busca pelos dois rapazes que eram os “líderes” da oficina. A amiga assistente social sentou ao telefone e começou a ligar para todos os serviços e contatos que conhecia. 15 minutos depois já tinha uma versão. Na noite anterior, durante uma abordagem policial num lugar onde dormiam muitas pessoas em situação de rua, entre os quais estavam os dois rapazes, muitos assistidos foram presos por portarem pequenas quantidades de drogas e um dos rapazes havia sido preso e o outro fugira e ninguém tinha notícias. Ricardo sentiu um misto de raiva, dor, tristeza, mas ao fim lembrou-se de Bruce Alexander e viu as cadeias como grandes gaiolas de 18 x 25 cm.

Aturdido pela notícia, sentou-se em uma cadeira e se pôs a pensar sobre como iria manter o projeto da música do Centro. Antes que pudesse formular algo mais claro sobre o que fazer, apenas ouviu a voz de seu coordenador:

- Ricardo, lembre-se de que hoje você está no acolhimento.

Uma vez por semana, um dos profissionais ficava no portão fazendo acolhimento de casos novos, bem como possíveis mediações. Aquele portão era um território específico. Muitos dos conflitos lá começavam. Havia pessoas implorando para entrar e outras implorando para sair. Havia regras expressas para que os que

entrassem não pudessem sair e regras específicas de quem poderia ser atendido no programa. Ricardo caminhou pesado até a cadeirinha que ficava logo atrás do portão. Sentou-se e com ele sentaram-se galáxias em declínio, era um buraco negro.

Não se passaram 30 minutos em que lá estava, quando aparece cambaleante à porta um negro alto, com traços fortes, olhos grandes e atentos. Apesar disso, o rapaz tinha o andar trôpego e os olhos de mar semicerrados de quem sente a iminência do colapso, mas na queda aproveita a viagem. E chamou:

- Bom dia Senhor, posso ter um pouco de sua atenção, disse dirigindo-se a Ricardo.

O psicólogo levantou-se e caminhou calmo até o rapaz. Este, por sua vez, contou que viera da Bahia por conta de uma garota. Ao chegar ao Espírito Santo, tivera alguns dias de muito amor, mas, após quinze dias, a moça o largara e isso havia ocorrido há dois dias. Desde então estava na rua bebendo e usando tudo que fosse possível. Solicitava entrar para comer algo e tomar banho. Ricardo muito prontamente respondeu que se tratava de um espaço para tratamento de usuários de Drogas e que se restringia para moradores do município. Ouvindo isso, respondeu o solicitante:

- Há três dias sou usuário de drogas, há quinze dias meu coração é dessa cidade, há quem viva 80 anos na terra e nunca ama, há quem viva 80 anos na terra e não experimente a loucura um dia se quer. Realmente não quero me tratar, ou vocês conseguem tratar o amor? Quero comer algo e tomar um banho e me reconstituir para pensar o que fazer a partir de agora, é possível?

Ricardo foi pego de surpresa. Pensou sobre si mesmo e sua vida protocolar. Divagou sobre inúmeras pessoas. Um turbilhão de pensamentos em torvelinhos misturava coringa, Alexander, oficina de música, acolhimento, direitos humanos, vida, valores, amor, drogas, crack, loucura, município. Enquanto se esvaia absorto em pensamentos, nosso simpático amante de coração partido olhava para Ricardo, pensando – *você poderia só me responder.*

Ricardo, percebendo no susto o rosto do rapaz, resolveu não tergiversar a respeito do amor e logo se antecipou:

- Vamos rapaz, entre, conversamos depois.

Após isso o dia correu sereno, o dia correu manso, dando o tempo do tédio para que Ricardo ruminasse os fragmentos daquele dia, tentando elaborar

fragmentos de uma perspectiva. Por volta das 16:30, fechou o plantão de acolhimento e voltou para o panóptico precário. Ao chegar na sala, encontrou um outro amigo psicólogo sentado concentrado em um relatório. Sentou-se ao lado dele e ali ficou ouvindo os barulhos da teclas, percebendo a respiração do colega, tentando pensar em consonância para buscar a dissonância. Passado alguns minutos e após inúmeras olhadelas, perguntou o amigo:

- Tudo Bem Ricardo?

- Mais ou menos, respondeu.

- O que ocorreu? Perguntou o amigo soltando tedioso o teclado, incomodado com a interrupção e devotando pouco ou quase nenhuma atenção real.

- Estou me sentindo num dilema entre imergir na relação com os assistidos, mas ao mesmo tempo me diferenciar. Às vezes sinto que me misturo demais, às vezes sinto que sou muito distante. Tenho uma tendência a me misturar, mas sinto que isso pode ser um problema às vezes. Estou confuso. Estou triste, porque os rapazes da minha oficina ou foram presos ou estão fugindo. Quanto mais estudo sobre drogas, sinto que cada vez menos sei. Quanto mais sei, parece que mais duvido dos estudos. Quando mais vejo, mais percebo que precisa de mais estudo. Num sei.... Num sei...

Se defrontando com tamanha carga emocional, o amigo de Ricardo não conseguiu permanecer na distância anterior. Sentiu que aquelas também eram questões para ele. E numa tentativa de elaborar, disse muito oportunamente:

- Ricardo, mesmo que não queiramos nosso contato é sempre investido. Temos um local institucional. Isso pode ser uma ajuda para você diferenciar-se, mas ainda estar imerso. Para eles você é um para cada um, para você, é você com todos que você atende. Toma cuidado e lembra – ainda é trabalho.

Ricardo ouviu atento e sentiu um ligeiro conforto. Despediu-se de todos e partiu para sua casa. Ao chegar não demorou muito a desmoronar de sono, o corpo de Ricardo pedia a alegoria. Nessa noite teve um sonho estranho, que o fez acordar aos sustos. No sonho, estava Ricardo dormindo em sua própria cama e começavam vozes cada vez mais forte e em maior número. Não conseguia abrir os olhos, mas ouvia muitas vozes. Aquele turbilhão de sussurros, falas, sorrisos o incomodava, pois não conseguia abrir os olhos. Quando enfim, no sonho, conseguia abrir os olhos, estavam ao lado de sua cama no seu quarto todos os assistidos do centro e todos tentavam falar ao mesmo tempo, o que causava uma sensação agônica e

assustadora. Aos poucos as vozes foram se sintonizando como se afinassem uma orquestra de mil desejos e, enfim, disseram em uníssono numa altura ensurdecadora – Levanta-te e anda, você tem um trabalho a fazer.

Ricardo levantou assustado e soltou um grito gutural. Logo após, chorou como índia que dá a luz no rio e vê o curso das águas levar sua cria. Chorou lágrimas mordazes de quem passa saber de supetão para onde levam seus pés. E repetia – eu não consigo, eu não consigo, eu não consigo, eu não consigo...Chorou até dormir, como criança. Dessa vez, dormira sem sonhos.

No outro dia, acordou pesado. Lembrava-se do sonho, mas não se lembrava do momento acordado. Tinha apenas a sensação trágica de um movimento em direção a um luto que ele nunca realizara. Era o luto da verdade. Levantou-se e seguiu a sua marcha funesta em direção ao fatídico Centro de Acolhimento para Usuários de Drogas Irmã Zuleide. Ao chegar, não fez a rotineira ronda pelas salas, apenas adentrou direto na sala Central da Equipe. Sentou-se em sua mesa e ali apenas permaneceu, equacionando suspiros, respirando um tempo qualquer entre o ocorrido e o porvir.

Não havia passado trinta minutos, ouviram-se gritos no pátio posterior. Diferentemente de outrora, Ricardo nem se mexeu. As pessoas da sala olhavam para ele esperando, talvez, alguma reação. Ricardo simplesmente sentiu que não era com ele. Até o momento em que entre pela porta um dos educadores dizendo – “Ricardo, mandaram chamar o psicólogo...você, no caso”.

Chamar o psicólogo, pensou Ricardo, *essa é nova*. Aproximou-se do educador e perguntou do que se tratava. O educador disse que o Rapaz o qual Ricardo havia deixado entrar estava louco lá trás dizendo que é outra pessoa, achavam que havia “baixado” algo nele. Segundo o educador, o rapaz, claramente alterado, pediu que abrissem o guarda volumes 10 minutos depois do horário estipulado para o fechamento e o educador se recusou, por ordens expressas do coordenador para fazer valer os horários. Nesse momento, o rapaz se transformou mudou de voz e passou a dizer que era outra pessoa e começou a quebrar tudo em volta. Foi nesse momento em que disseram para chamar o Psicólogo.

Um frio correu todo o corpo de Ricardo, que não sabia o que fazer com aquele chamado. Não sentia direito de fraquejar, porém. Vestiu-se do investimento institucional e marchou em direção ao rapaz. Ao longe o avistou com uma cadeira na mão. Falava uma língua estranha e com uma voz totalmente diferente. Bufava como

animal e olhava com um olhar raivoso, acuado, responsivo todos envolvidos formando um grande círculo a sua volta.

Ricardo aproximou-se, abaixou um pouco o corpo e tentou fazer contato visual. O rapaz o olhou de soslaio, mas ainda nos olhos. Nesse momento, muitos pensamentos passaram na cabeça de Ricardo, que, pela primeira vez, conseguiu pensar durante, pensar com. Pensou no evento psicótico induzido por uso de substâncias; pensou em despersonalização; pensou em Bruce Alexander e a resposta de ser acuado; pensou também em candomblé; pensou no coringa; pensou no amor que ele sentira; pensou na raiva contra a burocracia; pensou em dias seguidos usando crack e álcool; e, num dado momento, todos os pensamentos silenciaram e uma voz calma como a voz da sua terapeuta apenas sussurrou dentro de sua cabeça – *Pede licença, aproxima-se, chama para sentar e respira junto. Deixa sua respiração igual a dele que a dele ficará igual a sua. Não tenha medo.*

Ricardo assim procedeu. Pediu licença, aproximou-se do rapaz, prestou atenção na respiração dele e respirou junto. A única frase que proferiu foi – “Posso sentar aqui ao seu lado?” Aos poucos, o rapaz passou de uma respiração ofegante para uma respiração mais tranquila. Sentou-se junto com Ricardo e, aos poucos, voltou ao seu estado anterior. Esse rapaz tinha uma educação e uma singeleza linda, que não cabia nas franjas pontudas do *status quo*. Era talvez a resultante mais cruel de uma política antidrogas que fere os já feridos.

Ao sentar e após uns quinze minutos de só respiração, o rapaz explicou que aquela noite, enquanto dormia embaixo de uma marquise, foi acordado sem motivo aparente por pontapés e chutes. Ele não sabe precisar quem o fizera, só lembra de ouvir – *Sai daqui seu nóia vagabundo*. Ele não lembra quem foi, mas seu corpo lembra que o chute vestia um coturno. Depois disso, passou a noite em claro e só dormiu pela manhã, sentindo o resguardo dos olhares do dia. Por esse motivo se atrasara.

Ricardo pegou o rapaz pelo braço e, fazendo uso do investimento em jogo, ordenou que abrissem a sala de guarda volumes para que o rapaz guardasse uma bolsinha de pano onde guardava uma muda de roupa, seus documentos e a foto de uma bonita moça.

* * *

Após o incidente Ricardo voltou andando lentamente em direção a Sala Central da equipe, porém ao chegar não entrou. Sentou-se em uma cadeira logo ao lado da porta. Nessa cadeira conseguia ver a rua pela grade. Ficou ali tomando goles de tempo. Os pensamentos se formavam em linhas concêntricas que se perdiam no lugar onde se formavam. Não tinha medo, nem tristeza, nem dor, nem felicidade. Começava a ter-se. Ter-se no sentido de estar ali. De ser um ser-ali.

Algo chamou logo a atenção de Ricardo. Lá do outro lado da rua, avistou um dos rapazes da oficina de música. Ele vinha com a expressão de cansado, mancava. Tinha o rosto franzido de dor. Era a mácula na pele da cidade. Passou pela porta de entrada e andou cambaleante em direção a Ricardo, que aturdido não ousou levantar. Ao chegar bem a frente do Psicólogo, disse o rapaz:

- E aí professor, voltei. Você não esqueceu de nossa música não né? Pensei em várias paradas para a música e tô aqui de volta.

- Não! Não esqueci e você não sabe como é uma imagem maravilhosa te ver *muleque*, respondeu emocionado Ricardo.

- Nós é casca né Professor.

- Mas posso te perguntar uma coisa que sempre tive vontade? Vocês brigavam tanto e eu sempre entrei em todas as brigas me jogando no meio de vocês. Por que vocês nunca encostaram um dedo em mim? Perguntou afoito Ricardo.

- Professor, você é daqueles que se mistura. Mas nós sabe quem é você. Todo mundo sabe quem é você, o que faz de você um cara ainda mais especial. Você não desiste de nós... Você se mistura, mas continua sendo o professor. É como se fosse um salva-vidas. E o Sr. Faz isso num mundo onde todo mundo quer ferrar nós.

Naquele momento, Ricardo percebeu um pouco mais sobre seu trabalho. Percebeu um pouco mais sobre como fazemos conexões. Naquele momento, percebeu um pouco mais sobre os corolários catastróficos da guerra às drogas. Naquele momento, sentiu-se parando de repetir um fetiche de realidade bonitinha, para se encontrar com um corpo que insiste. Sem muito a dizer, apenas falou:

- Obrigado, Amadeu.

3.2 Minha casa na rua ou uma rua na minha casa.

Dejanira era uma assistente social aguerrida. Havia efetivamente escolhido a profissão como forma de dedicar sua vida a transformar a realidade, modificar o mundo onde vive. Muito rapidamente, formou-se e foi trabalhar em um CREAS (Centro de Referência Especializado em Assistência Social) de seu município.

Muito rapidamente, passou a se encarregar de todos os casos mais severos. Não raro, casos de dependência química. De forte referencial materialista histórico, Dejanira tinha forte convicção de que os problemas da realidade social eram referentes basicamente as questões materiais e a luta que valia à pena era aquela que ampliasse condições materiais de vida e resistência para os oprimidos. Nesse campo, considerava a droga um empecilho à emancipação humana, na medida em que cegava a consciência do sujeito e o deixava mais suscetível ao controle do capital.

Eis que em uma segunda-feira chuvosa, enquanto tomava seu cafezinho na cozinha do CREAS, Dejanira ouviu gritos masculinos na recepção. Muito rapidamente, largou seu lacônico café e se dirigiu à recepção. Ao chegar lá, viu um homem alto, careca, claramente transtornado gritando – *É meu direito, É meu direito, É meu direito*. Dejanira encheu-se de certa autoridade, foi até aquele homem e parou em sua frente, com uma audácia que nenhum de seus colegas tiveram. Uma vez nessa posição, disse – *acalma-se senhor*. A fala firme, calma e certa entrou como um carinho de mãe cortando unha do pé ou penteando nosso cabelo. Mais calmo, o homem sentou-se numa cadeira, vencido.

- Qual o seu nome senhor? Perguntou Dejanira.

- Irineu senhora, Irineu, respondeu chorando.

Seu Irineu explicara que aos 07 anos de idade sua mãe morreu vítima de uma bala perdida em uma ação de entrada da polícia no morro e que, desde os 15 anos, vivia na rua. Após ouvir a história de Irineu, solicitou que o mesmo entrasse para atendimento em sua sala.

Até hoje não se sabe se a bala que matou a mãe de Irineu veio da polícia ou do tráfico. Irineu até hoje não sabe de qual lado samba. Nunca conhecera seu pai. Após a morte de sua mãe, passou a pular de abrigo em abrigo. Portava uma tristeza ressecada e um ódio que nunca soubera de onde vinha e como canalizar. Era

constantemente transferido de instituição e com cerca de 15 anos optou pela rua como moradia. Entre a frieza da institucionalidade e as sombras da rua, optava por esquecer-se de quem era nas ruas. Em alguns momentos, sentia falta da voz de sua mãe, sentia falta de não sentir medo de esquecer-se da voz de sua mãe. Havia esquecido do rosto e da voz de sua mãe, mas à vezes lembrava do sentimento mãe por um rastro de coisa, um cheiro, um som, um local. Quando se esforçava para se colocar no momento em que a mãe levou os tiros a fim de tentar lembrar, sentia a anestesia dos sentidos que sentiu na hora do acontecimento, um silêncio armado, um silêncio que portava potencial de dor e logo as lembranças o carregam para um turbilhão de sons, vozes, cores, que são tudo, menos sua mãe. São a cor da fuga, a cor da agonia. Aos 15 anos, já habitando as ruas, conheceu os inalantes, em especial Benzina e Cola. Toda vez que usava essas drogas sentia uma espécie de anestesia dos sentidos seguida de um zumbido forte no ouvido que era algo muito similar às sensações das lembranças do momento da morte de sua mãe. Era estranhamente confortante, não muito prazeroso, estranhamente familiar, temporalmente gorduroso. A sensação dos inalantes era como voltar para esse momento não sua mãe, mas contíguo à morte de sua mãe. Hoje com 35 anos, Irineu havia desenvolvido um uso regular de Crack, porém sempre associado ao álcool que era a droga primeira. Naquela fatídica manhã em que chegara ao CREAS, descobrira que haveria um programa de disponibilização de auxílio aluguel para moradores de rua que mostrassem “interesse em tratar a dependência química” e era esse direito que fazia questão o intrépido Irineu. Pra ser sincero ninguém tinha dito a ele que não seria possível, apenas solicitaram que ele esperasse um pouco.

Na sala, Dejanira colheu maiores detalhes da história de Irineu. Sentiu-se tocada e fez o compromisso expresso com Irineu de conseguir benefício, mas ele sairia dali com um encaminhamento para tratamento e ela esperava semana que vem com a comprovação de que havia começado. Irineu achou estranho aquele tipo de amarração, algo como – *estão querendo me convencer de uma coisa que eu deveria achar bom, mas tudo bem*. Irineu era muitas coisas, menos bobo.

De fato, Irineu foi até o Centro de Atendimento. De característica ambulatorial, o centro ofertava atendimentos com médicos, psicólogos e assistentes sociais. O tempo em que ficou sendo atendido naquela terça-feira se sentiu muito bem. Pegou ansiolíticos com o psiquiatra, participou de grupo motivacional com o psicólogo, fez pactuações com assistente social. Sentiu-se acolhido. Ao findar o dia, ao sair pela

porta do centro, olhou para trás a porta fechada e olhou para frente a rua aberta de sempre. Sentiu um frio na barriga e um estranhamento. Mas seguiu sua rotina de buscar um local seguro para dormir, antes disso, porém, passou numa vendinha e resolveu que tomaria o remédio que o psiquiatra havia prescrito, chamava Clonazepan. Nunca tinha tomado algo parecido e pensou – *como é que isso funciona? Sei lá... deve ser remédio como outro qualquer...* Eram 18 horas. Irineu pegou logo dois comprimidos, pois ele queria parar de usar droga, se aquele remédio ia ajudar, melhor tomar logo dois. Tomou e ainda bebeu uma dose da *pinguinha* de lei, afinal o problema eram as “drogas”.

Não passaram 30 minutos e Irineu mal conseguia andar. Sentia-se arrastando um continente. Os movimentos eram lentos como um elefante chapado. Sentindo ser em vão aquele esforço e sem mais no que se segurar, sentou-se onde estava e desmaiou sobre sua sacola de metades de história e ferramentas de ocasião.

Irineu foi acordado como paralelepípedo pisoteado durante anos pelos passos da cidade. Aos poucos foi acordando e sentindo-se como o chão frio e sujo das primeiras cidades da humanidade. Mas levantou-se. Num primeiro momento cambaleou, num segundo xingou até a última geração dos profissionais daquele Centro. Sentia dentro de si - *tá tudo errado, tá tudo errado*. Mas tinha um tesouro - a declaração de que tinha ido ao Centro.

O processo de liberação do benefício durou três meses. Dejanira lutou bastante para conseguir. Todos desconfiavam de Irineu, ela mesma desconfiava de Irineu, mas lutava aguerridamente por aquela “condição material de emancipação”. Irineu, de sua parte, vestiu a bela carapaça de “sim senhor, não senhor” nos encontros do Centro. Não reduziu nem um pouco o uso. Na verdade, o uso de crack e quaisquer outras drogas nunca fora lá tão alto.

Tudo conformadamente protocolar. Chegado o dia fatídico de entrega da carta de crédito para apresentar ao proprietário de um possível aluguel de imóvel, Dejanira avisou – “olha, daqui a dois meses faremos uma visita ao local onde você for morar, ok?!” Irineu, emocionado, agradeceu muito ao trabalho de Dejanira e disse que ela podia ficar tranquila que dali em diante não usaria mais droga. Irineu realmente se sentiu tocado naquele momento e decidira que a partir do momento em que tivesse uma casa nunca mais em hipótese alguma usaria drogas. Saiu energizado, feliz, contente. Sentindo que alguém lutara por ele.

Passaram-se os dois meses. O trabalho de Dejanira foi inclusive reconhecido como um belo trabalho em prol da recuperação de Irineu. A assessoria de comunicação da prefeitura se preparava para fazer uma matéria sobre o caso em questão. As equipes de abordagem de rua anunciavam que Irineu não era mais visto nas ruas. Na manhã da visita, Dejanira acordou radiante. Ao chegar no CREAS, pegou a colega psicóloga e, logo cedo, saíram para realizar a visita programada.

Ao chegarem em frente a casa indicada no cadastro da prefeitura, chamava atenção a qualidade da construção. Com acabamento novo, pintura bem feita, realmente destoava com a imagem que Dejanira esperava encontrar. Tocou a campainha e esperou. Passado alguns segundos aparece na janela Irineu, com cara de recém-acordado.

- Acordando agora *Cumpadi*? Gritou espirituosa, Dejanira.

- Não *cumadi*, *tava* deitado só esperando o dia chegar. Num sabia que vocês vinham hoje, vou só me trocar.

Ao entrar, continuou impressionada Dejanira. Era uma casa de dois quartos, dois banheiros, com acabamento de ótima qualidade. A sala era espaçosa e confortável. Havia rebaixamento de gesso. Da sala, porém, algo chamou atenção nos quartos – um deles estava vazio e o outro havia apenas no centro um amontoado de panos e colchões. Irineu foi muito receptivo e carinhoso com a dupla de técnicos.

Pararam na sala e conversaram sobre a vida. Irineu falou que estava procurando trabalho, mas que estava dando para se manter fazendo pequenos bicos. Após alguns minutos de conversa, Irineu perguntou se elas aceitavam um café, pois iria fazê-lo. Dejanira aceitou e seguiu Irineu em direção à cozinha. Havia um corredor entre a sala e a cozinha. Ao entrar no corredor uma imagem percorreu cada centímetro dos pensamentos de Dejanira fazendo a substância daquele sujeito assistente social se assustar - no final do corredor, Irineu havia improvisado no chão um abrigo com papelões, restos de colchões e panos. Ao lado do abrigo de rua no corredor da casa, jaziam um cachimbo e guimbas de cigarro além de uma pequena garrafa de cachaça. O Café que ele estava fazendo era numa lata sobre um fogareiro feito com lajotas bem no centro da cozinha. Aquela imagem insuflou crítica a todas as certezas de Dejanira impelindo-as a se confrontarem, e elas se rebelaram. Irineu, percebendo, disse:

- Dona Deja, o que que ocorreu a senhora *tá* com uma cara estranha?

- Nada Irineu, nada Irineu, respondeu Dejanira.

Sem conseguir elaborar aquela imagem, Dejanira encerrou de súbito a visita e apressada disse apenas a Irineu que havia se lembrado de um compromisso e que teria que sair com pressa. Percebendo que algum movimento não estava correto naquilo tudo, apressou-se Irineu em dizer:

- Dona Deja, apesar de tudo, to bem! Prefiro dormir no chão mesmo, não me acostumo com camas.

3.3 Um chá de Setting.

Roberto era um jovem estudante de medicina. No alto de seus 20 anos, gabava-se de já ter usado praticamente todas as drogas possíveis e disponíveis no Brasil. Apesar disso não havia realmente fixado desejo em nenhuma delas.

Recentemente, depois de uma temporada usando quase que diariamente a cocaína por dois meses, havia perdido completamente o interesse por essa droga. Tudo ocorreu um dia em que, cansado daquela sensação de ficar mais sóbrio causado pela cocaína, aquela sensação de ansiedade com um possível efeito melhor que nunca vinha, resolveu comprar a maior quantidade de cocaína que ele conseguisse. Comprou muita. Cerca de 20 gramas.

Passou a noite inteira cheirando aquela droga esperando o momento em que algo aconteceria. Quando acabara, a única coisa que restara era a sensação de que algo ainda ia acontecer. Daí se respondeu em mente – *É, a vida... ela que tá acontecendo*. Sentiu raiva de si, raiva da cocaína. Sentiu como se fosse uma droga psicoativa não droga psicoativa... Lembrou que inúmeras vezes usava cocaína depois de beber muito para “resetar”. Sabia muito bem que o Álcool era um depressor e cocaína um estimulante e que um antagonizava o outro. Sabia também que os estimulantes como a cocaína, reforçam as funções operativas no momento do efeito. Mas, naquele dia, sentiu que seu corpo avisou do desperdício de tempo e dinheiro que era a cocaína.

Recentemente, Roberto apenas se valia da maconha como alterador da ordinariedade de sua vida. Sentia que o caráter mais incontrolável da maconha lhe fazia bem. Algo perdurava, porém – O “vício” em nicotina. De alguma forma, o

mesmo ímpeto que o impelia a cocaína havia se condensado no cigarro e aquilo era como que uma instância intermediária entre ele e a cocaína. Roberto, porém, incomodava-se com isso. O mesmo insight em torno da questão da cocaína pairava sobre o vício de cigarro, mas não entendia porque esse insight não era capaz de desarmar a dependência por cigarro.

Certo dia, enquanto despendia uma tarde a frente da televisão fumando consecutivos cigarros, a campainha toca. Era João e Pedro. Os dois convidam Renato para ir a uma sessão de religião que faz uso do chá de Ayahuasca²⁵. Roberto era um experimentador, especialmente, um experimentador químico. Já tivera ouvido falar sobre esse chá e adorava a denominação – Medicina Ancestral – para se referir ao culto e uso do chá. Topou sem pestanejar.

Ao chegar ao local, imaginava um grande e suntuoso templo inca, cravejado de ouro e caveiras. No local, uma casa comum bem no centro da cidade. Ao entrar não reparou nada distinto. Pessoas comuns, um pouco esotéricas e ligeiramente neo-hippies, mas tranquilas. Crianças circulavam pela casa, e era *nothing, but a simple Day*. Roberto fora muito bem recebido pelo dono da casa e mestre da cerimônia. Figura alta, esguia e de olhar calmo, tinha as bochechas rosadas e um sorriso extremamente acolhedor. Sentiu-se bem e procurou um cantinho para sentar e esperar o que estava por vir.

Por volta das sete horas, uma mesa foi situada bem no meio da sala e as pessoas foram se sentando na sala em um círculo intuitivo em torno da mesa central. Foram servidos os copos numa ritualística complexa que até hoje Roberto

²⁵ Ayahuasca (que significa na língua quéchua - cipó dos espíritos) é uma bebida enteógena (ou alucinógena, ou perturbadora do sistema nervoso central) feita a partir da mistura e cozimento de duas espécies vegetais: Banisteriopsis caapi, conhecida como mariri, um cipó; e Psychotria viridis, ou chacrona, um pequeno arbusto. É largamente utilizada em rituais religiosos em vários lugares do mundo e em especial na Amazônia. Seu uso é liberado no Brasil para fins religiosos e, no momento, conta-se com três grandes grupos religiosos que fazem uso da substância – A União do Vegetal, A Barquinha e O Santo Daime. A substância ativa no chá é DMT (dimetiltryptamina), que, em contato com um IMAO (inibidor da monoaminoxidase), torna-se ativa oralmente. Os efeitos são intensos e totalmente diferentes de outras substâncias alucinógenas. Por via oral costuma começar a acontecer por volta de trinta minutos e tem seu ápice cerca de uma hora e meia depois. Algumas pessoas relatam visões, sensações de dissolução, revelações, beatitude, entre outros efeitos. O DMT é um neurotransmissor produzido no corpo humano, especula-se que na glândula pineal. Acredita-se que o DMT esteja ligado à dinâmica dos sonhos e de momentos cruciais da experiência humana como a morte.

tenta entender. Após beberem, todos se sentaram para ouvir a leitura de uns textos e umas rezas.

Até o momento corria tudo bem. Acabada as leituras, o mestre se aprumou no meio e começou a entoar uns cantos que eram uma mistura de reza, mantra, ponto, cantoria de índio. Alguma coisa mexeu dentro de Roberto. Sentia que havia uma tecnologia envolvida naquele momento. Sentiu como se a descoberta do chá, as pessoas e aquela forma de cantar eram todos parte de uma mesma ancestral operação. Sentiu outra coisa se mexendo dentro de si. Ao acabar a cantoria do mestre, levantou-se e se dirigiu para a varanda externa. Sentiu algo estranho como se não andasse os próprios passos, mas era uma sensação gostosa. Andou meio tonto até uma rede que havia na varanda e lá deitou-se. Sentia cada vez mais próximo algo se mexendo dentro de si, como uma contração. Lá dentro do sala, o mestre começara outra daquelas canções-mantras-rezas.

Nesse momento, de olhos fechados, Roberto começou a ver, em intervalos de tempos, um conjunto de imagens geométricas, mas fractais que passavam a sua frente com uma mistura de sons. De alguma forma, sentia, toda vez que essas imagens e sons passavam por ele, que estavam chamando para ir a algum lugar. Mas não havia um chamado formal. Roberto decidira que, da próxima vez, iria. Eis que o turbilhão de sons e imagens se aprumava no horizonte sempre longe do escuro dos olhos fechados. Roberto repetiu – *eu vou... eu vou...*

Por um instante foi como se entrasse em um túnel numa velocidade vertiginosa. Sentia-se como um feixe de luz. Depois percebera que não era um túnel eram os espaços entre as imagens. Eram espaços visíveis e infinitos. Todo ponto era início e fim. Sempre era possível ver o ínfimo e o todo. Não havia tempo, não havia Roberto. Era uma imagem estonteante, grandiloquente, atordoante. De repente, num movimento automático caiu de um longe sempre distante sobre seu corpo, como quem encarna um corpo numa alma. Abriu os olhos. Sentia que seu corpo não lhe pertencia. Olhou para o lado e de repente a realidade se quebrou em inúmeros pedaços ordenados. Nos intervalos entre uma realidade e outra, Roberto via multidões de sombras de pessoas e os sons a sua volta (os pássaros, trovões, pessoas, músicas, ventos) eram sussurros dessas vozes.

Apesar dessa imensidão de acontecimentos, quem de fora olhasse para Roberto nada notaria. Ele apenas apresentava um sorriso bobo enquanto pendia relaxado sobre a rede. “As contrações”, as sensações de algo mexendo dentro de

seu corpo, porém, começaram a vir de forma mais intensa. Dessa vez, porém a cada contração o corpo se contorcia um pouco. Era um misto de cólica e ânsia de vômito. Roberto respondia àquela sensação com um medo primordial, um medo sem nome de bicho que vai cair do ventre. Junto com a ânsia de vômito, surgiam imagens sombrias. Não chegavam a formar imagens completas eram apenas rastros de olhares assustadores, sons ruidosos, mãos que se movimentavam no ato de bater e junto com elas frases de forte conteúdo moral vinham completas e acertavam sua face por inteiro. Sentia vindo um Roberto que se esconde nas sombras dos atos.

As sensações ficaram cada vez mais perto umas das outras e Roberto levantou cambaleando em busca de um outro local, tentando fugir daquilo. Passou pelo salão em direção a um quarto e lá avistou uma grande cama de casal. Deitou rapidamente, pois sentia que não conseguia mais caminhar. Ao sentar, olhou para os lados e via imensas labaredas de fogo; via o quarto todo pegando fogo a sua volta e, tão rápido quanto deitara, levantou-se e, meio correndo meio cambaleando, dirigiu-se para varanda novamente e sentando-se na rede.

Roberto se sentiu parindo algo. Urrava enquanto o corpo tentava vomitar. O corpo todo contraía, mas nada saía. Então de repente, uma voz feminina, doce e afável disse atrás de atrás da orelha – *Chega de bloquear, permita*. Daí uma tormenta jorrou de dentro de Roberto. Enquanto vomitava a mesma voz dizia - *não se assuste, você está vomitando sua vaidade. Não se assuste você está vomitando a palavra presa. Não se assuste você está vomitando a palavra que aprisiona*.

Após vomitar, olhou em volta e se sentia em outro lugar. Tinha uma atenção diferente. Era como se o mundo e seus circunvoluções fractais pudessem entrar nele. Não eram mais imagens criadas - o mundo. O mundo e seus detalhes o tocava em cada parte de seu corpo. Via as formigas e as estrelas num mesmo movimento. Resolveu que voltaria até ao quarto. Chegando à mesma cama onde antes havia visto as chamas, sentiu como se algo tivesse se operado naquele momento e deitou. O instante entre estar em pé e deitado nunca acabou. Aquela decida até a posição horizontal é um instante eterno. Ao deitar fechou os olhos e tentou se concentrar.

A primeira imagem que viu foi um grande vestido vermelho que se perdia no infinito. Como um grande véu numa ponta nua, via no longe sem fim a formação de uma imagem feminina. Essa imagem, tinha todas as vozes femininas que Roberto já ouvira e ela dizia muito diretamente:

- Meu filho você quer parar de Fumar cigarro por culpa, mas a culpa o faz fumar. Pare de parar e tudo se resolve. Não decida parar decida fumar... Resolve a culpa e não a substância. Mas... vou te mostrar onde tudo começa.

Num movimento instantâneo, Roberto se tornou um bebê, o Bebê Roberto. Ele ainda sem conseguir reconhecer muito, via que estava sendo carregado no colo. De repente uma imagem formou-se completa. Roberto estava no colo de seu pai que fumava um cigarro e dizia para ele:

- Filho isso é muito ruim, nunca fume.

Roberto abriu os olhos atônito e feliz. Levantou-se e disse pra si mesmo. *Eu decido fumar*. Ele já estava há alguns dias sem fumar. Mesmo sabendo ser proibido fumar na casa, foi até a porta de traz da casa e fumou um cigarro.

Ao chegar em casa naquele dia, sentia que todos seus átomos vibravam. No outro dia resolveu retornar para o atendimento psicológico, no qual passou praticamente um ano trabalhando essencialmente esse dia. Dois meses depois, já não fumava mais nem sentia vontade. Mais do que simplesmente parar de fumar, desenvolveu outra relação com as drogas. Sentiu que algo que acontecia com ele e alimentava aquela repetição caquética condensada no uso de nicotina era uma certa construção de seu tempo. Percebeu que enquanto sentimos as drogas um problema elas são um problema. A questão deixou de ser – *não devo usar drogas* - e se tornou - *A vida tem que valer a pena ser vivida*. Desde então, nunca mais, nenhum só dia de sua vida, fez qualquer discurso contra drogas, pois isso pareceu a coisa mais idiota que um ser humano poderia fazer, inclusive se quisesse ajudar alguém a parar com as drogas.

4 Sobre limiares e Fluxos Piratas: Encerramento, transmissão e afetações.

*Nasci para administrar o à-toa
o em vão
o inútil
Pertença de fazer imagens.
Opero por semelhanças.
Retiro Semelhanças de pessoas com árvores
de pessoas com rãs
de pessoas com pedras
etc etc.
Retiro semelhanças de árvores comigo.
Não tenho habilidade com clarezas.
Preciso obter sabedoria vegetal.
(Sabedoria vegetal é receber com naturalidade uma
rã
no talo)
E quando esteja apropriado para pedra, terei também
Sabedoria mineral.*

(Manoel de Barros, 1996, p.51)

Gostaria de solicitar respeitosamente ao leitor, nesse momento, a permissão para falar sem aspas e/ou citações. Você talvez tenha percebido que existem momentos em que essas duas formas de se colocar se intercalam. Em alguns momentos faço referências, em outros, os personagens são toda referência necessária.

O leitor mais científico, num sentido bem específico do termo, pode, talvez, considerar isso um grave falta ética. Certa vez, em conversa com um colega psicólogo experimentalista, este definiu de forma majestosa a Ciência. Ele disse – *Ciência é cooperação*. Não consigo nem expressar o quanto concordo com essa afirmação. Cooperação, acrescento, inclusive com a divergência, com o dissenso.

Acontece que o procedimento para operacionalizar essa cooperação na ciência contemporânea, em alguns campo, soa-me um tanto quanto simplório. Sobre essa cooperação, diz-se que uma afirmação científica só pode ser feita se visitado antes todos os escritos que versaram sobre a temática que você estuda. Daí a necessidade imperativa das revisões sistemáticas e meta-análises. Não me oponho a essa forma de estudo, apenas me incomoda o fato de situarem essa postura frente

ao acúmulo científico como único mecanismo de substancialização da ciência como cooperação.

Penso que a cooperação na ciência talvez esteja menos ligado a uma postura estreita e definida por bloqueios ao que se diga e mais a um Ethos de abertura de questões, além da manutenção de um *approach* acadêmico de receptividade e disponibilidade tanto para as recalcitrâncias do campo quanto para as interface com as contraposições posteriores de outras produções. Direi sem aspas não para me apropriar. Talvez eu diga coisas que já disseram, talvez eu diga coisas que já li, talvez eu diga coisas que já disseram e eu não li. De onde vem essa imagem fetichizada do Cientista dono de tudo que já foi dito, que leu tudo? Esse fetiche de totalidade acaba por reafirmar o preconceito de que cientistas não fazem nada então devem trabalhar, trabalhar muito.

Falarei sem aspas para que os rastros de quem eu sou compareçam e a cooperação esteja na aposta de que se escreve um texto que abre pro diálogo, acolhendo as convergências e divergências. Cooperação, pois acredita que essa maquinaria abstrata fantástica que é civilização não carece de mecanismos de recursividade chula que a ensine como é que ela produz sociabilidade. Ou seja, sempre falamos de algum lugar. Não somos donos de nada, apenas pontos de emergência do tecido histórico e a escrita que se faz sobre um mar de citações é justamente o oposto a essa tendência de produção por configuração sempre coletiva.

Escrevo agora sem aspas nem citações na posição de quem escreve a dissertação, não para ser dono, mas para permitir que algo se encarne sem a necessidade de abrir cinquenta artigos e ficar procurando quem disse o que. Afinal quem diz o quê?

Retornando, porém, aos assuntos que permeiam essa dissertação. Um leitor mais ávido por organizações e sistematizações pode talvez ter sentido falta de uma concatenação lógica do fluxo argumentativo. Apesar de, realmente, não apresentar um encadeamento linear e cronologicamente esquadrihado, é possível perceber uma tese, objeto, método e análise. Eles só não estão definidos e separados como se fazem em manuais. Em nome de um respeito ao *Fati* da escrita, essas coisas estão todas amalgamadas e se confundem como momentos de um olhar. A questão da experiência e sua característica de passagem, de travessia, de intensividade, também atravessa o método que passa assumir uma forma descontínua e

fragmentária como aposta na provocação experiencial e não na transmissão informacional. Outra questão importante diz respeito ao objeto que se desloca ligeiramente da Droga como um *per si* e passa a ser as alegorias sobre as drogas que emergiram do momento de relatar acontecimentos. Não são as alegorias de um tempo somente, mas as alegorias que surgiram no ato do encontro com o texto. A alegoria, a linguagem dos sonhos, por si só também não é nosso alvo. Buscamos com Benjamin (única referência que você vai ver aqui) esse momento entre o sonho e a vigília em que estamos dormindo o bastante para encarnar a alegoria, mas acordado o bastante para elaborar uma analítica encarnada.

Alegorias, rastros históricos, debates essas são as metodologias que foram os caminhos percorridos nessa dissertação.

Mas retornemos a questão inicial - *a produção dos limites do que se julga legal e ilegal no campo do uso de psicoativos e que tipo de efeitos são produzidos, no bojo dessa separação, nos corpos que experimentam o uso de substâncias ilegais*. Questão que foi sendo texturizada, desmembrada, reconstituída em várias pontas. De certa forma, os enunciados, as imagens sobre a questão da droga, sua interface com o corpo de quem usa a substância psicoativa ilegal e a produção do sujeito contemporâneo nesse bojo, é a questão inicial.

O leitor mais ávido pela “Psicologia”, talvez tenha sentido falta da discussão das respostas desse corpo ao proibicionismo a partir de categorias como memória, atenção, percepção, etc. Pode haver ainda aqueles que sentiram falta da discussão da produção de desejo das questões do gozo, da repetição e do papel significativo da droga em sua dimensão de objeto de demanda e/ou desejo. Alguns tenham sentido falta da relação dos sistema de recompensa com os discursos e as substâncias psicoativas e as modulações que ocorrem nesse processo. Outros talvez tenham sentido falta de uma genealogia mais apurada e dedicada sobre a emergência dos sujeitos/normativas/discursos sobre a questão da Droga.

A opção pela metodologia alegórica cumpriu o papel de fazer com que o texto não partisse de um saber específico, mas fizessem os saberes dançarem, flutuarem sobre o semântico trágico que a literatura cria. Inegavelmente, muito desses efeitos causados no corpo surgem do encontro entre a máquina que efetiva o proibicionismo e os corpos policiados (entre os quais os policiais também se inserem). Mais do que efeitos psicofisiológicos desse processo, puramente, salta

aos olhos os corpos cravejados de bala pela iniquidade e completa ineficiência da Guerra às Drogas.

São esses corpos que precisam falar. Sob o discurso da abstinência como uma questão de saúde/segurança pública, reforçou-se os medos mais primordiais da sociedade ocidental. Ao final, o que se fortalece é a moral da demonização do corpo. Em anos atuando com a temática, muitas vezes com aqueles considerados os mais perigosos da sociedade, com os *nóias*, as prostitutas, os trecheiros, os egressos do sistema prisional, nada é mais prejudicial do que a faca amolada pela língua do “cidadão de bem”, que não esqueçamos nunca - era o nome do Jornal da Ku Klux Klan.

Essa maquinaria de precarização da experiência de uso de psicoativos compõe com outros dispositivos ao longo do século XX o instrumental de controle sobre os corpos e expropriação de seu potencial inventivo em nome dos ditames da sociedade de livre-comércio. Por esse motivo, porém, há nessa clandestinidade automática da experiência de psicoativos não tabulada e normatizada no encontro Estado – Mercado – indústria farmacêutica, um forte quociente de subversão das formas instituídas. Isso mesmo naquelas imagens consideradas mais destruídas no campo das drogas, como os usuários de crack moradores de rua nas grandes cidades. Somos modulados a imaginar que essas pessoas vivem sem nenhuma arregimentação social, como bichos carnívoros prontos para se devorarem, literal e figurativamente. Não são poucas as pesquisas que subvertem essa perspectiva mostrando regulações sociais, movimentos de filiação social, conexões entre esses grupos de pessoas, como qualquer outro grupo de pessoas. O único mediador nesse caso que efetivamente precariza essas relações e as fazem chegar ao limite da incapacidade de mediação discursiva é o status de Guerra. Claro que a isso se somam outros elementos que constituem a falência societária em lidar com a alteração de consciência na contemporaneidade, mas essa falência não é um absoluto. Há potências. Tanto há que a maquinaria da segurança pública se volta para essas potências visando expropriar-lhe as forças, quando possível, e exterminar os corpos quando a apropriação se torna inviável.

As possibilidades de conexão, simbolização, alegorização, expressão da experiência de alteração vêm sendo impedidas dentro da abordagem proibicionista e em seu local é situado uma única alegoria que é da Droga (definida de forma simplória, reducionista e preconceituosa) como um mal a ser combatido. Como

afirmado nessa dissertação em consonância com inúmeros estudos no campo, sem muita inocência, essa sempre foi a chave, na verdade, para caçar e matar grupos minoritários e controlar as classes trabalhadoras. Considerando que não há ciência que não seja ideológica, onde se situam os maravilhosos achados científicos que naturalizam o usuário de droga como alguém potencialmente agressivo, promíscuo, descontrolado e sempre na iminência de se torna um perigo para outrem?

Menos inocentemente ainda, pensemos que os corpos são palco das lutas sócio-históricas de um tempo. Essa artilharia discursivo-política da “*Drug Menace*” habita os corpos e produz sujeitos. Frente à característica multivalência do efeito das drogas no corpo (mesmo aquelas ultraprocessadas da indústria farmacêutica) é imperativamente biológico pensar a articulação desses efeitos com o settings em sua dimensão do agora do uso e dos acordos expressos e tácitos arraigados na história. Essa multivalência se dá, pois temos um corpo dinâmico. Palavras, interagem com afetos, que interagem com fisiologias, que interagem com contextos, que interagem com as interações. A droga está nesse entremeio.

A produção social da “droga” como um mal *per si* habita essas interações e habita um corpo, “selecionando” dentro dessa multivalência as piores e sofríveis resultantes. Dessa maneira a desmontagem / desconstrução do modo de subjetivação da droga com um mal cumpre tarefas em inúmeras dimensões. No plano político desarma a *discursividade* que alimenta uma verdadeira guerra com números alarmantes de mortos; no campo social abre possibilidades mais producentes no sentido do acolhimento do sofrimento que estejam padecendo as pessoas no encontro com as drogas de um modo geral; Mas não para por aí, tendo essa tarefa como norte, pode-se no campo psicoterapêutico abrir a possibilidade de contribuição com os sujeitos atendidos, no sentido de se tornarem sujeitos de sua própria história, ao invés de meros objetos do discurso científico. Abre-se a possibilidade observar o objeto Droga para além da metonímia fetichizada de mãe de todos os males, abrindo caminho para processos de deslocamento real do sujeito para que este desloque o real que o aprisiona.

Por isso afirmo - dizer que a droga não pode ser vista como um mal em si, ou como causador do mal, mesmo quando ela está presente num quadro de padecimento psicológico não implica em desconsiderar o sofrimento psíquico daquele que sofre com repetição agônica que, por vezes, tem a droga como objeto de demanda. Pelo contrário. Implica em uma postura capaz de entrar em contato

com a diversidade das formas de ser. Reconduzir *a priori*. Reposicionar subjetivações. Fomentar dispositivos que permitam profusão de imagens e não sua rarefação.

A história da questão da droga no século XX em conjunto com a história de outros dispositivos, aponta para um processo largo e sistemático de produção de uma caçada lucrativa, adoecedora, aviltante, niilista, decadente que recaiu sobre o corpo, principalmente, dos miseráveis, dos que habitam as margens. Toda a arregimentação societária de que dispomos em sua dimensão objetiva e subjetiva carece, prescindindo desse ignóbil arranjo de fluxos vitais que reforça o *gap* entre pobres e ricos. Esse *gap* não é uma simples distância de pensamentos é o espaço de manutenção da falta estrutural (comida, saúde, lazer) de muitos em nome de uma abundância absurda e abjeta de poucos. O dispositivo da Guerras às Drogas é mais um dos reforçadores desse processo e, de nossa parte, não há guerra que valha a pena a ser vivida que não seja a de seu desmonte. Seja pelos que sofrem de dependência; seja pelos que sofrem de violência; seja por todos que sofrem pela expropriação de sua experiência, o que engloba as duas primeiras categorias.

5 BIBLIOGRAFIA

ALEXANDER, B. K.; BEYERSTEIN, B. L.; HADAWAY, P. F.; COAMBS, R. B. Effect of early and later colony housing on oral ingestion of morphine in rats. In: **Pharmacology y Biochemistry & Behavior**. Vol. 15, p. 571-576, 1981. Printed in the U.S.A. Available in:

<<http://www.brucekalexander.com/pdf/Rat%20Park%201981%20PB&B.pdf>> Acesso em: 10 de julho de 2016.

ALEXANDER, B. K.; **The roots of addiction in free market society**. Canadian Centre for Policy Alternatives. Abril, 2001. Available in:

<http://kudashev.mysign.ru/_files/100322_082807_Addikt_i_rinok.pdf> Acesso em: 11 de outubro de 2016.

ALEXANDER, B. **The myth of drug-induced addiction**. 2010. Disponível em:

<<http://www.brucekalexander.com/articles-speeches/demon-drug-myths/164-myth-drug-induced>> Acesso em: 10 de janeiro de 2017.

ALMEIDA, M. I. M.; EUGÊNIO, F. Paisagens Existenciais e Alquimias Pragmáticas: uma reflexão comparativa do recurso às “drogas” no contexto da contracultura e nas cenas eletrônicas contemporâneas. In: FIORE, M.; GOULART, L. S.; LABATE, C. B. **Drogas e Cultura: Novas perspectivas**. Bahia : EDUFBA, 2008.

ALVES, Y. D. D (2015). **Jamais fomos zumbis: contexto social e craqueiros na cidade de São Paulo**. Tese de Doutorado: UFBA (PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA). Bahia, 2015.

ANTÓN, D. El concepto “drogas”: desinformación em sociedades consumidoras periféricas. In: **Cultura y Droga**. Manizales, v. 11, n. 13, p. 123-144, 2006.

AVELAR, L. Uso se branco, abuso se preto. In: **Revista de História da Biblioteca Nacional (Dossie Drogas)**. Ano 10, No.110. Novembro de 2014. (p.22 – 24).

BARROS, M. **Livro dobre nada**. Rio de Janeiro: Ed. Record. 1996.

BARROS, A.; PERES, M. Proibição da maconha no Brasil e suas raízes históricas escravocratas. In: **Revista Periferia**. Volume III, número 02. Rio de Janeiro. 2011.

Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/periferia/article/viewFile/3953/2742>> Acesso em: 05 de janeiro de 2017.

BARROS, L.P.; KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (org). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, p.52-75, 2009.

BARROS, R. B.; PASSOS, E. Por uma política da narratividade. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (org). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, p.150-171, 2009.

BARTHES, R. **Aula**. São Paulo: Cultrix, 1978

BENJAMIN, W. **Origem do Drama Barroco Alemão**. Tradução, apresentação e notas de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. Infância em Berlim por volta de 1900. In: _____. **Rua de mão única**. São Paulo: Brasiliense, 1987a. (Obras escolhidas II).

_____. O Narrador. In: _____. **Magia e Técnica, Arte e Política: Obras Escolhidas**. Vol I. Tradução, apresentação e notas de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987b.

_____. Teses Sobre o Conceito de História. In: _____. **Magia e Técnica, Arte e Política: Obras Escolhidas**. Vol I. Tradução, apresentação e notas de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987c.

_____. Doutrina de Semelhanças. In: _____. **Magia e Técnica, Arte e Política: Obras Escolhidas**. Vol I. Tradução, apresentação e notas de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987d.

_____. Experiência e Pobreza. In: _____. **Magia e Técnica, Arte e Política: Obras Escolhidas**. Vol I. Tradução, apresentação e notas de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987e.

_____. **Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo**. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas III).

BERGSON, H. Introdução à metafísica. In: **Os pensadores**. Tradução de Franklin Lepoldo e Silva. São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1979.

BONDÍA, J. L. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. In: **Revista Brasileira de Educação** [on line] n.19, p.20-28. 2002. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782002000100003>> Acesso em: 02 de janeiro de 2017.

BRANDS, B. et al. **Drugs and drug abuse**. Addiction Research Foundation. 3a. Ed. Toronto: 1998.

BRASIL. (2009). **Tipificação nacional de serviços socioassistenciais**. Resolução CNAS (Conselho Nacional de Assistência Social) nº 109 de 11 de novembro de 2009. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/suas/resolucao-cn-as-nº109-2009-tipificacaonacional-de-servicos-socioassistenciais>> Acesso em: 12 de outubro de 2016.

CALIMAN, L. V.; SADE, C. e TEDESCO, S. H. A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência de dizer. In: **Fractal**, Rev. Psicol. vol.25 no.2 Rio de Janeiro May/Aug. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922013000200006> Acesso em: 12 de agosto de 2016.

CARLINI, E. A. A história da maconha no Brasil. In: **Jornal brasileiro de psiquiatria**. vol.55, no.04, Rio de Janeiro, 2006, (p.314 – 317).

CARLINI, E. A. et al. Drogas Psicotrópicas: O Que São e Como Agem. in: **Revista IMESC**. No. 03, 2001. Pag. 9 – 35. São Paulo.

CARVALHO, L. G. P. et al. A construção de um Projeto Terapêutico Singular com usuário e família: potencialidades e limitações. In: **O Mundo da Saúde**. São Paulo - 2012; p. 521-525.

CRIPPA, J. A. et al. Efeitos cerebrais da maconha: resultados dos estudos de neuroimagem. **Revista Brasileira de Psiquiatria**., São Paulo , v. 27, n. 1, p. 70-78, Mar. 2005 . Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462005000100016&lng=en&nrm=iso>. access in: on 25 June 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-44462005000100016>.

COLOMENI, T. B. Intempestividade e o Trágico em Nietzsche. In: **O percevejo**. On Line: periódico do Programa de Pós-graduação em artes Cênicas da UNIRIO. Volume 03 – Número 02 – agosto-dezembro/2011. Disponível em: <<http://www.seer.unirio.br/index.php/opercevejoonline/article/view/1920/1508>> Acesso em: 01 de janeiro de 2015.

DELEUZE, G. **Lógica do sentido**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2000.

DELEUZE, G; PARNET, C. O atual e o Virtual. in: _____; _____. **Diálogos**. São Paulo: Ed. Escuta, 1998a. p.121 – 124.

_____; _____. Uma conversa, o que é, Para que serve? In: _____; _____. **Diálogos**. São Paulo: Ed. Escuta, 1998b. p.2 – 29.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. **O que é a filosofia?** São Paulo: Ed. 34,1992.

_____; _____. **F. Kafka : por uma literatura menor**. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

_____; _____. **Mil Platôs**. V. 02. São Paulo: Ed. 34, 1995a.

_____; _____. **Mil platôs**. V. 05. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995b.

ESCOHOTADO, A. **História elementar das drogas**. Lisboa: Ed. Antígona, 2004.

ESCOHOTADO, A. **O livro das drogas: usos e abusos, desafios e preconceitos**. São Paulo: ed. Dynamis, 1997.

FIORE, M. (2013). **Uso de drogas: substâncias, sujeitos e eventos**. Tese de doutorado: UNICAMP, São Paulo.

FIORE, M.; GOULART, L. S.; LABATE, C. B. **Drogas e Cultura: Novas perspectivas**. Bahia : EDUFBA, 2008.

FIORE, M. **Tensões entre o biológico e o Social nas Controvérsias Médicas sobre o uso de “drogas”**. In: Anais da XXVIII Reunião da ANPOCS. Caxambú, 2004.

FOUCAULT, M. **História da loucura na idade clássica**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1978.

_____. Soberania e disciplina: curso do Collège de France, 14 de janeiro de 1976. In: MACHADO, R. (org.). **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **The Subject and Power**. In: *Critical Inquiry*. Vol. 08. No. 04. Ed. The University of Chicago Press. 1982 (p.777 – 795). Original escrito pelo autor em Inglês. Disponível em: <http://www.unisa.edu.au/Global/EASS/HRI/foucault_-_the_subject_and_power.pdf> Acesso em: 12 de agosto de 2016.

_____. **História da sexualidade: O Uso dos Prazeres (vol 2.)**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1984.

_____. **A Verdade e as Formas Jurídicas**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Nau ED. 1999a.

_____. **Em defesa da sociedade**. São Paulo, Martins Fontes, 1999b.

_____. **História da sexualidade: A vontade de saber (Vol. 01)**. Rio de Janeiro: Graal, 2012.

_____. As Relações de Poder Passam para o Interior dos Corpos (1977). In: Foucault, M. **Ditos e Escritos IX: Genealogia da Ética, Subjetividade e Sexualidade**. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2014 (p. 35 – 43)

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Lúcia M. Pondé Vassalo. Petrópolis: Ed. Vozes, 1987.

GAGNEBIN, J. M. **História e Narração em Walter Benjamin**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1999.

GOLD, M. S. The pharmacology of marijuana. In: GRAHAN, A. W.; SCHULTZ, T. K. (editores). **Principles of Addiction Medicine**. ASAM, Chevy Chase, 1998. p. 187-194.

GRASS: A verdadeira História da Maconha. Documentário dirigido por Ron Mann. 2000. EUA: SPHINX PRODUCTION. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=NnpBLIH6kKk>> Acesso em: 05 de janeiro de 2017.

HADDOCK-LOBO, R. **Walter Benjamin e Michel Foucault: a importância ética do deslocamento para uma Outra História.** In: COMUM - Rio de Janeiro - v.9 - nº 22 - p. 56 a 75 - janeiro / junho 2004.

Hart, C. **Drugs don't turn people into criminals.** 2013. Disponível em: <http://www.salon.com/2013/06/17/carl_hart_drugs_dont_turn_people_into_criminals_partner/> Acesso em: 12 de junho de 2017.

KASTRUP, V. O Funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (org). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade.** Porto Alegre: Sulina, p.17-31, 2009.

Kendall, R. **Cannabis condemned the prescription of Indian hemp addiction.** p.143-51, 2003. <Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/12534418>> Acesso em: 12 de janeiro de 2017.

LATOUR, B. **Reassembling the social : an introduction to actor-network-theory.** Oxford, Oxford University Press. 2005.

_____. (1999). **How to talk about the body. The normative dimension os science studies.** Disponível em : <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.495.605&rep=rep1&type=pdf>> Acesso em : 10 de julho de 2017.

LEIBNIZ, G. **Princípios da Natureza e da Graça (1714).** Tradução: Arthur Mourão. Traduzido do original – Gerhardt, C.I. (org.) Die Philosophischen Schriften von G.W. Leibniz. Hildesheim: Olms. 1977. Disponível em: <http://www.lusosofia.net/textos/leibniz_principios_da_natureza_e_da_gra_a.pdf> Acesso em: 10 de abril de 2017.

LEMOS, C. A Outra História da Guerra às Drogas: Contribuições da Oitava Tese de Walter Benjamin. In: **Passagens.** Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica. Rio de Janeiro: vol. 7, nº.3, setembro-dezembro, 2015, p. 556-581.

LIMA, J. G.; BAPTISTA, L. A. Itinerário do conceito de experiência na obra de Walter Benjamin. In: **Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)**, [S.l.], v. 20, n. 33, p. 449-484, jul. 2015. ISSN 1983-2109. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/principios/article/view/7526>>. Acesso em: 24 abr. 2017.

LOURAU, R. Grupos e Instituições. In: ALTOÉ, S. (Org.) **René Lourau: analista institucional em tempo integral** (p. 176 – 186). São Paulo: Hucitec, 2004a.

_____. O Instituinte e o instituído . In: ALTOÉ, S. (Org.) **René Lourau: analista institucional em tempo integral**. São Paulo: Hucitec, 2004b.

_____. Pequeno manual de análise institucional . In: ALTOÉ, S. (Org.) **René Lourau: analista institucional em tempo integral** (p.122 – 128). São Paulo: Hucitec, 2004c.

MCDONALD, D. **The Racist Roots of Marijuana Prohibition**. In: site of FEE – Foundation for Economic Education. April, 2017. Disponível em: <<https://fee.org/articles/the-racist-roots-of-marijuana-prohibition/>> Acesso em: 07 de julho de 2017.

NIETZSCHE, F. Sobre verdade e mentira no sentido extra-moral. In: **Os pensadores. Obras Incompletas**. São Paulo. Ed Abril. 1974a. (p.51-61)

_____. **Da utilidade e desvantagem da história para a vida (1874)**. In: Os pensadores. Obras Incompletas. São Paulo. Ed Abril. 1974b. (p. 61-91)

_____. **Ecce homo, como alguém se torna o que é**. Tradução, notas e posfácio Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Genealogia da Moral** (tradução de Paulo César de Souza). São Paulo: Companhia das Letras , 1999.

_____. **A Gaia Ciência** (tradução de Paulo César de Souza). São Paulo: Companhia das Letras, 1ª ed. 2001.

PIRES JUNIOR, S. O. Tempo, método e crítica: Alegoria em Walter Benjamin e representação em Henri Lefebvre. In: **Revista de Teoria da História**. Ano3, Número7, jun/2012 Universidade de Federal de Goiás. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/view/28939>> Acesso em: 10 de julho de 2017.

PIRES, Eloiza Gurgel. Experiência e linguagem em Walter Benjamin. In: **Educação e Pesquisa** [online]. 2014, vol.40, n.3, p.813-828. Available from:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022014000300015&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 07 de janeiro de 2017.

ROBINSON, R. **O Grande livro da Cannabis**: Guia completo de seu uso industrial, medicinal e ambiental. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

RODRIGUES, S. E. **Modulações de sentidos na experiência psicotrópica**. Tese de Doutorado (Pós-graduação de Psicologia – Estudos da Subjetividade – do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense – UFF). Rio de Janeiro, 2014.

ROSA, P. O. **Drogas e biopolítica**: uma genealogia da redução de danos. 373 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

ROSA, P. O. Outra história do consumo de drogas na modernidade. In: **Cadernos de Terapia Ocupacional** (UFSCar), São Carlos, v. 22, n. Suplemento Especial, p. 185-196, 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.4322/cto.2014.041>> Acesso em: 12 de junho de 2017.

SHECAIRA, S. S. Tolerância Zero. In: **Revista Internacional de Direito e Cidadania**. n. 5, p. 165-176, outubro/2009

TEDESCO, S. Estilo-subjetividade: O tema da criação nos estudos da psicologia da linguagem. In: **Psicologia em Estudo**. v. 6, n. 1, p. 29-38, jan./jun. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v6n1/v6n1a04.pdf>> Acesso em: 07 de junho de 2017.

_____. A natureza coletiva do elo linguagem-subjetividade. In: **Psic.: Teor. e Pesq.** vol.19 no.1 Brasília Jan./Apr. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722003000100011&lng=en&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em: 07 de junho de 2017.

VARGAS, E. V. Fármacos e outros objetos sócio-técnicos: notas para uma genealogia da droga. In: FIORE, M.; GOULART, L. S.; LABATE, C. B. **Drogas e Cultura: Novas perspectivas**. Bahia : EDUFBA, 2008. (p.41 – 63)

ZINBERG, N. E. **Drug, Set, and Setting**: The Basis for Controlled Intoxicant Use. US: Yale University Press, 1984.